

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO MATHEUS PERELLÓ

“PELO ITAMARATY E PARA O ITAMARATY”: O CHANCELER VASCO LEITÃO DA
CUNHA E AS RELAÇÕES EXTERIORES DURANTE O REGIME CIVIL-MILITAR
BRASILEIRO (1964 – 1966)

CURITIBA

2023

JOÃO MATHEUS PERELLÓ

“PELO ITAMARATY E PARA O ITAMARATY”: O CHANCELER VASCO LEITÃO DA
CUNHA E AS RELAÇÕES EXTERIORES DURANTE O REGIME CIVIL-MILITAR
BRASILEIRO (1964 – 1966)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Perelló, João Matheus

Pelo Itamaraty e para o Itamaraty: o chanceler Vasco Leitão da Cunha e as relações exteriores durante o regime civil-militar brasileiro (1964-1966). / João Matheus Perelló. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line: PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História.

Orientadora: Prof. Dr. Dennison de Oliveira.

1. Vasco Leitão da Cunha. 2. Relações internacionais. 3. Diplomacia brasileira. 4. Regime civil-militar (1964-1966). 5. Guerra Fria. I. Oliveira, Dennison de. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JOÃO MATHEUS PERELLÓ** intitulada: **PELO ITAMARATY E PARA O ITAMARATY: O CHANCELER VASCO LEITÃO DA CUNHA E AS RELAÇÕES EXTERIORES DURANTE O REGIME CIVIL-MILITAR BRASILEIRO (1964 1966)**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 08 de Dezembro de 2023.

Assinatura Eletrônica

08/12/2023 14:31:58.0

DENNISON DE OLIVEIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

11/12/2023 10:59:50.0

WILSON MASKE

Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

11/12/2023 13:35:33.0

ANDREW PATRICK TRAUMANN

Avaliador Externo (UNICURITIBA)

Em memória de José Enio da Silva Perelló

“O que é o luto se não o amor que perdura.”

(★ 06/04/1941 – † 04/07/2021)

AGRADECIMENTOS

A imperiosa jornada está concluída. Ao menos, uma parte dela.

Deixe-me contar-lhes uma história. A final, história é algo permeia nossas vidas, nos cerca, nos preenche, nos singulariza e nos alicerça. História nos faz ser quem somos; história é a vida em memória, história é o tempo em forma de prosa; história é o belo eco dos mortos, história é alegria e a tragédia. História é, como diria meu bom Cícero, a *magistra vitae!*

Certo dia, solitário, diante de uma pequena nau intrépida, ele decidiu vagar por um cosmo sem fim chamado oceano. Ansiava por sentir, por sofrer, por chorar, por rir. Enfim, ansiava por viver. Era um audaz marinheiro inexperiente que não sabia o que iria encontrar, ele tinha medo, mas insistiu por ir. Em seus temores velados pediu gentilmente ao mar: “acaricie minhas linhas de carvalho, ó imensidão do soturno e não me jogue para o fundo, gélido e escuro”; e então ele partiu. Se Netuno deus dos mares o ouviu, ele decidiu fazer o contrário. E castigou a humilde embarcação. Isolado, foi arremessado para o coração ruidoso das tempestades, em meio ao mar revoltado e o álgido lúgubre. Pensou em entregar-se, atirar-se ao mar e cessar a linha finita da vida, aquele caos que ele sentia precisava findar. Contudo, resistiu, a água dos pulmões ele tossiu, escarrou em vômito palavras insidiosas aos demônios das profundezas, e contra eles vociferou. “Vis criaturas, tua troça não será minha lamúria, e teus intentos não me acorrentarão em angústia”. Foi preciso tempo, mas a tempestade se afastou, e o mar não foi sempre tão severo.

A calma lhe afagou as vezes, e por ironia outras tempestades também. No coração do oceano, o marinheiro conheceu outras histórias. Distintas embarcações lhe pararam, e quantas outras aventuras de ávidos marujos ele conheceu. Quantas facécias sem pejo cavilosas reinaram em polvorosas, quantos risos bobos, ou de amores ele expressou, quantas lágrimas ele chorou, quantas alegrias diminutas o fizeram ser pleno em relação à vida, estas que não advinham de pilhérias frasais. Porém, quanta dor tomou sua face como fossas abissais, marcaram tua pele com ruidosas riscas colossais. Por tanto ele passou, e ele nem percebeu que tenuamente a viagem tomava seu rumo, sem ele nem saber qual era. Nestes longos anos ao mar, certo dia atracou em um porto seguro, o marinheiro parou, descansou e a um velho senhor perguntou: “para onde levas tal oceano?”. E o gentil homem respondeu: “só você verá. As ilhas que tu escolheste atracar, os barcos que decidistes velejar em conjunto, a novas tempestades e os novos ciclos de calma. Só você verá!”. O desconhecido era aterrorizante, e simultaneamente fascinante. Inspirado o marinheiro agradeceu o acolhimento e o carinho do velho homem, e seguiu a sua jornada, sozinho, mas nunca só. Sem saber o que iria encontrar, sem saber se quer

que aquela era a última vez que viria aquele velho e gentil homem. A jornada segue, a imperiosa odisseia está longe de acabar, mas ela vale milhões de vezes mais que o próprio destino. Pois esta, era a única certeza que ele tinha. O destino, o final, ele sabia que iria chegar.

O intrépido marinheiro sou eu, o velho homem era meu avô, que infelizmente não está mais entre nós. Que viu o começo da fração desta jornada, sem poder testemunhar em qual porto estou parado agora. À José Enio da Silva Perelló, o senhor faz muita falta e eu te amo tanto! Espero ter lhe dado orgulho, espero que tenha estado satisfeito que fui ao mar, e não a pique. Vô, muito obrigado!

E para os outros tantos navegantes, a quem tive o prazer de dividir estas águas. Aqui expresso, no meu mais singelo carinho, amor, estima, afeição e amizade; muito obrigado a todos! Sem vocês, sem cada esmero de contribuição não teria conseguido. Pois para mim, ninguém conclui tamanha obra sozinho. Suas ações, quer intencionais ou não, invariavelmente contribuíram para esta etapa que finda agora. Celebrem homens e mulheres de minha vida, esta conquista é de vocês também. E terminá-la é uma forma de respeito com vós. Como diria um dos meus poetas favoritos:

“That you are here. That life exists and identity. That a powerful play goes on, and you may contribute a verse.”

Nesta poderosa peça, vocês foram os protagonistas, e teus versos eternizo em mim. Já os meus apresento a vocês:

Para Claudia Perelló e José Enio Perelló Filho, meus pais, a quem devo muito e que muito se sacrificaram por mim, e nas horas mais escuras não permitiram que eu desistisse, sempre motivaram que eu buscasse por mais. Eu amo vocês, muito obrigado!

Para Ana Julia Perelló, minha amada irmã, companheira leal, amiga e uma das pessoas pelas quais mais prezo e amo nesse mundo. Que sua nau navegue em águas calmas ao meu lado. Eu amo você, muito obrigado!

Para a gigantesca embarcação que ostenta orgulhosa o estandarte ‘Sabibo’, e seus numerosos e maravilhosos tripulantes. Amigos e amigas de pilhéria, troça e jocosidade. Em ordem alfabética para não suscitar crises, seus ébrios rufiões: Andrei, Alan, Claudinei, Cheng, Gabriel, Gustavo, Letícia, Orlando e Weliton. A cada um de vocês, sintam-se abraçados e representados neste agradecimento. Eu amo vocês, muito obrigado!

Aos navegantes das águas de Clio, tripulantes da nave Pontificia e da barca Federada. Amigos irmãos e amigas irmãs! Aos Pontíficos: Lanfranco, Filipe, David, Stephanie, Milena, Thatiane, João, Gabryel, Bruna, Wesley, Evandro, Saulo e Caroline. E aos Federados: Matheus,

Claudio, Thaís, Moreira (me nego chamar-te de Luiz) e Andréia. Saibam, seus versos foram importantes para mim. Muito obrigado a cada um de vocês!

Aos improváveis marujos, que decidiram navegar junto a mim e provaram ser amigos incríveis e leais; Éverton Cunha, o futuro doutor do Holandês Voador e Amanda Misturini, em um misto de pirata, bárbara e barda, mulher incrível, amiga também.

Aos mestres dos mares, os navegadores experientes que me conduziram em árduo processo, o meu zelo aos professores e professoras que fizeram parte desta etapa: Renan, Thiago, Marcela, Wilson, Alexandro, Beatriz, Adriana e meu orientador Dennison. Muito obrigado!

Aos que sempre navegam na garoa, meus queridos e queridas da não tão distante terra de São Paulo: Gabriel, Anderson, Débora, Robson, Emigdio, Luan, Mayara e Henrique. Muito obrigado!

Entretanto, alguns nomes me veem a mente com mais afinco, marcam meus versos e ações com maiores intensidades. Sem menosprezar o carinho e a estima dos antecessores. Mas, para alguns nobres honrosos é necessário palavras mais singulares, cujo amor transborda a minha vontade.

À Victor Hugo. Um dos primeiros amigos que fiz, quando ainda jovem fui morar em São Paulo, mais precisamente na pacata vila de Caieiras. Muito obrigado por tudo!

À Samuel Marafigo. O mais antigo que posso chamar de amigo, sempre disposto a me ajudar quando preciso, de um carinho e cuidado imenso. O primeiro que tive o prazer de chamar de irmão, que estes longos 16 anos de amizade perdurem por mais. Te amo, muito obrigado!

À Mariano Meranovicz. Um dos meus grandes irmãos que a vida acadêmica me forneceu. Foi a tua jornada que inspirou a minha, teu carinho e conselhos foram fundamentais para que esta dissertação terminasse. Eu te amo, muito obrigado!

À Caio Lúcio Santana. Quem consegue despertar-me risadas em meio as lágrimas, ao carinho, amizade e estima de um verdadeiro irmão de outra mãe. Eu te amo, muito obrigado!

À Henrique Juliatto. Quantas tempestades ocorreram e tu me acolheu de bom grado, de enorme coração, mesmo sendo meio bruto, tu és a definição pura do amor fraterno, meu irmão. Eu te amo, muito obrigado!

À Felype Peruzzo. Da improvável amizade oriunda do gosto adquirido por um improvável esporte. Sem você saber, tu salvaste minha vida, bem agora você sabe. Eu te amo, e muito obrigado!

À Murilo Silveira. Que as asas de Thorondor lhe guiem para voos incríveis, meu rival favorito do esporte futebolístico, uma pessoa de enorme carinho, amor e dedicação para com os seus. Meu irmão. Eu te amo, muito obrigado!

À Amanda Szableski. Quase perco a conta de quanto tempo você já me acompanha, teu jeito meigo e singelo de ser, a mulher amorosa e incrível que a vida me deu. Me orgulho de ter uma amiga tão incrível comigo nesta jornada. Minha 'Mandinha', nossa 'Cipó'. Eu te amo, muito obrigado!

À Letícia Taborda. Uma irmã de outra mãe que tive o prazer de encontrar perdida em um curso de biologia. Herpetóloga e amante dos animais, deve ser por isso que gosta tanto de mim? Rs. Minha querida! Eu te amo, muito obrigado!

À Isabella Guedes. Que sempre me acolhe em momentos de crise, que possuí um coração enorme e uma dedicação incrível com aqueles que ela ama. Uma irmã de outra mãe, uma amiga que levarei para vida. Eu te amo, muito obrigado!

À Aimee Theml. Por último, mas de forma alguma menos especial. A minha melhor amiga! Menina de um amor puro, de um carinho único, uma mulher de apreço inestimável. Meu melhor achado nos últimos tempos. Eu te amo, muito obrigado!

EPÍGRAFE

“Oh Captain! My Captain! Our fearful trip is done;
The ship has weather'd every rack, the prize we sought is won;
The port is near, the bells I hear, the people all exulting,
While follow eyes the steady keel, the vessel grim and daring [...]
The ship is anchor'd safe and sound, its voyage closed and done;
From fearful trip, the victor ship, comes in with object won; [...]”

Walt Whitman, 1865.

RESUMO

A presente dissertação objetiva por analisar a gestão e o papel de Vasco Tristão Leitão da Cunha, um diplomata de carreira, como chanceler das relações exteriores brasileiras entre 1964 e 1966, após a deflagração do golpe civil-militar em março de 1964. Passando por uma compreensão breve de sua trajetória como diplomata, traçamos um perfil conciso, dentro das limitações e objetivos desta pesquisa, que posteriormente nos ajudará a compreender algumas das motivações das suas ações como o ministro de estado das relações exteriores. Dentro das quais, nos apresentam conceitos comuns a história das relações internacionais e ao período histórico da Guerra Fria. Desta forma este trabalho mistura elementos de dois campos acadêmicos distintos; a teoria das relações internacionais e a história. Ao final, passamos a compreender a partir de uma visão mais factual os principais desdobramentos da política e história mundial e brasileira, para que o personagem Vasco Leitão da Cunha possa ser inserido e analisado dentro do seu próprio contexto, dimensionando o alcance de suas decisões, opiniões e consubstanciando os elementos teóricos e os desdobramentos históricos. A visão singular de Vasco Leitão da Cunha, torna-se um fio condutor para simbólicos episódios ligados a história da Guerra Fria e do Brasil na década de 1960.

Palavras-Chave: Vasco Leitão da Cunha; História Diplomática Brasileira; Relações Internacionais Brasileiras; Guerra Fria.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the management and role of Vasco Tristão Leitão da Cunha, a career diplomat, as chancellor of Brazilian foreign relations between 1964 and 1966, after the outbreak of the civil-military coup in March 1964. Briefly describing his trajectory as a diplomat, we draw a concise profile, within the limitations of this research, which later help us to understand some of the motivations for his actions as Minister of State for Foreign Affairs. Within which, common concepts are presented to the history of international relations and the historical period of the Cold War. In this way, this work mixes elements from two different academic fields; international relations theory and history. In the end, we began to understand from a more factual point of view the main preparations of world and Brazilian politics and history, so that the character Vasco Leitão da Cunha can be inserted and analyzed within his own context, dimensioning the reach of his decisions, opinions and consubstantiating the theoretical elements and the historical beginnings. The unique vision of Vasco Leitão da Cunha becomes a guiding thread for symbolic episodes linked to the history of the Cold War and Brazil in the 1960s.

Key words: Vasco Leitão da Cunha; Brazilian diplomatic history; Brazilian international relations; Cold War.

LISTA DE ABREVIATURAS

AID – Agência para o Desenvolvimento Internacional.

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CIA – Central Intelligence Agency.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

EME – Escola de Estado-Maior do Exército.

ESG – Escola Superior de Guerra.

EUA – Estados Unidos da América.

FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

FEB – Força Expedicionária Brasileira.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

JID – Junta Interamericana de Defesa.

JK – Juscelino Kubistchek.

M26-7 – Movimento 26 de julho.

MRE – Ministério de Relações Exteriores.

NAM – Movimento dos Não Alinhados. *Non Aligned Movement*.

OEA – Organização dos Estados Americanos.

ONU – Organização das Nações Unidas.

OPA – Operação Pan Americana.

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte.

PEB – Política Externa Brasileira.

PEI – Política Externa Independente.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PSD – Partido Social Democrático.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

PTN – Partido Trabalhista Nacional.

RMRE – Reunião de Ministros de Relações Exteriores.

SAR – *Sociedad de Amigos de la República.*

SNI – Serviço Nacional de Informações.

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

UDN – União Democrática Nacional.

UFCO – *United Fruit Company.*

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - ‘INCÓLUME’ PERSONAGEM: O DIPLOMATA DA GUERRA FRIA.....	17
1.1. Vasco Leitão da Cunha: do berço à diplomacia, uma breve trajetória.....	17
1.2. Vasco Leitão da Cunha: um perfil	32
CAPÍTULO II – DA SEGUNDA GUERRA AO MUNDO BIPOLAR: POLÍTICA INTERNA E EXTERNA EM DIÁLOGO COM A GUERRA FRIA (1945 – 1964).....	42
2.1. As potências e o mundo pós Segunda Guerra Mundial	42
2.1.1. África e Ásia: o fim dos impérios coloniais	47
2.1.2. América Latina: anseios frustrados.....	56
2.2. O Brasil e as doutrinas da política externa brasileira: a democracia populista (1945 – 1964).....	66
2.2.1. Do alinhamento automático ao desenvolvimento nacionalista (1945 – 1958).....	76
2.2.2. A Operação Pan Americana de Juscelino Kubistchek (1958 – 1961).....	80
2.2.3. A Política Externa Independente (1961 – 1964).....	83
CAPÍTULO III – O CHANCELER: TRAÇANDO AS LINHAS DA FRONTEIRA IDEOLÓGICA (1964 – 1966)	93
3.1. Vasco Leitão da Cunha e o golpe de 1964.....	93
3.2. Golbery do Couto e Silva, a Escola Superior de Guerra e a política externa brasileira na visão dos militares	100
3.3. Os primeiros níveis do círculo: “Com os Estados Unidos, mas não a reboque”	108
3.3.1. A relação com os Estados Unidos.....	108
3.3.2. América Latina e Segurança Coletiva	113
3.4. O terceiro nível: rupturas, permanências e pragmatismo	125
UM SUCESSOR DO BARÃO? OU UM PASSO FORA DA CADÊNCIA?	132
FONTES PRIMÁRIAS	135
BIBLIOGRAFIA	137

INTRODUÇÃO

Vasco Tristão Leitão da Cunha é uma figura de interesse para a história da política externa brasileira. Ingressou na carreira diplomática em 1927 e aposentou-se em 1968, período recheado de eventos significativos para história brasileira e mundial. Para Além do recorte temporal que se intencional essa presente dissertação; isto é, analisar a gestão e agência de Vasco Leitão da Cunha como ministro de estado das relações exteriores do Brasil durante o governo militar após golpe de 1964, cargo que ele ocuparia até 1966. Notamos que Vasco Leitão da Cunha possui uma trajetória que em parte se assemelha aos roteiros de filmes de espionagem. Sem exageros, já que alguns documentos e testemunhos nos levam a “outros mistérios que surgem sobre a postura pessoal de Cunha”, como afirma o historiador estadunidense James Hershberg¹, ao se debruçar sobre a passagem de Vasco Leitão da Cunha como embaixador brasileiro na ilha de Cuba, simultaneamente aos eventos da revolução no país, no período entre 1956 e 1961. Ele não só testemunhou os desdobramentos políticos ocorridos no país, como foi um ator ativo no processo, envolvendo-se com figuras como Fidel Castro e Ernesto ‘Che’ Guevara, mediando tensões entre os rebeldes castristas e as forças de Batista, e quiçá, segundo algumas poucas evidências materiais, possa ter colaborado com a CIA, a agência de inteligência do governo dos Estados Unidos. Mas diante dessa hipótese, apenas podemos mencioná-la sem maiores afirmações concretas. Já que sua complexidade cativante é algo que renderia certamente um trabalho à parte.

Ao longo de sua trajetória, como veremos no primeiro capítulo. Isto é, tratando de forma concisa os episódios de sua carreira e brevemente contextualizando a figura do diplomata com a conjuntura política e seu entorno social à época. Teremos um panorama que visa nos apresentar dois eixos; primeiro, o já citado contexto histórico, situando Vasco Leitão da Cunha em eventos próprios e historicizando-o a partir destes. Mas também, a primeira seção da dissertação intenciona apresentar de forma breve algumas das visões do próprio diplomata sobre tais processos e desdobramentos. Possuindo então um objetivo circunscrito: traçar um perfil deste personagem, a partir do seu depoimento ao CPDOC², colhido um ano antes de seu falecimento em 1984. Devido as características particulares desta fonte documental, não conseguimos explorar Vasco Leitão da Cunha em uma dimensão particular de sua vida. Ou se possível, fazemos a leitura de que a sua vida toda foi dedicada ao Itamaraty, desta forma o

¹ HERSHBERG, 2014, p. 12. Tradução do autor, no original: Other mysteries emerge about da Cunha’s personal stance.

² CUNHA, Vasco T. Leitão da. **Diplomacia em Alto-mar**: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

particular e o profissional se entrelaçam. A ressalva é feita, pois todo o texto do seu relato, e a forma como os entrevistadores conduzem as perguntas, voltam-se apenas para sua carreira, a história do Itamaraty como instituição, e momentos da história nacional e mundial. Entretanto, algumas falas pontuais e expressões dão-nos as ferramentas suficientes para apresentar Vasco Leitão da Cunha em sua singularidade. Com algumas ressalvas situamos o termo ‘biográfico’ no primeiro capítulo, pois não buscamos os meandros de sua vida pessoal. Porém, é revelador perceber que a diplomacia foi parte fulcral de toda sua vida. Outros autores, com temas tangenciais ao nosso, alimentam de forma importante conceitos teóricos que complementam a interpretação que faremos do diplomata ao situá-lo como indivíduo. Construindo o olhar singular que nos faz olhar para Vasco Leitão da Cunha como objeto de pesquisa.

Vasco Leitão da Cunha antes de chegar à chancelaria receava ocupar a pasta, por considerará-la “muito política”. Pois segundo ele, um indivíduo oriundo da carreira no Itamaraty na chefia do posto ministerial não seria diferente de um "supersecretário geral". Já que a secretaria é o mais alto posto possível para um diplomata, pensando estritamente na estrutura do Itamaraty e competência técnica, enquanto a chancelaria dispõe muito mais de atribuições político-partidárias que se somam ao caráter intrínseco da pasta, que são as relações exteriores. Além dos episódios mencionados, Vasco Leitão da Cunha esteve em diversos postos e ofícios de representação da diplomacia brasileira. Atuou na comitiva brasileira para a paz durante a guerra do Chaco entre 1932 e 1935, que opôs Paraguai e Bolívia; integrou grupos de trabalho do então chanceler Oswaldo Aranha, outra notória figura da diplomacia brasileira. Durante o governo Getúlio Vargas do Estado Novo, além das funções inerentes à carreira de diplomata esteve interinamente à frente do cargo de ministro da justiça, onde vivenciou um episódio em que se defrontou com Filinto Muller chefe da polícia do distrito federal, na época, estado da Guanabara. Quando eclode a Segunda Guerra Mundial, viaja a África como observador brasileiro e com a chegada das tropas da FEB atua juntamente a elas como representante brasileiro, além de atuar em diversos postos na Europa até ser ‘retirado’, no linguajar diplomático, para a ilha de Cuba. Em síntese, o primeiro capítulo nos serve de uma grande introdução ao tema, ao período e figura ‘incólume’³ do Vasco Leitão da Cunha que abordamos brevemente como uma reflexão com análise histórica.

No segundo capítulo temos então uma abordagem distinta, brevemente deixamos de lado o nosso personagem e apresentamos toda a conjuntura histórica do imediato pós-Segunda Guerra Mundial até meados dos anos de 1960, tanto em escala global como nacional. O intuito

³ O termo é empregado como uma licença poética, propriamente abordada no capítulo seguinte.

deste capítulo possui uma característica maior de síntese concreta e menos de análise historiográfica, ainda que ele permita alguns momentos mais analíticos. Nesta seção, compreenderemos os primeiros eventos atrelados ao desenvolvimento da Guerra Fria, a formação dos blocos submetidos às duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, bem como as tensões na Europa, na Ásia, na África e na América Latina que dão o estopim para a série de confrontos, guerras, revoluções e golpes de estado que oporiam o bloco socialista e capitalista. Desdobramentos e circunstâncias que serão fulcrais para entendermos o último capítulo.

Ainda neste capítulo segundo, compreendidas as repercussões da história mundial no interim 1945 e meados da década de 1960, volta-se então para um entendimento doméstico do mesmo período. Isto é, dando maior ênfase a história do Brasil dentro do mesmo recorte. Esta que por sua vez, se relaciona também aos temas internacionais, porém, é apresentada em uma estrutura de dois núcleos, que estarão apresentados desta forma específica apenas pelo didatismo, pois todos os temas estão obviamente conectados. Primeiro, olhamos para a história política do Brasil e seu âmbito interno, passamos brevemente pelos governos de Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart; compreendendo as forças político-partidárias nacionais, suas reivindicações, atuações e posicionamentos. Isto se faz necessário para coadunar com a segunda parte do mesmo tema, em subcapítulo separado, mas que busca um olhar que conecte a política doméstica com a política externa brasileira, e o impacto que uma gerou à outra. Assim, veremos um longo embate entre três perspectivas que aproveitaram do conteúdo e do cenário internacional para impor suas visões sobre o futuro do Brasil e seu papel no comércio e diplomacia mundial. São elas: os nacionalistas-desenvolvimentistas; os liberais-conservadores; e as esquerdas especialmente dos trabalhistas, mas com algum papel também dos comunistas, mas com foco nos trabalhistas que em determinados momentos aliam-se aos nacionalistas-desenvolvimentistas para conduzir suas demandas adiante. Aqui, situaremos o papel da preferência política em temas internacionais junto aos Estados Unidos, a busca por autonomia nacional explorada na gestão Vargas, criando a base para que Juscelino Kubitschek pudesse lançar sua Operação Pan-Americana, que é respectivamente alargada por um olhar mais universalista na denominada Política Externa Independente dos seus sucessores, Jânio Quadros e João Goulart. O segundo capítulo, portanto, é o fio condutor que traz o contexto em que Vasco Leitão da Cunha estava inserido, mas sem a necessidade de colocá-lo naquele momento. Amarrando, tanto o personagem apresentado na primeira parte do trabalho com o período histórico, e assim poderemos chegar ao terceiro capítulo, onde ambos se encontram.

O capítulo final da presente dissertação tem um objetivo: olhar para a política externa brasileira após o golpe civil-militar de março e abril de 1964, através da condução do chanceler Vasco Tristão Leitão da Cunha, através de sua singularidade. Não é intuito nosso, reescrever a história da política externa brasileira, bons trabalhos sobre isso já foram realizados e serviram de base para a construção deste. A questão é buscar um olhar singular para o mesmo período, ver a história das relações exteriores brasileiras sob um prisma específico, o de Vasco Leitão da Cunha. Isto posto, passaremos a compreender por conta da relação temática, como os militares entendiam a concertação e inserção da política externa brasileira a partir de conceitos formulados no interior da Escola Superior de Guerra, ESG, e de figuras como Golbery do Couto e Silva. Apresentando noções caras ao período, como a ‘teoria dos círculos concêntricos’, as ‘fronteiras ideológicas’, o ‘sistema de segurança coletiva’ e o ‘combate à subversão interna advinda de atores estrangeiros’; olhando para a condução das relações exteriores durante o governo de Humberto Alencar Castelo Branco, entre 1964 e 1967. Além deste, compreenderemos os limites do dito alinhamento automático do Brasil com os Estados Unidos nesse contexto, expresso na frase do ex-chanceler Lauro Müller; “com os Estados Unidos, mas não a reboque”, resgatada diversas vezes pelo nosso personagem principal, Vasco Leitão da Cunha, mas por nós também. Em outro momento, buscaremos entender, de que forma diante de uma drástica ruptura política o Brasil buscou inserir-se no cenário mundial, analisando as relações e cooperações não só em escala global, mas, também na dimensão regional com nossos estados vizinhos, especialmente no cone-sul com Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile, e a participação do país na intervenção na crise da República Dominicana em 1965, acompanhando os reflexos e os ecos da Revolução Cubana pelo continente. Por fim, visitamos um Brasil diante de um período de distensão, ou seja, de relaxamento nas tensões entre as duas superpotências após o clímax proporcionado pela crise dos mísseis em outubro de 1962. Intitulado ‘Rupturas, permanências e pragmatismo’ compreenderemos que a lógica do realismo político coloca o país em situação no mínimo delicada, enquanto certas rupturas atendiam as demandas ideológicas de uma opinião pública doméstica, permanências e pragmatismos serão necessários para a manutenção dos interesses nacionais. Uma ruptura com Cuba possui muito mais ganhos políticos e menos impactos econômicos e de imagem no sistema internacional, do que um novo rompimento com a União Soviética, por exemplo.

Encerrado o terceiro capítulo caminhamos para uma consideração final em tons reflexivos resgatando conteúdos explorados por alguns autores, como Fernando de Mello

Barreto em seu trabalho ‘Os Sucessores do Barão’⁴, por Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno em ‘História da Política Exterior do Brasil’⁵, e por Paulo Vizontini no seu livro sobre a História da política externa do regime militar brasileiro⁶. Levando em consideração a trajetória política e de carreira de Vasco Leitão da Cunha, quão melhor poderíamos situá-lo na ampla história das relações exteriores brasileiras. Um personagem que diante de sua postura e formado numa instituição em tempos de Lauro Müller, Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, San Tiago Dantas e outros, seria ele próprio também um sucessor do importante figura de José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco. Ou seu momento singular, sua gestão e o contexto político nacional e mundial o classificam como alguém fora desta herança diplomática, levando o Brasil para um “passo fora da cadência” em termos internacionais como afirma Paulo Vizontini? Por isso, diante da complexidade do tema, e das perguntas que nos movem esse trabalho situa-se numa fronteira metodológica e temática, não só empregaremos termo e conceitos advindos da ciência histórica, como também, faz-se necessário o uso recorrente das noções e empréstimos oriundos do campo da teoria das relações internacionais. Para isso uma miríade de autores contribui com este trabalho. Além dos já mencionados, é importante salientar as contribuições, no campo historiográfico de: Eric Hobsbawm, Jorge Ferreira, Lucília Delgado, Greg Grandin, Leslie Bethell, James Hershberg, Sidnei Munhoz, Moniz Bandeira entre outros, que nos apresentam diferentes perspectivas que vão do materialismo histórico aos que coadunam em construtivismo historiográfico o papel do social, político e econômico para a disciplina; além das diversas dissertações e teses de pesquisadores brasileiros que antecederam a nossa em temas, assuntos e objetivos correlatos, cujo olhares também foram importantes para situar o presente texto. No campo da teoria das relações internacionais, destacamos, por sua vez: Cristina Pecequilo, Thales Castro, Shiguenoli Myamoto, Hans Morghentau, Pierre Reunovin e Jean B. Duroselle que nos apresentam a importância da filosofia liberal aplicada as relações internacionais, aos conceitos basilares do realismo político, e o fenômeno de comportamento das instituições, estados e indivíduos em um meio internacional. E por fim, a contribuição fulcral de Henri Carrières e seu trabalho em organizar os documentos da gestão de Vasco Leitão da Cunha em dois volumes, facilitando o acesso documental necessário para a construção desta dissertação. Desta forma, esta dissertação tem um olhar

⁴ BARRETO FILHO, Fernando P. de Mello. **Os Sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil (1912 – 1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

⁵ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4ª ed. Brasília: Editora UNB, 2011.

⁶ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964 – 1985)**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

histórico que é atravessado de forma positiva pelas contribuições de um campo acadêmico, em certo grau, ainda incipiente, mas que já afirma o seu auxílio e emprego metodológico às outras ciências humanas.

Por fim, outro fator relevante de ser mencionado, é a grande quantidade de documentos que serviram e servirão de apoio. Além do já supracitado depoimento ao CPDOC, há ainda os arquivos compilados por Henri Carrières com mais de 100 documentos da gestão Vasco Leitão da Cunha no Itamaraty dividido em dois volumes, com mais de mil páginas, além de outros documentos disponíveis em arquivos virtuais, como os anuários do ministério e os relatórios. Para a realização deste trabalho, ainda foram consultados documentos da Política Externa Independente, organizados em dois volumes por Alvaro da Costa Franco⁷ contendo 94 documentos ao todo; também fez-se uso de sete relatórios anual de gestão do Itamaraty entre 1961 e 1967, bem como dois anuários de funcionários do Ministério; além da consulta aos arquivos virtuais disponibilizados pela FOIA, CIA, FRUS e o projeto Opening the Archives uma parceria entre a Brown University e a Universidade de Maringá. Por isso, dado a profusão documental, será necessário trabalhar com alguns poucos para que o texto não se prolongue em demasia. E por isso vamos centralizar o olhar a partir da lógica dos círculos concêntricos, compreendendo primeiro o eixo hemisférico com Estados Unidos e América Latina, e depois no subcapítulo seguinte o eixo extra hemisférico que também incluía uma breve passagem sobre as nações unidas. É preciso reiterar que, a lógica para a seleção dos documentos foi feita a partir da atuação de Vasco Leitão da Cunha, e sua gerência mediante os desdobramentos atrelados aquele fato. Isto posto, é preciso comentar que também não haverá muito espaço para atendermos todas as relações bilaterais ou multilaterais do Brasil no período, preferindo escolher alguns casos como mais simbólicos e ilustrativos para o nosso intuito. Isto posto, vamos ao texto na sua forma integral.

CAPÍTULO I - 'INCÓLUME' PERSONAGEM: O DIPLOMATA DA GUERRA FRIA

1.1. Vasco Leitão da Cunha: do berço à diplomacia, uma breve trajetória

Nascido em 2 de setembro de 1903 no Rio de Janeiro, na época Distrito Federal, Vasco Leitão da Cunha vinha de uma família abastada, seu pai era advogado e sua mãe filha de um

⁷ FRANCO, Alvaro da Costa. (org.). **Documentos da política externa independente** – vol. 1. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação diplomática CHDD; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão FUNAG, 2007. _____ . **Documentos da política externa independente** – vol. 2. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação diplomática CHDD; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão FUNAG, 2008.

rico engenheiro inglês. É possível dizer que os Leitão da Cunha possuíam uma certa relevância e alguma circulação dentro da elite carioca e fluminense, além dos quadros públicos do governo brasileiro no período. Seu bisavô, Ambrósio Leitão da Cunha, foi o Barão de Mamoré na época do império; seu tio, Raul Leitão da Cunha foi ministro da Educação e Saúde no governo de José Linhares (1945 – 1946), durante a passagem do período varguista do Estado Novo para a gestão de Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951)⁸. Ainda jovem, Vasco Leitão da Cunha conheceu o patrono da diplomacia brasileira, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, também menciona ser amigo de longa data de José Nabuco, filho do diplomata Joaquim Nabuco. Ambas notórias figuras da chancelaria brasileira. Relatos estes que corroboram e demonstram a circulação e contato de Vasco Leitão da Cunha com o mundo da diplomacia ainda cedo em sua vida. Tais episódios são mencionados pelo próprio Vasco Leitão da Cunha em trechos do seu depoimento ao CPDOC, e que ao longo deste texto será tratado aqui como uma de nossas fontes⁹. Mas antes é preciso entender a forma que possui o livro ‘Diplomacia em Alto-mar’. Primeiro, no que tange ao conteúdo, a primeira coisa que nos chama a atenção no livro é sua pretensão político-biográfica. E com muitas ressalvas usamos o termo ‘biográfico’. Apenas as quinze primeiras páginas do capítulo inicial contêm um relato mais pessoal da vida do diplomata, justamente período que abrange a infância e adolescência de Vasco Leitão da Cunha, e que rapidamente ganham contornos que encaminham para a sua formação na diplomacia. Por isso, é preciso ter atenção ao conteúdo, não se trata de uma biografia em seu sentido comum, da vida de Vasco Leitão da Cunha, mas de uma escrita e produção que visa contemplar parte de uma história institucional, a do Ministério das Relações Exteriores - o Itamaraty, pautada nas memórias e na trajetória da carreira de um dos seus diplomatas. Sem espaços para contornos privados nesta narrativa. Conhecemos eventos relacionados com a atuação diplomática brasileira, através do relato íntimo de como o diplomata trabalhou e atuou nestas ocasiões, mas não temos nenhum relance de conteúdo propriamente biográfico, no sentido de vida particular. Contudo, é notório perceber que dado os contornos a carreira diplomática apresenta semelhanças com a carreira militar, talvez não tenham delimitações entre a vida privada e profissional quando o indivíduo está inserido nestas carreiras, estando disponíveis ao serviço do país praticamente em tempo integral. Ou seja, não é biográfico no sentido comum, mas certamente a diplomacia era a vida de Vasco Leitão da Cunha. Embora o

⁸ DIAS, Sonia. Vasco Leitão da Cunha. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV – CPDOC. (verbetes). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetebiografico/cunha-vasco-leitao-da>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

⁹ CUNHA, Vasco Leitão da. **Diplomacia em Alto-Mar**: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

livro apoie algumas das afirmações desta dissertação, sua consulta será um suporte a mais ao raciocínio, amparado, obviamente, por outros autores, artigos e fontes documentais. Dado o curto espaço também, não haverá como trabalhar com uma fonte oral e memorial usando os recursos metodológicos adequados a ela. Portanto, sendo um documento relevante para a construção narrativa e coesão do texto, destaca-se a forma como ele destoa dos demais tipos de documentação trabalhados. Por isto, a ressalva deve ser feita.

Vasco Leitão da Cunha formou-se em direito pela faculdade do Rio de Janeiro em 1925, e dois anos depois ingressou na carreira diplomática via concurso público. No Itamaraty, existem três carreiras atreladas ao serviço diplomático, sendo elas: diplomata, oficial de chancelaria e assistente de chancelaria. No que tange a carreira de diplomata, esta em que Vasco Leitão da Cunha ingressou em 1925, ela é estratificada da seguinte maneira:

O diplomata ingressa na carreira no cargo de Terceiro-Secretário e poderá ser promovido a Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe e Ministro de Primeira Classe. No exterior, os Ministros de Segunda e Primeira Classe podem exercer função de Embaixador.¹⁰

Há ainda as repartições administrativas do Itamaraty, que por sua vez, estão divididas entre os postos no exterior e os postos domésticos. Os primeiros são divididos em três categorias: as embaixadas, responsáveis diretas pela gestão das relações entre o Brasil e o país no qual elas estão instaladas, preferencialmente localizadas nas capitais dos países; as repartições consulares, podendo ser um consulado geral, consulado ou vice-consulado, cujo objetivo principal é atender cidadãos brasileiros no exterior; e por fim, as missões e delegações que atuam como a representação brasileira em órgãos internacionais, tais como a ONU e OEA. Já no âmbito doméstico, são organizadas pastas na condição de secretarias. Desta forma, há uma secretaria destinada para cada assunto de interesse da formulação da política externa brasileira. Por exemplo, as secretarias regionais, como a de América Latina, que visam aprofundar os conhecimentos do corpo diplomático sobre as particularidades, culturas, economia e outros aspectos de determinada região. Dentro das atividades domésticas do Itamaraty, o posto mais alto exclusivo que um diplomata de carreira pode atingir é o de Secretário-Geral, que opera como um executivo na coordenação de todas as pastas das secretarias. Vasco Leitão da Cunha foi Secretário-Geral em duas ocasiões, uma em 1953 durante a gestão de Vicente Rao, e outra em 1961 durante o período de Afonso Arinos de Melo Franco.

¹⁰ BRASIL, Ministério de relações exteriores. **O Itamaraty e as carreiras do Serviço Exterior**. Disponível em: < [O Itamaraty e as carreiras do Serviço Exterior — Ministério das Relações Exteriores \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)>.

Na condição de Segundo-Secretário da delegação de embaixada atuou nos seus primeiros postos no exterior, sendo eles: Lima no Peru entre 1929 e 1931; Lisboa em Portugal entre 1931 e 1933; Buenos Aires na Argentina entre 1934 e 1937; Santiago no Chile entre 1937 e 1938¹¹, ainda neste período foi membro da delegação brasileira para as resoluções de paz da guerra do Chaco em 1935¹². Ao retornar ao Brasil, em dezembro de 1938, foi promovido a primeiro-secretário, compondo a equipe do então chanceler Osvaldo Aranha em visitas oficiais por países sul-americanos. Entre 1939 e 1941 também ocupou cargos na divisão política do gabinete do secretário geral do MRE.

Em julho de 1940, Vasco Leitão da Cunha foi auxiliar especial do delegado brasileiro na conferência da II reunião de consulta dos chanceleres dos países americanos, ocorrido em Havana, sendo esta, sua primeira passagem por Cuba. Encontro este promovido pelos Estados Unidos, diante do escalonamento da guerra na Europa e visado pelo presidente estadunidense, Franklin D. Roosevelt, como forma de consolidar a política da boa vizinhança, a solidariedade hemisférica e a cooperação interamericana diante de uma iminente ameaça das potências do Eixo no Oceano Atlântico e no Oceano Pacífico. Em 1941, Vasco Leitão da Cunha assumiu interinamente o ministério da justiça, substituindo Francisco Campos que se ausentara por motivos de saúde. Durante sua permanência no cargo, a conjuntura internacional assistia a escalada da Segunda Guerra Mundial, e o Brasil, assim como os demais estados americanos, era pressionado pelos Estados Unidos a abandonar a posição de neutralidade e romper diplomaticamente com as potências do Eixo. O que ocorreu em 28 janeiro de 1942 após a III reunião de ministros das relações exteriores americanos realizada no Rio de Janeiro, seguido pela represália de alemães e italianos que culminaram a partir de fevereiro do mesmo ano em uma série de torpedeamentos de navios cargueiros brasileiros. Este fato impactou fortemente a mídia interna nacional, com o início de mobilizações populares exigindo a entrada do Brasil na guerra. Em um dos episódios, o então chefe da polícia do distrito federal e simpatizante nazista, Filinto Müller, denominado como um dos “germanófilos” pelo próprio Vasco Leitão da Cunha¹³, tentou impedir uma destas manifestações promovidas pela União Nacional dos Estudantes. O chefe da polícia desacatou o expediente do ministério de justiça sobre a segurança

¹¹ ABREU, Alzira de; LAMARÃO, Sérgio. (org.). **Personalidades da política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 89.

¹² A Guerra do Chaco (1932 – 1935) foi um conflito armado entre a Bolívia e Paraguai pelo controle da região do Chaco Boreal. Originada por disputas fronteiriças, territoriais e o controle de commodities como o petróleo, tendo papel relevante de atores estrangeiros do setor energético, como a Royal Dutch Shell (anglo-neerlandesa) e a Standart Oil (estadunidense). O conflito encerrou-se após pressão dos demais estados americanos. No desfecho, o Paraguai conseguiu obter controle da maior parte do território em disputa.

¹³ CUNHA, 2003, p. 72, 87, 88 e 89.

e manutenção da manifestação, e conseqüentemente foi desautorizado pelo ministro interino, Vasco Leitão da Cunha, que chegou a dar voz de prisão a Filinto Müller. Este episódio culminou em uma pequena crise interna no governo Vargas e na renúncia de ambos os envolvidos, Vasco Leitão da Cunha e Filinto Müller de seus respectivos cargos. Isto também, evidenciou as primeiras rupturas do Estado Novo, demonstrando uma cisão interna nos quadros burocráticos do governo Getúlio Vargas oriundas de uma política de neutralidade no tocante ao tema do recrudescimento da Segunda Guerra Mundial. No Itamaraty a maioria dos funcionários havia sido favorável ao rompimento com as potências do Eixo e apoiava as manifestações populares. Algo que Vasco Leitão da Cunha comenta:

Entrevistador: O embaixador Carlos Alves de Sousa diz em seu livro – *Um embaixador em tempos de crise* – que sabia da existência de vários integralistas, vários elementos pró-Eixo no Itamaraty. O senhor confirma?

Vasco Leitão: Havia alguns, uma meia dúzia, que eram conhecidamente a favor da Alemanha. Mas não tomaram nenhuma atitude indisciplinada quando do rompimento de relações. A corrente pró-Aliados era numerosamente dominante. Mais do que a orientação do ministro, essa era a tradição da casa. A própria casa tinha sido muito ‘aliadófila’ na Primeira Guerra Mundial [...]¹⁴

Em outro trecho, um pouco antes, Vasco Leitão da Cunha comenta que possuía “um preconceito a favor dos anglo-saxônicos. E da França.”¹⁵. O que em algum grau reforça a narrativa de um Itamaraty mais pró-aliados em um eventual conflito, ainda mais sob a chefia do chanceler Oswaldo Aranha que havia sido embaixador em Washington, e simpatizava abertamente com a política estadunidense. E destacava que as alas mais pró-Alemanha encontravam-se nos quadros militares e da segurança pública. A quem Vasco Leitão da Cunha se referia como ‘germanófilos’ como já dito anteriormente¹⁶.

Em 1943, com o Brasil já tendo declarado guerra às potências do Eixo, Vasco Leitão da Cunha foi enviado para missões diplomáticas no norte da África. Neste período, foi promovido a ministro de segunda classe e integrou o Comitê Francês de Libertação Nacional¹⁷ como delegado brasileiro. Esteve como observador diplomático na Itália, acompanhando as primeiras tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) assumindo o cargo de cônsul-geral em Roma até o fim das operações da FEB no país em junho de 1945, representando o Brasil diante do novo governo italiano recém libertado das forças nazifascistas. Participou como delegado

¹⁴ Op. Cit. p. 75.

¹⁵ Op. Cit. p. 72

¹⁶ Idem.

¹⁷ O Comitê, liderado por Charles De Gaulle e Henri Giraud, foi o órgão criado para reorganizar as forças e o estado francês diante da ocupação militar da Alemanha Nazista, não reconhecendo a autoridade da França de Vichy, vista como um estado fantoche controlado por Berlim. O comitê também visava uma campanha para a total libertação do estado francês, evoluindo para o governo provisório da República da França entre 1944 e 1946.

brasileiro tanto das conferências de formação da Organização das Nações Unidas em Londres, como das I e VI Assembleia Gerais da ONU, e chefiou a delegação brasileira na comissão especial da ONU para os Balcãs na Grécia, em meio a guerra civil ainda vigente no país.

Ainda na Europa, ocupou outros cargos diplomáticos na Suíça (1945 – 1946), na Espanha (1946 – 1949), e na Finlândia (1950 – 1952), em 13 de dezembro de 1954 tornou-se embaixador pela primeira vez, assumindo a representação de Bruxelas na Bélgica, cumulativamente com o posto consular de Luxemburgo, cargo em que permaneceria até 31 de outubro de 1956. Ainda na década de 1950, entre suas missões na Europa e exercícios de ofício no Brasil, Vasco Leitão da Cunha chegou a ser cotado como candidato ao cargo de chefia do departamento político e cultural do Itamaraty em 1951 pelo então chanceler João Neves da Fontoura. Função esta que foi declinada pelo próprio Vasco Leitão da Cunha, pois ele havia sido recém-empossado como encarregado de negócios em Helsinque na Finlândia, e acreditaria ser uma atitude grosseira perante a etiqueta das tratativas diplomáticas e das relações internacionais e que poderia ser mal interpretada pelo governo finlandês. Outro fato relevante, mas que será abordado de forma limitada devido à escassez de fontes documentais, é que no ano de 1953 Vasco Leitão fez um curso na Escola Superior de Guerra, abreviado pela sigla ESG. Da ESG em si trataremos um pouco mais adiante, quando abordarmos as doutrinas de política externa brasileira do período. Contudo, em passagens do livro supracitado¹⁸, é mencionado que durante a realização deste curso, Vasco Leitão da Cunha esteve na presença de figuras como o Henrique Teixeira Lott, na época general de divisão; o também general Olímpio Falconière da Cunha, comandante da região militar centro; Ernesto de Araújo, vice-almirante que em 1954 chefiou a ESG; e, Carlos Penna Botto, também vice-almirante da marinha. Todos eles, figuras notórias do alto-escalão das Forças Armadas brasileiras do período. Lott viria a ser o candidato à presidência nas eleições de 1960 pela chapa governista na coligação PSD/PTB, enquanto Penna Botto e Ernesto de Araújo eram vocálicos anticomunistas dentro dos quadros da marinha brasileira. Entretanto, embora seja uma informação de extrema relevância, não temos à nossa disposição documentos que revelem o conteúdo ministrado no curso em questão de suas especificidades. Mas, sabendo da importância da instituição (ESG) para a formulação de conceitos para a política externa brasileira, podemos ter alguns breves relances nos capítulos por vir. Ainda em 1954, antes de assumir a embaixada na Bélgica, Vasco Leitão da Cunha exerceu a função de secretário geral do Itamaraty pela primeira vez sob as gestões de Vicente Rao e Raul Fernandes, neste período a diplomacia brasileira estava focada em temas de importância interamericana, especialmente

¹⁸ Op. Cit. p. 167.

o caso da crise, e respectivamente do golpe, na Guatemala em 1954 que depôs o presidente Jacobo Arbenz Guzmán¹⁹.

Contudo, é a partir de sua passagem por Cuba que a história de Vasco Leitão se torna relevante para esta presente dissertação. Por conta disto, é necessário dar aos episódios que envolvem o diplomata no país insular um olhar um pouco mais detalhado. Entretanto, estes ainda serão limitados, já que fogem do escopo e recorte que pretende este texto. Em 1955, durante o período de recesso de fim de ano Vasco Leitão da Cunha viajou com familiares para a Espanha, lá ele acabou sofrendo um acidente doméstico, e por recomendação médica solicitou transferência para a embaixada de Havana em Cuba²⁰. “Disse então ao ministério: “vai vagar a embaixada em Cuba. Se não houver outro candidato, me conviria”. Foi o mais próximo de um pedido determinado posto a que cheguei.”²¹. Desta forma, segundo o próprio, ele tomou conhecimento de que a embaixada em Havana, na tropical ilha de Cuba, ficaria vaga e realizou a solicitação de transferência de posto. A requisição consta nos registros do anuário de funcionários de 1957 do ministério de relações exteriores²². Embora, não haja nenhuma menção ao incidente nas observações, que apenas inclui a mudança de posto. Isto corrobora para a ideia de que seu pedido tenha sido informal, e pensado estritamente na questão de sua saúde. Este é um aspecto importante de se ressaltar. Pois, o fato é que a Revolução Cubana ainda era um movimento incipiente em 1956. A chegada de Vasco Leitão da Cunha no país caribenho ocorre em 26 de novembro de 1956, e o desembarque dos guerrilheiros abordo do iate Granma ocorre no dia 2 de dezembro de 1956, alguns dias depois do diplomata brasileiro já ter apresentado suas credenciais ao governo de Fulgencio Batista. Esta mera cronologia nos ajuda a descartar qualquer hipótese de objetivos traçados estrategicamente ou com fins de inteligência que precedam a chegada do diplomata brasileiro ao país, uma vez que Vasco Leitão da Cunha, viria

¹⁹ O golpe de estado na Guatemala de 1954 é tido como um episódio fulcral para a evolução dos confrontos políticos-ideológicos da América Latina durante a Guerra Fria. Há autores que consideram este episódio, e não a revolução cubana de 1959, como o verdadeiro divisor de águas que culminará no escalonamento da Guerra Fria no continente. Entretanto, embora de importante relevância para o contexto da época a história do golpe na Guatemala não poderá ser analisado de forma aprofundada nesta dissertação. Sendo mencionado apenas de forma factual no capítulo II, com intuito de entendermos outros desdobramentos da guerra fria latino-americana. Recomendamos então as seguintes leituras sobre o tema: GRANDIN, G. **A Revolução Guatemalteca** (2004); GLEIJESES, P. **Shattered Hope: the guatemalan Revolution and the United States** (1992); SCHLESINGER & KINZER. **Bitter Fruit: an untold story of the American Coup in Guatemala** (1982); CULLATHER, N. **Secret History: the CIA’s classified account of its operations in Guatemala, 1952 – 1954** (2006).

²⁰ No incidente, Vasco Leitão caiu sobre um aparelho de calefação após um desmaio, o que resultou em queimaduras graves. Após cirurgia para restaurar a pele danificada o processo de recuperação exigia que o diplomata tomasse banhos de sol regularmente. Sobre esse incidente, ele comenta: “Foi um acidente sério, ainda tenho a cicatriz. E o problema era que eu precisava tomar sol. Em Bruxelas era impossível chove 300 dias por ano.” Op. Cit. p. 195.

²¹ Op. Cit. p. 195.

²² Disponível em: <[Anuário de Funcionários do Ministério das Relações Exteriores — Português \(Brasil\)](http://www.gov.br) (www.gov.br)>. Acesso em: 14 nov. 2022.

a se envolver profundamente com os acontecimentos da ilha e estes iriam despertar “outros mistérios que surgem sobre a postura pessoal de da Cunha”²³. Especialmente por conta de um relato autobiográfico trazidos por Juanita Castro, a irmã de Fidel e Raul, os líderes revolucionários, e escritos em parceria com a jornalista mexicana Maria Antonieta Collins²⁴. Neste livro Juana menciona que a esposa de Vasco Leitão da Cunha, a Senhora Virgínia Leitão, atuava em parceira com a CIA, Central Intelligency Agency, dos Estados Unidos²⁵. A informação impressionante possui algum respaldo, mas é preciso ter ressalvas com ela. De fato, durante o período da guerra civil Juanita foi asilada política na embaixada brasileira chefiada pelo Vasco Leitão da Cunha, e desenvolveu uma forte amizade com sua esposa. Contudo, no livro mencionado aparecem algumas informações contraditórias e outras facilmente refutáveis. Em uma delas, Juanita diz que a Senhora Virgínia veio lhe informar sobre a mudança deles, os Leitão da Cunha, de Havana. A seguir:

Têm sido dias terríveis, Juanita. Especialmente por toda essa desilusão de ver que não existem aqueles ideais pelos quais todos de alguma forma lutamos, apoiando Fidel para ter uma mudança verdadeira em Cuba. Tenho uma enorme dor que não me abandona, e penso em pessoas como você ou sua mãe, e tantos conhecidos mais, para os quais aquela Revolução com a qual sonhavam era um motivo para viver. Mas vamos deixar de lado tudo isso que nos atormenta e que a você dói duplamente, porque tem a ver diretamente com sua família. Quero que saiba que vamos embora de Cuba. O presidente João Goulart deu a Vasco a incumbência de encabeçar a embaixada na União Soviética, e queríamos que você fosse das primeiras pessoas a saber.²⁶

A contradição aqui cai numa suposta confusão memorial com os fatos. Vasco Leitão da Cunha, deixou oficialmente o posto de Havana em 13 de janeiro de 1961, meses antes de João Goulart assumir a presidência do Brasil. Além disso, é mencionado segundo o relatório de funcionários do Itamaraty que Vasco Leitão da Cunha encontrava-se de férias no período de 2 a 31 dezembro de 1960, retornando à Cuba apenas para a passagem de cargo do novo representante brasileiro²⁷. Outrossim, Vasco Leitão da Cunha só seria indicado para a embaixada na União Soviética em 1962, assumindo o posto lá em 24 de abril. E no período entre as duas embaixadas, Vasco Leitão da Cunha ainda exerceu o cargo de secretário geral do Itamaraty, aqui no Brasil. Desta forma seria impossível que Juana e Virgínia tivessem tido esta conversa, já que a ordem dos eventos não corrobora o seu relato. Entretanto, é sabido a

²³ HERSHBERG, James G. A “friend of the Revolution” or a “traitor”? Vasco Tristão Leitão da Cunha, Fidel Castro (and his sister), and Brazilian-Cuban relations, 1956 – 1964. **Conference New perspectives on Latin America’s Cold War**. Buenos Aires, p. 1 – 73, jul 2014. p. 12.

²⁴ CASTRO, Juana. **Fidel e Raul, meus irmãos: a história secreta**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

²⁵ Op. Cit. p. 261.

²⁶ Op. Cit. p. 260.

²⁷ Disponível em: < [Anuario1960_1961.pdf \(funag.gov.br\)](#)>. Acesso em 14 nov. 2022.

colaboração que Juanita exerceu com a CIA, e que culminou no seu autoexílio da ilha. E segundo ela, quem estabeleceu essa conexão dela com a agência foi a senhora Virgínia Leitão da Cunha. Embora os relatos de Juana Castro caiam em contradição, documentos já desclassificados da própria CIA apontam para alguma colaboração oriunda da embaixada brasileira no período imediato pós revolucionário. Apenas a título de curiosidade, um informe sobre o Vasco Leitão da Cunha produzido pela agência após o golpe de 1964 aponta os eventos do período em Cuba, e contém justamente um excerto com trechos intencionalmente apagados que mencionam Virgínia Leitão da Cunha em março de 1960²⁸ e atitude do casal perante a revolução. Apesar de interessantes, este é um tema complexo, demasiadamente extenso e que foge do escopo para ser trabalhado aqui. Entretanto, é relevante ao menos mencionar este evento que por razões de limitações documentais e recorte de pesquisa será tratado apenas como uma hipótese, mas que ilustram o posicionamento político do casal Cunha, sem desmerecer a pertinência destes eventos.

A importância de Cuba e do seu processo revolucionário não circunscrevem apenas a um tema da história internacional, os reflexos dela serão perceptíveis dentro da política nacional brasileira e da própria opinião pública nacional²⁹. E serão uma das pautas da condução da política externa do regime militar após o golpe de 1964. Isto posto, passamos para uma descrição mais factual dos episódios da revolução cubana e o envolvimento do diplomata brasileiro. Vasco Leitão da Cunha desembarcou no aeroporto de Havana em 26 de novembro de 1956, assumindo a chefia da representação brasileira no país oficialmente no dia seguinte. “Aquela missão, a Embaixada em Havana, teria uma importância especial em sua carreira, e marcaria o início de um dos períodos mais decisivos da Diplomacia Brasileira no século XX”³⁰, que enfatiza a relevância do íterim do diplomata na ilha.

Já no dia 2 de dezembro de 1956, pouco tempo depois, após uma semana de viagem em alto-mar, sob condições insalubres, oitenta e dois homens desembarcavam do iate Granma na região oriental da ilha de Cuba. A bordo da embarcação, um grupo de expedicionários, guerrilheiros do Movimento 26 de julho (M26-7) e seus líderes Fidel Castro, Ernesto “Che” Guevara, Raul Castro, Camilo Cienfuegos entre outros, figuras chave para a história da

²⁸ Disponível em: < [vasco_tristao_leitao_da_cj\[15139721\].pdf \(cia.gov\)](#)>. Acesso em 14 nov. 2022.

²⁹ No que tange os temas da questão cubana e a opinião pública nacional sobre a política externa, assunto demasiadamente denso e que não será explorado neste texto, recomendamos a leitura da seguinte dissertação: MARSON, Ana Carolina de Araujo. **Opinião pública e política externa brasileira: a participação do Brasil na Conferência de Punta del Este de janeiro de 1962**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 99, 2016.

³⁰ BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. **Brasil-Cuba: relações político-diplomáticas no contexto da guerra fria (1959 – 1986)**. Brasília: FUNAG, 2010. p. 22.

Revolução Cubana que lograria êxito e derrubaria o regime ditatorial de Fulgencio Batista na virada do ano de 1958 para 1959.

Entrevistador(a): Cuba estava tranquila quando o senhor chegou, em 1956?

Vasco: Mais ou menos, porque já havia uma atmosfera de guerra civil iminente. E eles poderiam ter salvado o país desse terrível acontecimento se tivessem ouvido a proposta de um ex-presidente, Cosme de la Torriente, que tinha um grande prestígio moral, porque havia combatido pela independência, tinha lutado contra o presidente Machado y Morales, que se tinha feito reeleger – o que resultou na revolução de 30 de Cuba, a revolução dos sargentos, que fez o sargento Batista. Cosme de la Torriente tinha uma proposta de conciliação nacional, fazendo com que a oposição se entendesse com o governo, um pouco do que está acontecendo aqui no Brasil hoje (...).³¹

Cosme de la Torriente³² nunca foi presidente de Cuba, chegou a ser secretário de estado do país durante o governo de Carlos Mendieta entre 1934 e 1935. De la Torriente, durante o regime Fulgencio havia presidido a ‘Sociedad de Amigos de la República’ (SAR) organização responsável pela mediação entre o ditador e a oposição política tradicional. Sua postura como advogado e o acesso as camadas governistas do regime Batista o fizeram ser uma figura de respaldo, apenas entre os que tentavam a mediação e saída negociada para os problemas de Cuba. A proposta de la Torriente encontrava forte resistência por tentar aglutinar interesses muito distintos de setores da elite urbana e rural, Torriente nunca chegou a debater propostas de resolução com os grupos guerrilheiros, já que faleceu apenas alguns dias depois da chegada de Fidel à ilha em 7 de dezembro de 1956. Além do mais, ele desejava que a solução para a crise política do país fosse mediada pelos Estados Unidos, algo repudiável para alguns setores da sociedade, especialmente os rurais, visto que a sob a ótica de uns, a presença dos Estados Unidos no país era a causa de alguns dos seus problemas. Vasco Leitão Cunha tenta comparar a mediação de la Torriente com o movimento de abertura política do Brasil do final da ditadura, uma afirmativa um tanto equivocada, já que o SAR era um grupo político tradicionalista ligado às elites cubanas e com pouco, ou quase nenhum, respaldo representativo das camadas mais populares³³.

Como embaixador brasileiro, Vasco Leitão da Cunha permaneceria em Cuba até 13 de janeiro de 1961, neste período ele se tornaria uma figura de testemunho dos eventos que decorreriam, mas muito mais do que isso, também seria uma personalidade de relevância e

³¹ CUNHA, Op. Cit. p. 196.

³² ECURED. La Enciclopedia Cubana. Disponível em: <[Cosme de la Torriente - EcuRed](#)>. Acesso em: 20 nov. 2022.

³³ A comparação é feita, pois no caso brasileiro, as camadas populares tiveram um peso de reivindicação maior no processo de redemocratização. Que por sua vez foi aproveitado por diversos grupos políticos nacionais, e na criação e refundação de diversos partidos políticos.

respeito para o andamento dos eventos, tanto entre seus homólogos, como para os políticos brasileiros e cubanos, e, entre os líderes da revolução, como Fidel e ‘Che’ Guevara. Nos pouco mais de quatro anos em que esteve na ilha presenciou a queda de Batista e a vitória da revolução, a ascensão de Castro e o início da construção do socialismo no país insular. Contudo, não foi figura passiva neste ínterim. Envolveu-se diretamente com os protagonistas do processo, tratando com eles nas mais variadas questões que iam de crises da política local às disputas internacionais. Em um dos episódios mais notórios da sua atuação em Cuba, Vasco Leitão da Cunha concedeu asilo diplomático a diversas figuras envolvidas nos processos políticos da ilha, tanto de partidários de Fidel Castro e outros movimentos revolucionários, como também de personagens ligados ao governo Batista, que buscaram a embaixada brasileira como refúgio para escapar das perseguições promovidas pelos revolucionários agora no poder. Acontecimento este denominado no livro depoimento como ‘Dança dos asilados’³⁴. O Brasil, os Estados Unidos, a América Latina e o mundo assistiam atentos ao progresso da revolução, na qual valeu-se de Vasco Leitão da Cunha um interessante olhar acurado do processo. Além de ser tanto espectador, quanto ator coadjuvante, o embaixador foi também um símbolo, representava a integridade das instituições internacionais ainda presentes no país naquele momento de abruptas mudanças, visto que a posição de independência e neutralidade da política externa brasileira correspondia a um pertinente termômetro de relações. Tanto para as ações do projeto revolucionário que buscavam reconhecimento e legitimação; como para a comunidade internacional, especialmente dos estados americanos, que se amparavam no Brasil como mediador da crise que se instalava no Caribe. Por isso, Vasco Leitão da Cunha tornou-se, talvez, no mais importante diplomata em Havana no período, algo que James Hershberg, salienta em diversas passagens na introdução de seu artigo sobre o diplomata, como quando cita o homólogo argentino do brasileiro:

De acordo com um importante colega diplomata em Havana, o embaixador argentino, da Cunha “contribuiu, talvez mais do que ninguém... Ele foi um dos fatores predominantes que mais ajudaram no triunfo da revolução.”³⁵

Gradativamente com as vitórias da guerrilha em campo, os revolucionários robusteceram suas fileiras, novos combatentes buscavam juntar-se a guerrilha de Fidel Castro, tido como “El líder”. A luta armada tomava forma também dentro das cidades, ataques a postos militares e até mesmo ao palácio presidencial ocorrem. Outros grupos, tidos como de uma oposição moderada

³⁴ CUNHA, Op. Cit. p. 200.

³⁵ HERSHBERG, 2014, p. 9. Tradução livre do autor. No original: According to a key diplomatic colleague in Havana, the Argentine ambassador, da Cunha “contributed, maybe more than anyone... he was one of the predominant factors that most helped the triumph of the revolution.”

progressivamente começaram a se radicalizar, alguns ligados a figuras políticas como do ex-presidente Prio Socarrás, outros ligados a intelectuais no exílio. O partido socialista popular, nomenclatura utilizada pelos comunistas decide juntar-se às guerrilhas, que até então se opunham aos levantes armados por considerá-los como um movimento oriundo de setores burgueses. Aos poucos a popularidade da guerrilha não só crescia, como tomava forma de uma frente ampla concertada no objetivo de derrubar Fulgencio Batista do poder. E nisto, o M26-7 e Fidel Castro, tornaram-se um símbolo da luta antiautoritária. Algo que o próprio Vasco Leitão da Cunha constata: “(...) havia muita gente favorável ao Fidel, não com a conotação socioeconômica e política, mas com a conotação de liberdade. A burguesia cubana queria acabar com os jagunços do Batista³⁶”. Por isto, diante de toda essa conjuntura posta, era perceptível que os revolucionários sairiam vitoriosos, algo que como observamos era nítido para o próprio Vasco Leitão. Entretanto, isso não dizia que o embaixador Cunha tinha uma visão positiva dos acontecimentos. Assim como James Hershberg³⁷ destaca, com a ausência de telegramas e outros documentos da embaixada brasileira ainda não desclassificados do período de Fulgencio Batista no governo, o posicionamento, recomendações e consultas que o representante brasileiro fez ao governo cubano não são nítidas. Contudo, alguns outros documentos nos permitem inferir sobre e sustentar a aversão do diplomata aos rumos da revolução. Em mais uma passagem do depoimento dele, vemos a forma como ele emprega termos para se referir-se ao processo revolucionário. “(...) Eu tinha menos” afeição, “porque achava que revolução em geral acaba mal. Considero que a evolução é que é recomendável, não a revolução.”³⁸. O diplomata claramente emprega um sentido positivo às palavras ‘revolução’ e ‘evolução’, que estão longe de uma caracterização política conceituada³⁹. Hershberg ainda afirma que em conversas com seu homólogo estadunidense, Vasco Leitão apresentava uma atitude “muito pessimista” dado que o impasse de forças persistia, e que as eleições convocadas no ano de 1958 não apresentavam nenhuma solução prática, do contrário apenas deterioravam a situação. Na visão dele havia muita falta de legitimidade institucional no governo Batista, que se sustentava no poder mediante abusos de autoridade. Enquanto a frente ampla de oposição apresentava apenas sintomas de vindouras inquietações e desconfiança; já que o único consenso dela era em torno

³⁶ CUNHA, Op. Cit. p. 197.

³⁷ HERSHBERG, 2014.

³⁸ Op. Cit. p. 200.

³⁹ Essa confusão de termos aparece mais adiante, por exemplo, capítulos depois quando o assunto é sobre o processo que culminou no golpe de 1964, Vasco Leitão não hesita em referenciar os golpistas como revolucionários ou movimento restaurador.

da derrubada do regime, não havendo planos para instauração, e ou restauração, de um governo cubano forte, legítimo e centralizado.

Ele não via solução, certamente não nas eleições simuladas que Batista estava considerando, e como mencionado acima, ele parecia preferir um golpe militar “responsável” a uma quebra revolucionária da ordem. No momento, ele estava completamente chocado com a “brutalidade policial em Habana, particularmente durante o mês passado”, dizendo que havia “chegado a tal ponto que ele pensou que o Corpo Diplomático deveria fazer algum tipo de representação ao governo”. (Seu interlocutor americano não se comprometeu e não parece que tal ação tenha sido tomada.) Em desespero, da Cunha expressou a esperança de que Washington “usasse sua influência preponderante em Cuba para encorajar uma solução”, apenas para provocar um protesto piedoso de que os Estados Unidos respeitaram sua obrigação de não interferir nos assuntos internos de outras nações. Não convencido, da Cunha “afirmou que eventualmente chegará um momento em que, para o bem da humanidade, uma nação não deve aderir com muita rigidez a conceitos legais” – uma sugestão de um desejo de “intervenção humanitária” que desmentiu a tradicional insistência estrita do Brasil na preclusão jurídica de qualquer interferência.⁴⁰

Vasco via que a situação fugia do controle, reconhecia os oportunismos de Fulgencio Batista para se manter no poder, mas percebia a sua queda iminente. Por isso, ele ansiava, acima de tudo, que a resolução da crise viesse logo e liderada pelos Estados Unidos, como forma de afastar a influência comunista que crescia no meio revolucionário, como ele próprio afirma “Em Cuba eu achava que” a revolução “era uma tentativa de melhorar, mas sempre tive minha suspeita de um conluio com os comunistas.”⁴¹ Contudo, sacralizada a vitória, não tardou para que diversos países latino-americanos reconhecessem o governo dos revolucionários. O embaixador brasileiro esperou a chegada de Fidel em Havana para dar início às tratativas, e logo em seguida o país reconheceu a mudança de regime em Cuba. Consolidada a vitória da revolução, Vasco Leitão da Cunha ainda permaneceu mais dois anos na ilha como embaixador, sendo considerado o principal mediador estrangeiro para com o novo governo, durante as eleições presidenciais brasileiras de 1960 ele foi consultado pelo presidente Jânio Quadros sobre uma viagem à Cuba, ele comenta “achava que ele (Jânio) devia tomar conhecimento da

⁴⁰ HERSHBERG, 2014, p. 20. Tradução livre do autor. No original: “He saw no solution, certainly not in the sham elections which Batista was considering, and as mentioned above he seemed to prefer a “responsible” military coup to a revolutionary breakdown of order. For the moment, he was completely appalled by the “police brutality in Habana, particularly during the past month,” saying it had “reached such a point that he thought the Diplomatic Corps should make some type of representation to the Government.” (His American interlocutor was noncommittal, and it doesn’t seem any such action was taken.) In desperation da Cunha expressed the hope that Washington would “use its preponderant influence in Cuba to encourage a solution,” only to elicit a pious protestation that the United States respected its obligation not to interfere in the internal affairs of other nations. Unconvinced, da Cunha “stated that there eventually comes a time when for the sake of humanity, a nation must not adhere too rigidly to legal concepts”—a hint of a desire for “humanitarian intervention” that belied Brazil’s traditional strict insistence on juridical preclusion of any such interference.”

⁴¹ CUNHA, Op. Cit. p. 200

situação. Como eu achava que a UDN seria favorável ao governo cubano, se fosse mais moderado, gostei muito da ideia de ele ir até lá.”⁴².

Vasco Leitão da Cunha deixou o posto em Havana no final de 1960 sendo substituído formalmente apenas em 13 de janeiro de 1961, como mencionamos acima. Retornando ao Brasil, atuou novamente como secretário geral do Itamaraty entre fevereiro e maio, agora sob a gestão de Afonso Arinos de Melo Franco que buscava expandir as bases e atuação da chamada Política Externa Independente, que veremos a seguir. O período é marcado pela crise presidencial no Brasil, no qual João Goulart assume a chefia do executivo e o deterioramento das relações Estados Unidos-Cuba e a conseqüente aproximação do país insular com a esfera de influência soviética. Um dos episódios fulcrais deste período ocorre em janeiro de 1962 no Uruguai na VIII reunião de ministros de relações exteriores, que culminará com a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos, OEA, e da junta interamericana de defesa. Diante do litígio o Brasil assume uma posição conciliatória, e Vasco Leitão da Cunha é tido como um dos mentores da proposta de pacificação e normalização das relações EUA-Cuba. Denominada de ‘Finlandização de Cuba’, Vasco Leitão da Cunha comenta:

Vasco Leitão: Devíamos ajudar Cuba a organizar sua vida dentro de uma revolução, mas não devíamos apoiar a instauração de um governo comunista. Eu também achava que se devia desmilitarizar a revolução cubana, e por isso avancei a tese de “finlandização” de Cuba. Convenci o San Tiago Dantas da ideia de finlandização [...]

Entrevistador: O projeto de finlandização de Cuba era seu? Fruto de sua experiência na Finlândia?

Vasco Leitão: É lógico. A Suécia se recusou a fazer parte da comissão europeia que abrangia os membros da OTAN enquanto a independência da Finlândia fosse respeitada pela União Soviética. De maneira que a União Soviética tem dois interesses: manter a Suécia fora da OTAN e manter a Finlândia sem briga.⁴³

Contudo, a proposta encontrou resistência tanto dos Estados Unidos que considerava ser permissível e tolerante com um regime comunista “controlado” por uma potência estrangeira, como da própria Cuba que temia fazer concessões demais sem ter alguma garantia de que sua autonomia e processo revolucionário seriam respeitados. O episódio consolidou o tema do anticomunismo entre os estados latino-americanos, já que dois terços deles votaram pela expulsão de Cuba dos órgãos interamericanos, porém, é notório o papel que as diplomacias brasileira e argentina exerceram na ocasião conseguindo trazer importantes países do continente

⁴² CUNHA, Op. Cit. p. 220.

⁴³ Op. Cit. p. 236.

para uma posição mais branda e conciliadora⁴⁴. Mas, mesmo o esforço dos maiores países latinos encontrou resistência doméstica sobre o tema, o que comprovava que não era necessária a tutela dos Estados Unidos para promover uma pauta anticomunista, já que outros países percebiam que através da ilha de Cuba havia uma incompatibilidade com o sistema interamericano e que ela representava “uma ofensiva comunista na América Latina de grande intensidade também significa e que a unidade continental e as instituições democráticas do hemisfério estavam em perigo.”⁴⁵. Um ponto que reforça justamente a percepção de que Cuba era incompatível assumindo a política pró União Soviética vem do próprio Vasco Leitão da Cunha:

O Fidel se declarou comunista no fim do ano de 1961, de maneira que não cabia outra coisa senão desistir da solução finlandesa. O Brasil deveria ter tomado conhecimento, em ato notarial, da decisão de abandonar o sistema interamericano. Era essa a posição que eu teria tido em Punta del Este. Foi o Fidel que se retirou, ao adotar uma posição proibida pela declaração do San Tiago em Santiago, que dizia que o sistema comunista é incompatível com a organização interamericana.⁴⁶

Embora em desacordo com algumas das ações da política externa brasileira, Vasco Leitão da Cunha nunca demonstrara insubordinação. Ainda naquele ano de 1962 o governo de João Goulart vai adiante com a retomada das relações diplomáticas entre Brasil e União Soviética que estavam rompidas desde 1945. Vasco Leitão da Cunha é então apontado para ser o embaixador brasileiro nesta nova missão, e em 25 de abril de 1962 ele é enviado para Moscou. Durante sua estadia na União Soviética temos outro evento de grande envergadura internacional que envolve a ilha de Cuba, a crise dos mísseis em outubro do mesmo ano. O papel de Vasco Leitão da Cunha foi importante para manter toda a estrutura diplomática brasileira ciente das decisões do governo de Moscou. “Durante a crise telegrafei ao governo brasileiro dizendo que achava que Krushev havia tomado uma medida puramente política, que não havia nenhuma intenção militar dentro da cabeça do Kremlin.”⁴⁷. Seus informes auxiliaram o Brasil a tentar novamente uma medida conciliadora com anuência do presidente estadunidense, John F. Kennedy, mas que acabou não sendo necessária já que as duas potências entraram em um acordo antes da missão diplomática brasileira entrar em ação. Vasco Leitão da Cunha permaneceria na União Soviética como embaixador brasileiro até 14 de fevereiro de 1964, chegando no Brasil semanas antes de ser deflagrado o golpe militar contra o presidente João Goulart. Em 4 de abril,

⁴⁴ HARMER, Tanya. The “cuban question” and the cold war in Latin America, 1959 – 1964. **Journal of Cold Wars Studies**. Boston, vol. 21, No. 3, pp. 114 – 151, jun/set 2019.

⁴⁵ Op. Cit. p. 114.

⁴⁶ CUNHA, Op. Cit. p. 237.

⁴⁷ Op. Cit. p. 250.

três dias após a deposição de Goulart, Vasco Leitão da Cunha assumiria a chefia do Itamaraty, o novo chanceler estaria agora à frente de uma nova doutrina de política externa, ele se manteve no cargo até 1966, sendo substituído por Juracy Magalhães. Após sua passagem como ministro de relações exteriores, Vasco Leitão da Cunha assumiu a embaixada brasileira em Washington nos Estados Unidos, onde permaneceu até junho de 1968. Este foi seu último posto diplomático antes da aposentadoria.

1.2. Vasco Leitão da Cunha: um perfil

Quando trazemos como título deste capítulo a palavra ‘incólume’ não nos colocamos de forma a julgar o personagem, ou as produções acadêmicas que precederam a presente dissertação. A palavra é uma licença um tanto poética para uma conjunção de fatores, e representa bem em um único vocábulo a descrição que cerceia a figura de Vasco Leitão da Cunha. E descrição é uma palavra comum aos diplomatas. Uma vez como representantes oficiais de um estado, seu serviço ao país antecede anseios e desejos particulares, ao menos a manifestação de opiniões públicas é mais modesta e precisa ser colocada cautelosamente. Embora reservado, Vasco Leitão da Cunha é uma figura de extrema importância para a história das relações exteriores brasileiras, mas não é um personagem que atrai tanta atenção acadêmica como outras figuras do período. E isto não é nenhum demérito. É ‘incólume’ também pelas poucas investigações de sua vida, mas elas não são um representativo de desinteresse ou ausência de qualidade nas pesquisas anteriores, ou de que esta dissertação está na vanguarda de algo inovador. Outros autores, de diplomatas a historiadores, tiveram seus méritos em trazer para a luz um protagonista tão interessante como Vasco Leitão da Cunha, cujo trabalhos foram imprescindíveis para a produção deste. Mas uma coisa se percebe, Vasco Leitão da Cunha não era a figura central dos processos políticos que se desenvolviam nas décadas de 1950 e 1960, era um coadjuvante pródigo. E com alguma aquiescência podemos dizer que isso era buscado intencionalmente pelo diplomata e chanceler. Já que com razão, como mencionamos acima, descrição é uma palavra comum e inerente aos diplomatas de carreira. Mesmo à frente do ministério de relações exteriores brasileiro, ele não atraía para si os holofotes da opinião pública sobre os temas internacionais do Brasil. E quando o fazia, era ocultado por um evento político de maior envergadura, como por exemplo, o Ato Institucional número 1, de 9 de abril de 1964, que coincidentemente foi promulgado simultaneamente à sua entrevista numa comitiva de imprensa sobre quais linhas se conduziria a política externa brasileira dali em diante⁴⁸. Por isso

⁴⁸ Op. Cit. p. 272.

tudo, ‘incólume’ é uma palavra que traduz de maneira simbólica como é trabalhar documentalmente com uma figura como Vasco Leitão da Cunha.

Contudo, para o andamento deste trabalho vamos tentar desvelar um pouco desta figura ‘incólume’, e tentar traçar um perfil, mesmo que breve, do diplomata. Já que é difícil esboçar uma descrição com poucos documentos de caráter pessoal. A primeira coisa que nos chama atenção está contida no próprio prefácio do livro ‘Diplomacia em Alto-mar’, escrito por Gelson Fonseca Junior, diplomata e na época presidente da Fundação Alexandre de Gusmão. Ele descreve Vasco Leitão da Cunha como um ‘realista’, contudo na teoria das relações internacionais este é um conceito relevante e precisa ser mais bem elaborado.

Cristina Pecequilo⁴⁹ assim como outros autores, diz que dado o caráter multidisciplinar e transdisciplinar das relações internacionais como campo de pesquisa, é difícil estabelecer uma estrutura teórica-metodológica própria. E por isso, apresenta conceitos que se baseiam em perspectivas oriundas de outras áreas do conhecimento, sendo as mais conhecidas três delas: o realismo político, originário da ciência política e da história; o liberalismo, atrelado ao campo econômico e filosófico; e o marxismo, ligado as teorias sociais que compõem sociologia, filosofia, economia e ciência política. Aqui, focaremos apenas nas duas primeiras, já que Gelson Fonseca classifica o Vasco Leitão da Cunha também como alguém de aspirações liberais.

O realismo como pressuposto teórico pode ser traçado até figuras como filósofo inglês Thomas Hobbes no século XVII e Nicolau Maquiavel da Itália renascentista do XVI. Porém diversos autores, das mais diferentes perspectivas teóricas⁵⁰, estabelecem o realismo nas relações internacionais a partir da busca por ‘poder’ e manutenção de sua existência e segurança como estado. Uma das mais importantes figuras que contribui para uma definição mais estrita do que seria o realismo é o cientista político alemão radicado nos Estados Unidos, Hans Morgenthau, que em 1948 publica um livro tido como base para o pensamento realista⁵¹. De forma resumida, o autor trata que definir os interesses políticos em termos de poder seria a forma mais próxima de se estabelecer um conceito universal, que fugiria da deferência de motivações individuais e ou preferências ideológicas⁵², por isso para ele “o poder como

⁴⁹ PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

⁵⁰ Já autores como Joseph Nye Jr. tentam buscar uma superação teórica para o antagonismo das vertentes liberais e realistas nas relações internacionais, contudo ainda partem do mesmo princípio de que o realismo está pautado centralmente em uma disputa de poder. Mas que só essa não seria suficiente para explicar as interações humanas que não se baseavam no conflito. Ver: NYE, Jr., Joseph S. **Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história**. Lisboa: Gradiva, 2011.

⁵¹ MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1948.

⁵² Importante referenciar a nomenclatura ‘Realpolitik’, oriunda dos políticos e diplomatas alemães do século XIX, como Klemens von Metternich e Otto von Bismarck. Ela é tida como um tipo de realismo político e que leva em

conceito universalmente definido, mas cuja expressão varia no tempo e no espaço.”⁵³. Isto é, as formas de se buscar poder ao longo da história e lugar poderiam variar entre poder político, econômico, militar, diplomático entre outros, mas a busca sempre seria do poder.

Outro conceito comum aos realistas é a percepção de que o sistema internacional é ‘anárquico’. Isto é, não há um representante legítimo acima de todos os outros estados do globo, que detém o monopólio do uso legítimo da força⁵⁴, e que possa arbitrar, ditar, interpretar e impor de maneira concreta as leis do sistema internacional.

O que existe nas relações internacionais é a coexistência entre múltiplos soberanos que, por serem soberanos sobre seus próprios cidadãos, não podem abdicar do uso legítimo da força em favor de nenhuma terceira parte. Reproduz-se, assim, nas relações internacionais o que Hobbes descreveu como o estado de natureza: a existência simultânea de vários atores exclusivamente responsáveis por sua própria sobrevivência. Como no estado de natureza hobbesiano, na anarquia internacional, os Estados lutam permanentemente por sua sobrevivência e desconfiam uns dos outros.⁵⁵

Por esse motivo, o conceito de anarquia internacional vai de encontro com o anterior, o poder, no sentido que a busca por encontrar uma forma de manter ou equilibrar o poder seria crucial para a existência e a segurança dos países. Isto posto, como Vasco Leitão da Cunha se encaixaria como um personagem de visão realista para os temas internacionais? Gelson Fonseca abre um parágrafo abordando o tema da seguinte maneira:

Uma terceira virtude diplomática – depois do domínio das línguas e do prazer pela diversidade e convivência – é o *realismo*, que talvez defina a sua atitude básica diante das pessoas e das situações. Realismo é um conceito de múltiplas conotações. No universo do dr. Vasco, traduz-se basicamente por uma atitude antidogmática, pelo senso de medida (“nacionalista, mas não xenófobo”, repetirá em várias passagens do depoimento). [...] entende, contudo, que o mundo da política é tecido de relações de poder que exigem aproximação cuidadosa, sem preconceitos, como se a cada problema correspondesse uma solução específica. Tinha o senso agudo do relativo e do concreto, a visão das coisas como são e não como deveriam ser.⁵⁶

Aqui o autor do prefácio, que também é diplomata, coloca que o realismo seria uma “terceira virtude” da diplomacia. Entretanto ele não especifica conceitualmente o termo de forma teórica, mas aborda as noções que tratamos acima, de que esta doutrina e visão das relações internacionais presa pela interação nas formas de poder. E tratando-se de poder, deve

consideração, justamente, aspectos práticos em detrimento de ideológicos. E que aplicava uma ferramenta de ceticismo coercitivo, e para alguns, até maquiavélico.

⁵³ NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 34.

⁵⁴ Conceito este originário no pensamento do sociólogo alemão Max Weber, como uma das definições de estado. E o estado por sua vez, é tido como o ator principal do sistema internacional para os realistas.

⁵⁵ NOGUEIRA; MESSARI, Op. Cit. p. 26.

⁵⁶ FONSECA JUNIOR; Gelson. In: CUNHA, Op. Cit. p. XXIII

levar em consideração as “aproximações cuidadosas, sem preconceitos”. Vasco Leitão da Cunha seria então alguém que compreenderia metodicamente as formas de agir e pensar, para garantir os interesses e a sobrevivência do Brasil no cenário internacional. De como o Brasil deveria fazer diplomacia, acompanhando as desenvolvuras e as estruturas de poder, tanto globais como as nacionais, para garantir a sua representatividade e legitimidade no mundo. Como veremos no próximo capítulo. O autor enfatiza essa linha de pensamento na última linha, quando afirma que Vasco Leitão da Cunha tinha “a visão das coisas como são e não como deveriam ser”. Gelson, por sua vez, expressa esse realismo em alguns dos comentários do próprio Vasco Leitão da Cunha sobre episódios notórios de sua trajetória, ou que ele vivenciou, estes que são brevemente apresentados no prefácio e retomados posteriormente no livro. Sendo eles: a compreensão de que a condecoração de Che Guevara por Jânio Quadros compreendia uma barganha diplomática, e acrescemos, da política doméstica como um aceno às esquerdas nacionais; como em sua defesa da proposta de neutralização de Cuba, uma forma pragmática de se buscar o fim das disputas entre a ilha, os Estados Unidos e os demais países latino-americanos, mas que segundo os próprios dizeres do Vasco Leitão da Cunha; é abandonada quando dito que Fidel Castro se condenou ao se declarar comunista; ou seu entendimento sóbrio de como o Brasil deveria encarar de forma cooperativa os países castelhanos da América Latina, sem incentivar rivalidades infrutíferas com Argentina, Chile e outros. Mais adiante, no capítulo III, quando analisaremos a gestão de política externa de Vasco Leitão da Cunha como chanceler, retomaremos mais dos conceitos de realismo para configurarmos se sua administração se encaixa de fato nestes pressupostos. Porém, antes de seguirmos, é preciso também apresentar Vasco Leitão da Cunha por suas manifestações anticomunistas, e por fim, como alguém simpático aos ideais liberais. Mas esta última, porém, será apresentada mais adiante já que se enquadra no tema do anticomunismo.

Vasco Leitão da Cunha em algumas passagens do seu depoimento se coloca abertamente como um anticomunista, dois exemplos mais concretos referem-se à sua posição sobre o prosseguimento e rumos da revolução cubana com a gradual convergência ao bloco socialista, e sua nomeação como embaixador na antiga União Soviética. No caso desta última ele até alude para uma suposta resistência nos quadros militares para um reatamento diplomático com o país, contudo, ele presume que sua escolha possa ter sido um jeito de acalmar os militares brasileiros:

San Tiago Dantas então me convidou para ser embaixador em Moscou, depois de restabelecer as relações em 23 de novembro. Acho que fui convidado exatamente para compensar o 23 de novembro. Os militares sabiam que eu ia para a Rússia, mas não ia entregar o Brasil aos russos. Eles conheciam minhas opiniões em ocasiões diversas, e havia a confiança nascida das minhas visitas à FEB. [...] Desde então havia uma

certeza da minha posição anticomunista, que deve ter sido a base da aceitação militar do meu nome.⁵⁷

Deve-se levar em conta também, que o dia 23 de novembro remete à efeméride da revolta comunista de 1935, o que caracterizaria ainda mais a ojeriza dos quadros dos militares brasileiros ao reatamento diplomático. Algo que poderia ser interpretado como uma provocação deliberada do governo João Goulart, dado que o setor de maior resistência ao seu nome na presidência vinha dos militares. Desta forma, apenas supondo, é coerente a fala de Vasco Leitão da Cunha, diante de um governo que presenciava uma acirrada disputa política para manter-se no poder, pequenos gestos e acenos como este poderiam acalmar determinados setores políticos e atenuar os elementos de crise. O caso da Revolução Cubana é por sua vez duplamente interessante para nós. Primeiro, como vimos anteriormente, Vasco Leitão da Cunha foi uma testemunha e um ator nos acontecimentos da revolução, além disso, ele tinha uma visão favorável ao movimento revolucionário, porém, que foi gradualmente minguando, à medida que os rumos tomados por estes se aproximavam dos ideais comunistas e do bloco socialista. “Eu achava que devíamos salvar a revolução cubana da asa negra da tutela soviética e dar andamento ao processo democrático de melhoria da moral cubana.”⁵⁸. Em segundo lugar, a Revolução Cubana desperta um certo interesse para a política brasileira. Já que pelo seu impacto histórico e social a revolução capitalizaria desde discursos romantizados pelas esquerdas, interpretando os eventos como um processo de libertação da ilha do jugo imperialista estadunidense e afirmação da sua autodeterminação; e vai até as direitas que manifestaram suas retóricas inflamadas reacionárias e anticomunistas. E no caso destas, pensando especificamente no contexto brasileiro, não pode se descartar a percepção mental que liga a revolução na ilha diretamente ao ‘comunismo internacional’. Para isto, é necessário abrir um espaço para entendermos o imaginário anticomunista no Brasil. Já que o episódio cubano se tornou um evento simbólico da ‘ameaça comunista internacional’. E, devido à proximidade geográfica da ilha, em detrimento das lutas que ocorriam em outros lugares e continentes distantes, esta materializava a ‘ameaça comunista’ na percepção do público interno brasileiro. Como salienta, o professor Rodrigo Patto Sá Motta em uma das passagens do seu livro:

No plano internacional, o país foi influenciado pelos acontecimentos que dominavam o continente. Sob o impacto da Revolução Cubana, a América Latina se viu lançada para o centro da Guerra Fria. Até então a região era considerada teatro secundário pelas duas superpotências em luta, mais preocupadas com Europa, Ásia e África. Os norte-americanos mantinham-se atentos e estavam prontos a intervir caso achassem necessário (como fizeram na Guatemala em 1954), mas entendiam que a América

⁵⁷ Op. Cit. p. 237-238.

⁵⁸ Op. Cit. p. 212.

Latina corria riscos menores se comparada a outros continentes. A ascensão de Fidel e seus “barbudos” ao poder mudou tudo, colocando esta parte do planeta no centro dos conflitos. Na verdade, Fidel Castro contou com a simpatia americana no início, pois suas opiniões políticas não eram claras. Quando seu governo se encaminhou para medidas nacionalistas e antiimperialistas, porém, houve a ruptura, processo consumado com a transformação do regime *castrista* num modelo marxista-leninista. O líder cubano tornou-se a expressão da “ameaça comunista” em solo americano, atraindo contra si a fúria dos EUA, que tudo fizeram para atrapalhá-lo e derrubá-lo.⁵⁹

Outro aspecto interessante abordado por Motta, e que é o foco do seu trabalho (2002), se trata das matrizes do anticomunismo no Brasil. E que se relaciona com os eventos em Cuba. O autor identifica três origens distintas que alimentam os sentimentos e os imaginários anticomunistas, no plural, como ele afirma, são: a religiosa, representada principalmente pelo catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. Entender os princípios do anticomunismo no Brasil, nos ajudará a entender a própria manifestação anticomunista do Vasco Leitão da Cunha.

A primeira do que o autor chama de ‘fontes doutrinárias’ anticomunistas é o cristianismo católico. Motta traça esse repúdio advindo da religiosidade, especificamente católica, através do caso da Guerra Civil Espanhola (1936 – 1939), onde os grupos comunistas ligados ao governo republicano do país perseguiram e cercearam politicamente o papel desempenhado pelo clero em uma Espanha majoritariamente católica. E da própria Revolução Russa de 1917, em que houve perseguição a grupos religiosos, e quando a União Soviética se estabeleceu como estado, impôs o ateísmo como sua doutrina oficial. Isto se materializava também na percepção filosófica do comunismo que “não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral”⁶⁰. Isto é, nas interpretações cristãs a ideologia comunista surgia como um antagonista à fé. Justificando que o materialismo era uma forma de atacar a filosofia metafísica, além de pôr em xeque as virtudes de uma vida espiritual. Vale ressaltar que a religião era vista como parte importante do seio familiar tradicional. Desta forma, o sucesso dos comunistas era percebido como uma ameaça real não só à existência da igreja, mas à ordem e estrutura familiar patriarcal a ela associadas. No livro ‘Diplomacia em alto-mar’ que dispomos como uma das fontes sobre o Vasco Leitão da Cunha, o próprio em algumas passagens manifesta expressões de cunho religioso, de modo que podemos entendê-lo como praticante de alguma vertente cristã, sem poder precisar qual. Intuindo, mais uma evidência da característica do documento já citada anteriormente, de que não permite contornos pessoais da vida do diplomata.

⁵⁹ MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)**. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002, p. 231.

⁶⁰ MOTTA, Op. Cit. p. 20.

O nacionalismo é também citado como uma das origens para o sentimento anticomunista, por Rodrigo Motta. Contudo, é preciso ter muito cuidado com este conceito. Já que, ele abrange uma miríade de sentidos, e no plano ideológico serve para projetos políticos distintos, tanto à direita, como à esquerda do espectro político. E, como o intuito desta dissertação não é de se aprofundar nos debates em torno do conceito e usos do ‘nacionalismo’, iremos seguir a mesma noção trazida pelo próprio autor, Rodrigo Motta. Para ele, a principal disputa encontra-se na oposição entre internacionalismo e nacionalismo, sendo a primeira uma expressão propriamente comunista, dado que os proletários são uma categoria de classe mundial e não um grupo inserido em um contexto ou realidade específica. Outro fator preponderante, está atrelado ao fenômeno do conservadorismo, que imputa no estado nacional características de formação identitária, coesão do tecido social, enfatizando o status quo, a ordem, a justiça e a tradição em detrimento de qualquer elemento de disputa e conflito. Papel este que será característico e representado pelos militares como “defensores da lei e da ordem”.

Quando se analisa o anticomunismo de inspiração nacionalista uma constatação se evidencia. Os militares foram o grupo social mais receptivo às propostas de mobilização contra o comunismo, em defesa da pátria e da nação. Ao longo da história do anticomunismo brasileiro, os elementos egressos das Forças Armadas transformam-se nos principais estímulos do nacionalismo, sempre suscetíveis a entrarem em ação no combate aos “agentes de Moscou”.⁶¹

Desta forma, aqui o nacionalismo adquire um caráter aglutinador de diferentes sentimentos que ligam o indivíduo à sociedade. Algo bem distinto da visão de mundo baseada numa divisão de classes⁶². Ainda mais, quando a ideologia revolucionária se materializa em um ator externo, fortalecendo o sentimento nacionalista anticomunista interno. Em diversas passagens do depoimento de Vasco Leitão da Cunha, é possível identificar um sentimento em algum grau nacionalista, ou, ao menos um comportamento patriótico. Seus comentários trazem a importância do desenvolvimento econômico e político do estado brasileiro, o que ao menos evidencia uma preocupação, ou atenção, com o ‘nacional’. Em uma passagem a seguinte fala é feita:

Entrevistador: Ainda sobre o nacionalismo: a seu ver, em que consistiria um nacionalismo autêntico, positivo?

⁶¹ MOTTA, Op. Cit. p. 36.

⁶² É relevante ao menos trazer uma outra característica não tão profundamente explorada por Rodrigo Motta. De que o fenômeno do nacionalismo está atrelado a um projeto político-ideológico burguês. Partindo de uma leitura marxista, neste sentido; a formação de uma elite nacional capitalista alimentaria e estimularia o sentimento nacionalista em defesa dos seus próprios interesses e privilégios econômicos.

Vasco Leitão: Uma política que dê oportunidade de enriquecer a nação brasileira mesmo com a colaboração de estrangeiros, nunca com a ideia de xenofobia. A xenofobia não tem o meu apoio. Admito que seja nacionalista para afirmar o que a gente tem de melhor, mas não tomando uma atitude xenófoba, que muitas vezes é tomada com sentimentalismo.

Entrevistador: A consolidação territorial do Brasil feita no Império foi uma política nacionalista?

Vasco Leitão: Foi nacionalista no bom sentido.⁶³

Neste breve trecho, temos duas constatações. A primeira, mostra que Vasco Leitão da Cunha não possui uma definição clara do que seria nacionalismo, e por conta disso se pauta em um sentido simples que seria o fortalecimento do nacional e a diferenciação com o estrangeiro, contudo, sem rejeitá-lo. A segunda, é que Vasco Leitão da Cunha, talvez com a influência da insinuação do entrevistador, identifica nacionalismo atrelado a um juízo de valor. Ou seja, na sua perspectiva há um ‘nacionalismo positivo’ e um ‘nacionalismo negativo’ que na sua visão traria apenas prejuízos ao país, em detrimento de uma cooperação internacional que pudesse render mais frutos ao Brasil. Como podemos perceber no trecho a seguir:

Entrevistador: Como o senhor classificaria a Petrobras? Era uma medida nacionalista?

Vasco Leitão: Era. E péssima. Não temos petróleo até hoje. Se fosse eficiente, vá lá. Fui contra a Petrobras e sou até hoje. É um Estado dentro do Estado, com um orçamento dentro do orçamento da União. É um parasita, tem tudo à disposição. Produz dinheiro, não produz petróleo.⁶⁴

O intuito do excerto acima não é debater se as visões de Vasco Leitão da Cunha se justificam como certas ou erradas a respeito da Petrobras. Mas destacar que em sua percepção realmente haveria um nacionalismo positivo e um negativo. O que nos conduz ao reforço do que foi dito acima. O nacionalismo não era uma ideologia para Vasco Leitão da Cunha, no sentido que lhe imputasse valores e doutrinas pessoais, mas era uma ferramenta intelectual que poderia servir aos propósitos político-estratégicos, e nunca deveria se descartar a possibilidade do auxílio externo vantajoso.

E com isto, chegamos a última matriz anticomunista comentada por Motta, a do liberalismo. E por este, Motta, também destaca a amplitude do conceito em acepções abrangentes, contudo, no que tange ao Brasil, o liberalismo não se confunde com o campo progressista comumente

⁶³ CUNHA, Op. Cit. p. 179.

⁶⁴ CUNHA, Op. Cit. p. 181.

associado nos países anglófonos no exterior. Isto posto, o autor parte para o argumento de que o anticomunismo como advento dos liberais tem duas origens; a política e a econômica.

Os liberais recusavam (recusam) o comunismo por entender que ele atentava contra dois postulados referidos, por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade, na medida em que desapossava os particulares de seus bens e os estatizava.⁶⁵

Ou seja, na perspectiva política se estabelecia o contraponto de que os liberais estavam atrelados aos regimes de estados democráticos e a defesa do indivíduo como possuidor de autonomia plena; enquanto, na percepção destes, os comunistas estavam atrelados aos regimes autoritários onde havia a supressão do indivíduo que devia obediência a um poder institucionalizado⁶⁶. Já no entendimento dos liberais econômicos, a principal ameaça vinda dos comunistas era contra o ‘direito universal e inalienável à propriedade’, e que materializava neles questões atreladas à intervenção estatal, economia dirigida, fim dos direitos de trocas e comércio, e o combate ao acúmulo de capital. No Brasil, entretanto, havia uma forte variação entre os dois grupos, que possuíam uma homogeneidade tênue. Pois, diversos atores poderiam se identificar com vários argumentos do campo liberal, porém, rejeitavam outros. Contudo, embora não constituísse em um grupo nítido, o sentimento anticomunista e as retóricas vindas destes encontravam espaço na sociedade brasileira. Era fácil vincular, as matrizes anteriores com algum pressuposto liberal e isso dava força para os seus fundamentos. Enfatizando ou apelando para argumentos com uma receptividade universal como: o intervencionismo estatal, os chavões sobre a ‘ditadura soviética’, e posteriormente, sobre a ‘ditadura’ cubana, que terá justamente um maior impacto psicológico devido à proximidade geográfica.

Trazendo de novo para o nosso personagem e as passagens contidas no livro ‘Diplomacia em alto-mar’ que contém o seu depoimento, identificamos várias falas de cunho liberal por parte de Vasco Leitão da Cunha. Diferente do caso do nacionalismo em que não conseguimos precisar a natureza dessa ideologia para o diplomata, já que ele apresenta elementos tanto de discordância como de concordância. Nesta condição, temos o oposto, como coloca Gelson Fonseca Jr. ele “[...] as exprime em um liberalismo claro, que preconiza um Estado pouco intervencionista e se conjuga com suas amizades udenistas; [...]”⁶⁷.

Aqui podemos cravá-lo como um liberal, não necessariamente como um modelo de intelectual liberal, como Roberto Campos, por exemplo, para situar uma figura contemporânea

⁶⁵ MOTTA, Op. Cit. p. 38.

⁶⁶ BOBBIO, 1998, p. 89.

⁶⁷ FONSECA Jr. In: CUNHA, Op. Cit. p. XXIII.

do diplomata, dado que retomando o dito anteriormente a descrição do cargo e da figura lhe passavam um caráter, como nos referimos, mais ‘incólume’. É perceptível que ao longo da sua entrevista as ideias do campo liberal possuem maior repercussão e repetição em suas falas. O que demonstra Vasco Leitão da Cunha como alguém não só ciente dos conteúdos, mas que também concordava com eles em questão de visão de mundo. Não é incomum, vemos ele defender pautas que abordem a livre iniciativa, o papel dos investidores externos para o desenvolvimento da economia nacional, a importância de um regime democrático pautado no sufrágio com presenças partidárias moderadas e a manutenção de estado-democrático burguês. Uma outra fala que exemplifica bem a questão, também esclarece ainda mais seu ponto sobre o nacionalismo.

Entrevistador: O senhor acha que Getúlio era nacionalista no bom sentido?

Vasco Leitão: Era, no bom sentido. Mas as vezes tinha de ceder um pouco ao mau sentido.

Entrevistador: Como o senhor via as restrições que Getúlio impôs às remessas de lucros para o exterior?⁶⁸

Vasco Leitão: Péssimo sentido. Isso impediu o desenvolvimento natural da economia.

Entrevistador: Mas ele dizia que a remessa excedia o investimento.

Vasco Leitão: Não excedia nada! Eram 12%. Os presidentes da república inventam coisas com uma facilidade que a gente fica espantado. Tudo fantasia. A remessa de lucros é uma maneira de incentivar a aplicação. Eles não vêm aqui para fazer o papel da Cruz Vermelha! Vêm fazer negócio, bom para as duas partes.⁶⁹

Reiteradamente, o objetivo destas citações não é debater o conteúdo delas. Mas, atestar com alguma evidência qual seria o posicionamento político-ideológico de Vasco Leitão da Cunha, já que neste trabalho não tivemos acesso a muitos documentos de caráter pessoal que pudessem esclarecer tais pressupostos. Contudo, estes excertos presentes no ‘Diplomacia em Alto-mar’ nos auxiliam a traçar um perfil do diplomata, ainda que limitado, e nos servem de referência para apontarmos ele como uma figura anticomunista, além das suas próprias autoafirmações como vimos, e veremos em relatos posteriores.

Considerando também o histórico dos diplomatas à época, para ficarmos apenas em exemplos mais contidos, figuras como o Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira;

⁶⁸ A pergunta feita pelo entrevistador trata-se da lei sobre remessa de lucros do segundo governo Vargas (1951 – 1954). Uma medida protecionista que teve repercussão negativa no mercado internacional.

⁶⁹ CUNHA, Op. Cit. p. 182.

Oswaldo Aranha; e até mesmo San Tiago Dantas que esteve à frente da Política Externa Independente, que veremos a seguir; manifestavam posturas nacionalistas, liberais e anticomunistas. No livro de Fernando de Mello Barreto⁷⁰, que busca traçar um panorama da política externa brasileira a partir dos chanceleres que sucederam ao Barão do Rio Branco até o fim da política externa independente, e os temas internacionais enfrentados por eles à frente do ministério de relações exteriores, MRE, tais quais: as crises que levaram às duas guerras mundiais e que o Brasil, via Itamaraty, não se posicionou de forma neutra; ou das crises políticas internas do fim do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas, da renúncia de Jânio Quadros à deposição de João Goulart. O livro nos mostra que algumas características dos chanceleres e do Itamaraty como uma instituição de Estado perpassam as gestões, com algumas ideias possuindo uma certa permanência dentro do ministério, algo que o singularizava diante de outros órgãos do estado brasileiro, governos, políticas e até mesmo dos militares. A inserção internacional do Brasil em algum grau acaba sendo bem quista também por conta desta autonomia. Por isso, é relevante pensar que Vasco Leitão da Cunha, antes de ser o chanceler brasileiro durante o regime da ditadura militar e guiar o país em uma reorientação da política externa, foi um diplomata formado por bases nestes intelectuais que sucederam ao Barão do Rio Branco, ele viveu e trabalhou para muitos deles, mesmo discordando em alguns pontos manteve-se fiel a etiqueta do diplomata. Em algum grau, assim como usamos para Vasco Leitão da Cunha, o Itamaraty é uma instituição que passa ‘incólume’ em alguns momentos da história diplomática brasileira. De novo, a palavra é retomada apenas como uma licença poética, o que é diferente de assumir de forma estrita que não houvesse rupturas ou divergências entre gestões, diplomatas e doutrinas de política externa. Algo que veremos a seguir quando situarmos o Brasil no contexto mundial, e de como os temas internacionais ressoavam também de forma doméstica.

CAPÍTULO II – DA SEGUNDA GUERRA AO MUNDO BIPOLAR: POLÍTICA INTERNA E EXTERNA EM DIÁLOGO COM A GUERRA FRIA (1945 – 1964)

2.1. As potências e o mundo pós Segunda Guerra Mundial

Entre os pouco mais de três meses que separam a rendição da Alemanha nazista na Europa, em 8 de maio de 1945, e a japonesa na Ásia em 2 de setembro do mesmo ano, o mundo

⁷⁰ BARRETO FILHO, Fernando P. de Mello. **Os Sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil (1912 – 1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

começou a presenciar as transformações políticas que iriam arrastar o planeta para mais quatro décadas de crises e a iminência de um novo conflito armado de escala global. Iniciava-se o período que seria denominado ‘Guerra Fria’. Contudo, como bem salienta o historiador inglês Eric Hobsbawm⁷¹, apesar do “perigo iminente” de uma nova guerra mundial, ambas as potências emergentes do conflito aceitaram a nova ordem mundial que se configurou. Embora, ainda em 1945 a União Soviética tivesse um número muito maior de tropas, veículos blindados e peças de artilharia na Europa que os seus aliados ocidentais, Moscou optou apenas por assegurar suas fronteiras, e estabelecer suas zonas de influência onde o Exército Vermelho já tivesse presença, buscando não avançar militarmente sobre as posições dos seus outrora aliados. Isso se deve em um primeiro momento devido às pesadas baixas militares sofridas pelos soviéticos, exauridos por terem de lidar praticamente sozinhos com a maior parte das forças do eixo na frente oriental. Mas além disso, Joseph Stalin buscava assegurar de forma diplomática as fronteiras e as zonas de influência soviética sobre a Europa Oriental. Um exemplo prático disto está no cumprimento do líder soviético com os tratados estabelecidos com o presidente estadunidense e o primeiro-ministro britânico, respectivamente, Franklin D. Roosevelt e Winston Churchill, na Conferência de Ialta em fevereiro de 1945. Na ocasião, a União Soviética entraria na guerra contra o Japão quando a derrota alemã fosse consolidada; aceitaria uma quarta zona de ocupação alemã sob controle francês; participaria da formação da Organização das Nações Unidas, na sigla a ONU; e o comprometimento de não apoiar explicitamente as guerrilhas comunistas na Grécia, que agora combatiam as tropas de ocupação britânica e o novo governo provisório grego pró-ocidente, atrelando uma guerra civil como continuidade da Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, Stalin teria como garantia compensações territoriais na Polônia e na Ásia, estabelecendo a nova fronteira soviética na linha Curzon⁷², e obteria posse das ilhas orientais de Sacalina e Curilas, antes sob controle japonês. Na perspectiva de Vasco Leitão da Cunha, a conferência de Ialta foi nociva aos interesses ocidentais, dado que, para ele, as concessões feitas à União Soviética foram realizadas sem a reciprocidade de Stalin, ele ainda enfatiza que Roosevelt estava doente e não conseguia se impor perante o líder soviético, e que “Churchill foi voto vencido. Foi daquelas ocasiões em que ele teve que ceder ao Roosevelt.”⁷³.

⁷¹ HOBBSAWM, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁷² Foi um plano proposto em 1919 pelo secretário de assuntos estrangeiros britânico, lorde Curzon, para demarcar as fronteiras entre a República Soviética da Rússia e a República Polonesa, porém inicialmente rejeitado pelos poloneses. Com o fim da Segunda Guerra mundial Stalin retomou o projeto, visando ganhos geopolíticos, além de diminuir os territórios poloneses e alemães, espaçando a fronteira soviética mais para o ocidente. A herança da linha Curzon se reflete nas atuais fronteiras entre os modernos países europeus da Alemanha, Polónia, Belarus, Lituânia e Ucrânia, e ainda é motivo de disputas e irredentismos territoriais.

⁷³ CUNHA, Op. Cit. p. 135.

Mas como dissemos antes, a União Soviética de fato cumpriu o acordo e a fala de Vasco Leitão da Cunha não se sustenta em alguns pontos. Churchill era um ferrenho anticomunista⁷⁴ de modo, que faz sentido ele não querer renunciar a algum aspecto que viesse a trazer alguma vantagem para URSS. Contudo, reiteramos que a União Soviética sofreu perdas gigantescas no conflito para conseguir deter a máquina de guerra nazista e dos seus aliados, por isso, em Ialta o objetivo de Stalin foi buscar o reconhecimento e a legitimidade do estado soviético perante os países ocidentais, desestimulando revoluções externas ao espaço de influência soviético, e concentrando seus esforços na reconstrução do país.

Já os Aliados Ocidentais europeus encontravam-se em situação semelhante, e buscavam se recompor da destruição da guerra. A população britânica, temerária de viver uma nova instabilidade semelhante à da Primeira Guerra Mundial por conta de problemas atrelados à economia defasada e à crise social oriunda do conflito, optou por eleger o trabalhista Clement Attlee que possuía propostas que caminhavam para a formação de um estado de bem-estar social e que defendia a instauração de um sistema público de saúde. Attlee derrotou justamente o conservador Winston Churchill que liderou o país através da guerra. Na França, país ainda mais afetado pelos combates entre as forças aliadas e as do Eixo, que além da destruição material vivia também uma crise civil e econômica, agravada ainda mais pelo desemprego geral e a insatisfação popular que via no modelo soviético e nos comunistas uma alternativa para os problemas do país, “O primeiro-ministro (socialista) da França foi a Washington advertir que, sem apoio econômico, era provável que se inclinasse para os comunistas”⁷⁵. Os primeiros anos da Quarta República Francesa foram marcados por disputas políticas internas, e a busca por estabelecer os planos para uma futura integração europeia, vista como uma ferramenta tanto de recuperação econômica, como diplomática para se evitar um novo conflito. A exceção eram justamente os Estados Unidos, que não tiveram seu território continental, produção industrial e população ameaçados ao longo do conflito. A posição de líder mundial do capitalismo por parte dos Estados Unidos era incontestada, enquanto a autoridade das potências europeias evanesceu.

⁷⁴ Churchill inclusive esteve inclinado a lançar-se numa nova guerra contra a União Soviética, por ver a presença militar do exército vermelho na Europa central como uma ameaça direta aos interesses britânicos. Iniciando um grupo de estudos que analisasse o impacto de um novo conflito, denominada de *Operation Unthinkable* (Operação Impensável em tradução livre). Entretanto, espiões infiltrados nos grupos de inteligência britânico vazaram a informação para Stalin, contudo, mesmo diante da suposta traição o marechal soviético Gregory Zukhov, ondenou e intimidou os britânicos, mas sob orientações de Stalin não usou o material para constrangê-los publicamente. O documento permaneceu em sigilo por mais de cinquenta e três anos. Esta é mais uma evidência de que, um novo conflito aberto contra as potências ocidentais não estava nos planos de Moscou. Para aprofundar-se nessa leitura recomendamos: MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria: História e Historiografia**. Curitiba: Appris, 2020.

⁷⁵ HOBBSAWM, Op. Cit. p. 228.

[...] no fim da guerra os países beligerantes, com exceção dos EUA, haviam se tornado um campo de ruínas habitado pelo que pareciam aos americanos povos famintos, desesperados e provavelmente propensos à radicalização, mais que dispostos a ouvir o apelo da revolução social e de políticas econômicas incompatíveis com o sistema internacional de livre empresa, livre comércio e investimento pelo qual os EUA e o mundo iriam ser salvos.⁷⁶

Em 1945 os EUA estavam bem à frente de seus concorrentes em termos de produção de carvão, petróleo e aço⁷⁷, parâmetros significativos para uma indústria em guerra, mas que também beneficiaram o país ao término do conflito. Ainda em 1944 o país sediara a conferência de Bretton Woods que fundamentou a ordem econômica internacional do pós-guerra, estabelecendo a criação do Fundo Monetário Internacional, FMI, e do Banco Mundial. Em termos militares, era o único país que no final do conflito ocupava militarmente o Japão, e era o único que possuía a bomba atômica. O primeiro teste atômico soviético só seria realizado em 1949. No campo regional, os EUA fortaleceram sua posição no continente americano com a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, TIAR, em 1947; com a criação da OEA em 1948, e a Junta Interamericana de Defesa, um órgão de cooperação militar submetido a ela. Ainda em 1948, na Europa, temendo a expansão do comunismo soviético teve início o plano Marshall, visando a recuperação econômica, remoção de barreiras alfandegárias, modernização industrial e a reconstrução do continente. Em termos materiais, econômicos e tecnológicos, os EUA já estavam estabelecidos como uma potência hegemônica. Já para os soviéticos, naquele primeiro momento do pós-guerra restava apenas a força bruta quantitativa militar do Exército Vermelho, e o sentimento de simpatia e influência originadas pelo fato de ser o maior responsável militar pela derrota da Alemanha nazista.

Outro ponto interessante, salientado também por Vasco Leitão da Cunha, refere-se à própria formação da estrutura física da Organização das Nações Unidas. Para o diplomata, tanto os Estados Unidos como a União Soviética concordaram, cada um à sua maneira, de instalar a sede do novo organismo internacional na cidade de Nova Iorque, para ele, uma jogada pragmática dos ‘russos’ já que seria “o local ideal, porque teria a repercussão na imprensa sem custar nada. [...] A União Soviética foi inteligentíssima⁷⁸”. Contudo, ao nosso ver, não seria apenas o jogo midiático que interessava aos soviéticos com uma sede nos Estados Unidos. Por isso, reiteramos o ponto explanado acima. Pensando que, dado o contexto, essa concessão feita pela URSS, vai de encontro com a sua busca por garantir o reconhecimento internacional de

⁷⁶ Op. Cit. p. 228.

⁷⁷ KENNEDY, Paul. *The rise and fall of the great powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000*. Nova Iorque: Random House, 1987.

⁷⁸ CUNHA, Op. Cit. p. 138.

suas fronteiras e de sua zona de influência de forma legítima. Tanto que o próprio Vasco Leitão reconhece e salienta que a sede das Nações Unidas em território estadunidense era uma ação que vinha a prestigiar mais Washington e a mobilização da opinião pública doméstica do país para temas internacionais do que Moscou⁷⁹. Para os soviéticos, a concessão feita aos Estados Unidos em relação a sede do órgão multilateral era um preço irrisório a se pagar diante da crescente tensão em evidência, um sacrifício de peão, que poderia abrir o tabuleiro e trazer frutos vindouros. Em que, aí sim, coadunamos com o diplomata brasileiro. Para o eventual uso midiático e jornalístico da cidade por parte de Moscou. Vasco Leitão ainda destaca que o voto brasileiro na ONU deveria seguir o dos Estados Unidos, com alguns poucos ruídos de oposição que versavam sobre a autonomia brasileira em órgãos internacionais, mas que para o diplomata, eram contra uma inclinação da política externa brasileira à época: “[...]. Mas havia essa tendência. Nós sempre tendemos a prestigiar os Estados Unidos quando achávamos que eles estavam certos, e não fazíamos mistério disso⁸⁰”. Soma-se a isso, a questão de que à medida que as estruturas do novo organismo mundial iam se consolidando simultaneamente apareciam as primeiras rachaduras evidentes da guerra fria. E nesse momento, com o fim do governo Vargas em 1945 e início da gestão Dutra, há não só a manutenção, como há um aprofundamento da política externa brasileira em relação ao apoio aos Estados Unidos. Tanto que o Brasil rompe diplomaticamente com a União Soviética, a partir do momento em que ruidosos atritos surgem entre as duas superpotências. Enfatiza-se essa situação a seguinte citação do próprio Vasco Leitão da Cunha:

O Brasil fez parte da guerra fria porque tinha a intenção de apoiar os Estados Unidos naquilo em que os Estados Unidos tivessem razão e considerassem importante. Uma ocasião, o delegado americano na ONU perguntou ao nosso embaixador Gibson⁸¹ se poderia contar com o voto do Brasil. O Gibson respondeu: “O senhor tem alguma experiência de alguma vez ter tido um voto contrário do Brasil num assunto que os Estados Unidos considerassem importante?” O homem ficou calado. Quando o assunto era importante, nós tendíamos a apoiar. Os Estados Unidos, por exemplo, consideravam importante a questão de Formosa, e nós lhes demos apoio nessa questão. Há outros casos semelhantes.⁸²

Por sua vez, exaurida e devastada pela guerra a União Soviética passa a consolidar sua posição nos estados satélites do leste europeu, como uma forma de autopreservação. Mas este seria um fator suficiente para motivar a mudança na política externa estadunidense em relação

⁷⁹ Op. Cit. p. 139.

⁸⁰ Op. Cit. p. 139.

⁸¹ Trata-se de Mario Gibson Barbosa, que viria a ser ministro de relações exteriores do governo Médici (1969 – 1974).

⁸² Op. Cit. p. 140.

a expansão ideológica comunista. Em julho de 1947, o diplomata e na época embaixador dos Estados Unidos na União Soviética, George Frost Keenan, publica um artigo sob o pseudônimo de ‘Mr. X’, em ‘Fontes da Conduta Soviética’ na revista *Foreign Affairs*, onde ele argumentava que a doutrina soviética era inerentemente expansionista, e que visava se aproveitar do caos social imposto aos países por conta da guerra para espalhar sua ideologia, além de buscar ser instrumentalizada como ferramenta na luta anticolonial, por conta disso a expansão soviética deveria ser contida. O texto de Keenan forneceu as bases argumentativas para que a denominada doutrina da contenção fosse posta em prática pelo governo de Henry Truman. Com a ofensiva dos Estados Unidos no campo internacional estava desenhada a guerra fria.

Por mais que a crise imposta à parte ocidental da cidade de Berlim, entre junho de 1948 e maio de 1949, pelos soviéticos tivesse gerado algum atrito, a tendência do cenário na Europa mostrava que ambas as superpotências assentariam suas posições sem nenhuma alteração. Finlândia e Áustria permaneceriam neutras. A porção ocidental encontrava-se sob influência dos Estados Unidos, formalizada com a fundação da Organização do Tratado Atlântico Norte, a OTAN, uma aliança militar de caráter defensivo e o financiamento advindo do plano Marshall. Enquanto isso, o leste do continente pertencia aos soviéticos. Gradualmente governos comunistas tomavam o poder; em fevereiro de 1948, através de um golpe os comunistas assumem o governo na Checoslováquia, na Polónia o governo provisório de coalizão pró-comunista assentava-se no poder, minando anseios pró-ocidente. A exceção no bloco do leste vinha da Iugoslávia, embora os ‘partisans’ eslavos tivessem praticamente libertado o país sozinhos do domínio nazista e estabelecido uma república socialista, sob a liderança de Josip Tito, estes romperam com Moscou e determinaram uma linha própria de política externa e formulação socialista. Assegurada a configuração europeia, era hora de olhar para outras partes do globo.

2.1.1. África e Ásia: o fim dos impérios coloniais

Contudo, diferente da Europa, a mesma realidade não era vista em outras porções do globo. O mundo colonial que já apresentava alguma convulsão desde o fim da Primeira Guerra Mundial, e ao final da Segunda Guerra Mundial, via esse processo agravado e acelerado. As potências europeias estavam exauridas pela guerra, especialmente o Império Britânico e a França, detentores da maior parte das colônias no mundo. Enquanto a Primeira Guerra Mundial enfraqueceu a manutenção do sistema colonial, a Segunda Guerra o liquidou de vez. O nacionalismo, surgido na Europa do século XIX, agora reverberava entre os povos do dito ‘Terceiro Mundo’; aspirações em torno de uma romântica libertação nacional do domínio

estrangeiro fortaleceram reivindicações políticas e independentistas, encontrando base e força em suas populações. Mas quais as ideologias que serviriam de aspiração para tamanhos desejos? Aqui as duas superpotências viram a oportunidade de expandir sua influência e prestígio. Enquanto para alguns atores de países recém independentes, o projeto nacional deveria se afastar das raízes coloniais, e desta forma, viam no socialismo uma oportunidade de construir uma proposta diferente; outros, por sua vez, especialmente as elites locais observavam que a modernização e inserção internacional do novo país só seria possível mediante a incorporação dos elementos do liberalismo ocidental e de uma política de livre mercado. Contudo, ambos os espectros tinham um fator que os unia em princípio, a rejeição total ao colonialismo, do continente americano ao bloco soviético, da China aos estados árabes, era uníssona a retórica anticolonial⁸³. E sob esta ótica os dois blocos começaram a operar. O nacionalismo representava uma ameaça, pois poderia ser uma ideologia incorporada para ambos os espectros políticos. Vasco Leitão da Cunha apresenta uma visão interessante desse processo; ele exprime a postura dúbia do estado brasileiro em relação ao tema do colonialismo enfatizando o discurso, mas tendo ações contidas e pragmáticas: “Ela tem que ser ambígua, porque se por um lado nós somos cem por cento anticolonialistas e antirracistas, por outro temos nossos interesses nas relações com eles⁸⁴”. Esse excerto da fala do diplomata refere-se principalmente ao contexto das comissões preparatórias das Nações Unidas entre 1945 e 1946, que visavam estruturar o funcionamento do novo órgão internacional, simultaneamente a formação de grupos de trabalhos já voltados para temas caros do pós-guerra, sendo a descolonização um deles. Para Vasco Leitão da Cunha, o colonialismo se tornou um assunto explorado de forma demagógica, tornando-se um dos motivos para a estruturação engessada do conselho de segurança⁸⁵. Olhemos agora brevemente para alguns episódios desse tema com intuito de nos contextualizarmos.

O continente asiático, foi o primeiro a testemunhar as querelas do choque Leste-Oeste. No antigo, Raj Britânico, mais precisamente na Índia. Mahatma Ghandi liderou a campanha étnica que encaminhou a independência do país, entretanto, foi assassinado por um partidário do nacionalismo hindu de direita. Jawaharlal Nehru, sucessor político de Ghandi, e que viria a ser o primeiro-ministro da Índia independente, rapidamente compreendeu a conjuntura política posta, e mesmo com tendências sociais-democratas, buscou afastar a Índia de qualquer um dos blocos. Assegurar a autonomia do país seria mais importante que jogá-lo no tabuleiro

⁸³ MAZOWER, 2009, p. 152.

⁸⁴ CUNHA, Op. Cit. p. 157.

⁸⁵ Op. Cit. p. 146

de xadrez da guerra fria. Nehru, seria uma das figuras centrais no movimento dos não alinhados que ganharia força a partir de meados da década de 1950.

Após a libertação do jugo colonial japonês e a curta experiência da república popular entre 1945 e 1946, a Coreia viu o seu nacionalismo incorporar elementos do comunismo⁸⁶. Estabelecida em Pyongyang, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores da Coreia, contanto com apoio soviético, este governo provisório viu os Estados Unidos desembarcarem tropas no sul da península instaurando um governo militar que buscasse competir e desestruturar as bases políticas construídas pelo governo comunista localizado no Norte. Os EUA, estimularam o nacionalismo do país a tomar contornos anticomunistas, pró liberalismo econômico e pró Ocidente. Política semelhante à conduzida no Japão. A presença militar estadunidense iria se estender até 1948; porém, a disputa política entre dois governos na mesma região com perspectivas ideológicas diferentes e buscando a legitimidade entre a população culmina com um rompimento, e o não reconhecimento mútuo. As fracassadas medidas de reaproximação somadas ao acréscimo das tensões, resultam em uma intervenção militar do governo do norte em 25 de junho de 1950. A guerra da Coreia, apenas cinco anos após o término da Segunda Guerra Mundial, seria o primeiro embate bélico direto entre as duas ideologias. A União Soviética, temerária de uma guerra que pudesse escalar de forma descontrolada, buscou apenas apoiar logisticamente o regime de Pyongyang. Os Estados Unidos, por sua vez, conseguiram mobilizar uma resposta internacional dentro da ONU, e interviram buscando a manutenção do governo em Seoul com uma coalizão militar formada por dezesseis países⁸⁷ além de outros que optaram apenas pelo auxílio humanitário. O conflito ainda veria sua intensidade aumentar com a intervenção chinesa, quando os comunistas vitoriosos no país um ano antes, decidiram por interceder a favor do governo norte-coreano para impedir a derrocada de um regime irmão na região. A guerra se arrastaria por mais três anos, sem um vencedor militar definitivo. Um armistício foi assinado criando uma divisão artificial na península através do paralelo 38 e congelando a guerra até os dias atuais. Sobre o conflito coreano há apenas uma pequena passagem de Vasco Leitão da Cunha, que na ocasião se encontrava como membro da comitiva brasileira na VI Assembleia Geral, apenas mencionando que o conflito era inevitável e que as instituições internacionais, seguem a consolidação da estrutura de poder vigente, “A realidade é que os fortes continuarão mandando!⁸⁸”. Dado que o conflito envolvia diretamente os Estados

⁸⁶ VIZENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia D.; MELCHIONNA, Helena H. **A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche**. São Paulo: editora da UNESP, 2017.

⁸⁷ Inclusive contando com tropas colombianas, os únicos latino-americanos enviados para combater ao lado da coalizão internacional.

⁸⁸ CUNHA, Op. Cit. p. 158.

Unidos, e que a ONU de certa forma atuou na guerra por intermédio dos EUA, a frase do diplomata não foge tanto do contexto da época. E reforça sua crítica contumaz ao modelo do conselho de segurança, embasado no suposto fracasso da diplomacia multilateral.

Entrevistador[a]: Existem ainda os que veem no fracasso da Liga das Nações o fracasso da diplomacia em geral. Seria necessário criar uma nova era da diplomacia.

Vasco Leitão: Quanto à diplomacia multilateral, eles têm razão. Não sou muito favorável à diplomacia multilateral, porque não se consegue fazer com que os instrumentos preparados para ela funcionem. Acho melhor a diplomacia bilateral. A ONU, por exemplo, tem no Conselho de Segurança o Conselho de Assistência Militar, mas nunca o pôs em funcionamento. Era para ser feito um exército ou uma força armada internacional, não o fizeram. O comitê de Estado-Maior das Nações Unidas nunca fez o que as Nações Unidas tinham prescrito, que era formar uma força armada internacional e diminuir as forças armadas nacionais.⁸⁹

A fala de Vasco Leitão da Cunha acaba expondo um certo idealismo da sua visão, debatido no capítulo anterior. Em alusão a esse tema, quando questionado se o Brasil deveria participar do conselho de segurança da ONU, o diplomata se expressa da seguinte maneira:

Pretendermos ter o direito a uma cadeira permanente no Conselho, brigamos por causa disso, e não conseguimos. Sou favorável ao Brasil não estar no Conselho de Segurança, porque não quero que o Brasil esteja sem o lugar permanente.⁹⁰

Continuando no tema das emancipações e independências dos países asiáticos, falaremos brevemente da China, que por sua vez, viu o triunfo dos comunistas em 1949⁹¹, depois de uma longa guerra civil que se estendia desde 1927, sendo ainda interrompida pela invasão militar japonesa em 1937. A divisão entre os nacionalistas do Kuomintang, comandados por Chiang Kai-shek; e os comunistas liderados por Mao Tsé-Tung, antecede o período que denominamos de Guerra Fria. Por mais de um século, a primeira república chinesa e o antigo império da dinastia Qing, foram esfacelados e explorados pelas potências imperialistas europeias e pelo Japão imperial, o vizinho insular que se via como o legítimo líder do Oriente. Ainda nessa época, diversas convulsões e revoltas sociais já materializavam a insatisfação popular com o governo que era considerado impotente. Na China, este período será denominado como o ‘século das humilhações’. Por isso, diversos grupos políticos perceberam a necessidade de reformular a política chinesa e assentar-se diante das potências estrangeiras como um país moderno com representação e legitimidade internacional. Estes grupos, inicialmente

⁸⁹ Op. Cit. p. 70.

⁹⁰ Op. Cit. p. 71.

⁹¹ POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: editora UNESP, 2003.

encontravam-se formados em uma frente única. Sob liderança de Sun Yat-Sen, o Kuomintang contava com uma aliança pragmática com os comunistas, dado que suas pautas nacionalistas, de bem-estar social e democracia encontravam ressonância com as lideranças comunistas e socialistas.

Contudo, os ecos da revolução russa de 1917 reverberavam dentro da sociedade chinesa, expandindo a influência do marxismo-leninismo, os comunistas chineses buscavam uma perspectiva de revolução semelhante à da União Soviética, partindo da aliança entre o proletariado urbano e o campesinato. A cooperação entre os comunistas e o Kuomintang ruiu em 1925, após a morte de Sun Yat-sen. Uma disputa sucessória dentro do partido nacionalista culminou com a escolha de Chiang Kai-chek como novo dirigente máximo e tendências conflitantes apareceram no seio da facção. Grupos de grandes latifundiários, elite burguesa-burocrática estatal e capitalistas estrangeiros passaram a ter maior preponderância dentro do partido, e passaram a sufocar as demandas de movimentos sociais e camponeses. Estes considerados por Mao uma força social e política de extrema importância. Milícias e organizações militares dos dois partidos controlavam diferentes porções do território chinês, a disputa ideológica e pelo controle desses territórios agravou-se e o conflito eclodiu em 1927. A incompatibilidade entre capitalismo e comunismo viu na China um brutal campo de batalha. Agravado pela invasão japonesa, uma nova aliança pragmática entre os dois principais grupos políticos do país fez-se necessária para derrotar o inimigo comum. Superada mais uma intervenção japonesa a guerra civil retornou, mas desta vez os comunistas estavam mais preparados, haviam reorganizado o campesinato contra as investidas dos nacionalistas. A guerra durou mais quatro anos entre 1945 e 1949, mas uma avassaladora campanha militar levou os comunistas para a vitória, e isolou Chiang Kai-chek e seu partido na pequena ilha de Taiwan. O triunfo de Mao Tsé-tung é significativo para o desenvolvimento da Guerra Fria, inicialmente o país vê-se isolado internacionalmente, sendo reconhecido principalmente pelos seus aliados soviéticos; mas, com o tempo, o salto qualitativo representado pela interpretação Maoista do marxismo-leninismo, os avanços sociais, econômicos e tecnológicos e as reformas e abertura política promovida por Deng Xiaoping colocam o país na esteira da oposição com o Moscou, abalando a unidade e fraternidade entre os comunistas e socialistas no mundo. Vasco Leitão apresenta a seguinte visão sobre este aspecto:

Entrevistador[a]: Como o senhor viu a cisão entre a União Soviética e a China ocorrida nos anos 60?

Vasco Leitão: Eu achava que era uma questão de liderança. Mao Tsé-tung queria continuar o stalinismo, e a Rússia, pela mão do Krushev, se afastou do stalinismo. Os chineses acusavam o governo soviético de revisionista, traidor, reclamavam pelo fato de a Rússia não ter devolvido as províncias que lhes havia roubado. [...] Talvez o conflito entre a China e a Rússia tenha sido bom, porque o monolitismo russo-chinês dava conosco no oceano.⁹²

Os EUA, por sua parte, vão explorar essa cisão do mundo socialista para os seus ganhos pouco depois na década de 1970, visando enfraquecer a União Soviética ainda percebida como sua maior ameaça. Eles se aproximam de Pequim trocando sua representação diplomática com a China continental, em detrimento de Taiwan, e conduzem a substituição do país e seu assento permanente no Conselho de Segurança da ONU em 1971. Algo que Vasco Leitão da Cunha via de forma favorável: “O reatamento das relações dos Estados Unidos com a China foi um golpe muito bom do Nixon”⁹³.

O tema do nacionalismo foi novamente um protagonista político dessa vez no Vietnã. Inspirados também por uma luta anticolonial contra a metrópole francesa, que ocupava a península da Indochina desde meados do século XIX. Lá, o movimento nacionalista rapidamente incorporou elementos socialistas à sua luta por libertação nacional, tendo como protagonista Ho Chi Minh⁹⁴.

Só em partes do Sudeste Asiático essa descolonização política sofreu séria resistência, notadamente na Indochina francesa (atuais Vietnã, Camboja e Laos), onde a resistência comunista declarou independência após a libertação, sob a liderança de Ho Chi Minh. Os franceses, apoiados pelos britânicos e depois pelos EUA, realizaram uma desesperada ação para reconquistar e manter o país contra a revolução vitoriosa. Foram derrotados e obrigados a se retirar em 1954, mas os EUA impediram a unificação do país e mantiveram um regime satélite na parte sul do Vietnã dividido. Depois que este, por sua vez, pareceu à beira do colapso, os EUA travaram dez anos de uma grande guerra, até serem por fim derrotados e obrigados a retirar-se em 1975, depois de lançar sobre o infeliz país um volume de explosivos maior do que o empregado em toda a Segunda Guerra Mundial.⁹⁵

A Guerra do Vietnã ainda ressonaria fortemente dentro dos próprios Estados Unidos. Condenando a investida militar de Washington contra o país do sudeste asiático. Tendo um forte impacto com os movimentos internos nos EUA ligados à contracultura e a libertação social, a oposição e impopularidade do conflito foi tão grande que ruiu com qualquer legitimidade que o governo tinha para sustentar os combates.

⁹² CUNHA, Op. Cit. p. 253.

⁹³ Op. Cit. 253.

⁹⁴ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Revolução Vietnamita: da libertação nacional ao socialismo**. São Paulo: editora UNESP, 2008.

⁹⁵ HOBBSAWM, Op. Cit. p. 215.

O continente africano foi o que mais sofreu com a colonização europeia. Consolidada pela Conferência de Berlim, em 1885, mas possuindo antecedentes desde que iam desde o fim da Idade Média no século XV, e passavam pelas políticas mercantilistas até o século XIX. No imediato pós-guerra, como já vimos no caso das lutas de libertação asiáticas, o tema do anticolonialismo foi majoritariamente aceito na comunidade internacional, especialmente entre as duas superpotências. Contudo, atentemos a visão dos Estados Unidos no caso, por exemplo:

O projeto empreendido por Roosevelt e expresso na Carta do Atlântico propugnava o direito à autodeterminação dos povos. O presidente estadunidense pensava que após o término do conflito mundial seria necessária a reconstrução de uma nova ordem mundial baseada na *Open Door Policy*. Acreditava que, dessa forma, os recursos naturais de diferentes regiões do planeta pudessem fluir livremente aos EUA e as mercadorias e capitais estadunidenses pudessem conquistar novos mercados que, desse modo, naturalmente seriam abertos com o fim do colonialismo.⁹⁶

Na perspectiva estadunidense a manutenção dos estados coloniais serviria de ferramenta para a expansão da influência soviética. Mesmo que a ordem vinda de Moscou no imediato pós-guerra fosse de desestimular golpes, revoluções ou tomadas de poder por movimentos comunistas armados em outras partes do globo. A União Soviética neste momento ainda buscava consolidar sua posição no leste europeu. Contudo, o caráter universal e emancipatório presente na ideologia marxista mostrava-se como uma ferramenta prática para organizar a sociedade em torno de um objetivo nacional. Uma vez que, como vimos anteriormente no caso das lutas nacionais na Ásia, o espírito de libertação nacional poderia facilmente incorporar elementos do comunismo à sua luta. Entretanto, a proximidade geográfica e o fácil acesso aos recursos necessários para a sua reconstrução fazia com que os impérios europeus fossem mais reticentes com um projeto amplo de independências na África. Desta forma, patrocinavam a manutenção de suas zonas de influência colonial. Por isso a posição dos Estados Unidos tenderia a uma reformulação do status quo. Ou seja, a manutenção de influência e acesso aos países recém independentes consolidaria a retórica das democracias liberais e do mundo livre, ao mesmo tempo que substituía a obsoleta política colonial e afastaria qualquer influência de ímpeto revolucionário.

No que tange à África, desde 1919 lideranças do continente haviam se reunido em torno do Congresso Pan-Africano. Em 1945 com o fim da Segunda Guerra Mundial houve em Manchester, no Reino Unido, a quinta reunião da entidade. Que concretizou a demanda dos africanos em torno da descolonização, condenação do imperialismo, da discriminação racial e, em partes, do próprio modelo capitalista. Naquela época, apenas quatro países de população

⁹⁶ MUNHOZ, 2020, p. 194 – 195.

majoritariamente negra possuíam independência: o Haiti no Caribe, a Etiópia no centro-leste do continente, África do Sul⁹⁷ e a Libéria na porção ocidental que havia sido um protetorado dos Estados Unidos no século XIX. Este congresso, embora tenha sido o quinto, por conta do contexto geopolítico foi o primeiro a marcar profundamente as reivindicações africanas por autodeterminação; não só da África já que delegados de países e territórios caribenhos também participaram. Desta vez, diante da ordem bipolar que se construía, os representantes africanos viam a oportunidade de exigirem mais e poder barganhar diante de suas antigas metrópoles, dado que o bloco socialista poderia se constituir como uma alternativa as suas demandas. E já vimos como os EUA se posicionava diante delas. Entre as figuras notórias que estiveram presentes no congresso destacam-se: Hastings Banda, líder do movimento independentista do seu país, o Malawi, tornou-se também o primeiro presidente do país, cargo que exerceu de 1964 até 1994. Kwame Nkrumah, líder revolucionário e socialista de Gana, foi primeiro-ministro do país entre 1957 e 1960; ele não só consolidou a independência de sua nação, como projetou Gana como um país líder do movimento panafricanista e da descolonização, procurou construir em Gana um estado nacional-desenvolvimentista com maior cuidado às questões de bem-estar social, como a saúde e a educação. E por fim, o queniano Jomo Kenyatta, que eleito primeiro-ministro de seu país em 1963, encabeçou o movimento para a transição do Quênia de colônia britânica para um país independente; diferente de Nkrumah, Kenyatta buscou a edificação de um estado pró ocidente e capitalista, buscando a convivência entre os povos originários e as minorias burguesas e europeias; manteve o Quênia dentro da Commonwealth britânica perseguiu opositores de tendências esquerdistas e estabeleceu seu país como um bastião anticomunista no centro da África em meio a Guerra Fria; por conta das divergências étnicas dentro do seu país, presenciou a eclosão de uma guerra civil, que rapidamente tomou contornos ideológicos, a guerra de Shifta que durou de 1964 a 1967.

Embora os movimentos de independência africanos tivessem ganhado força no pós-segunda guerra, o continente só presenciou amplos episódios de emancipação nacional na década de 1950 em diante. O ano de 1960 é o que marca o maior número de independências africanas, com dezessete países tendo suas autonomias reconhecidas⁹⁸. A maioria destes, ex-

⁹⁷ A África do Sul se tornou independente em 1910, contudo é preciso fazer algumas ressalvas. Embora um país de população majoritariamente negra, o governo recém independente dos Africâner já detinha contornos raciais e segregacionistas que impediam e cerceavam os direitos e a participação política da população negra. Esse sistema se agrava em 1948 com a introdução do regime de Apartheid pelo estado sul-africano.

⁹⁸ Camarões, Togo, Mali, Senegal, Madagascar, Zaire (atual República Democrática do Congo), Somália, Benin, Níger, Alto-Volta (atual Burkina Faso), Costa do Marfim, Chade, República Centro Africana, Congo-Brazzaville, Gabão, Nigéria e Mauritânia. MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Org.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

colônias francesas, isso se deve a um caso particular das lutas anticoloniais africanas que ocorreu no processo de independência da Argélia. Tido como um território estratégico em termos geopolíticos, possuindo consideráveis reservas de gás e petróleo, e dada a grande quantidade de população colona de origem francesa, Paris considerava o território argelino como parte da própria França em termos jurídicos. A questão da independência na Argélia foi particularmente incomoda para o governo francês, e uma violenta guerra eclodiu entre os anos de 1954 e 1962. A brutalidade do conflito foi um dos fatores que culminaram com a queda da Quarta República Francesa, e que segundo o historiador inglês Eric Hobsbawm também quase levou “à da Quinta (1961), antes que a Argélia conquistasse a independência que o general De Gaulle há muito reconhecia como inevitável.”⁹⁹.

Em fins da década de 1950 já ficara claro para os velhos impérios sobreviventes que o colonialismo formal tinha de ser liquidado. Só Portugal continuou resistindo à sua dissolução, pois sua economia metropolitana atrasada, politicamente isolada e marginalizada não tinha meios para sustentar o neocolonialismo. Precisava explorar seus recursos africanos e, como sua economia não era competitiva, só podia fazê-lo pelo controle direto. A África do Sul e a Rodésia do Sul, os Estados africanos com substanciais populações de colonos brancos (com exceção do Quênia), também se recusaram a adotar políticas que inevitavelmente produziram regimes controlados por africanos, e os brancos da Rodésia do Sul chegaram a declarar-se independentes (1965) da Grã-Bretanha para evitar esse destino. Contudo, Paris, Londres e Bruxelas (o Congo Belga) decidiram que a concessão de independência com a manutenção da dependência econômica e cultural era preferível a longas lutas que provavelmente acabariam em independência sob governos esquerdistas.¹⁰⁰

A descolonização da África e da Ásia representou uma das características mais inerentes da Guerra Fria. Que assegurada as forças militares entre União Soviética e Estados Unidos, e estabilizadas as fronteiras na Europa, era no dito Terceiro Mundo, e nos países recém independentes que as disputas da dicotomia Leste-Oeste tomariam forma. As guerras nacionais emancipatórias rapidamente tomaram contornos ideológicos, algo que afirma também o historiador norueguês Odd Arne Westad¹⁰¹.

No caso brasileiro em relação a estes temas, as lutas e embates ocorridas no continente asiático não chamavam uma atenção prioritária da diplomacia brasileira, nos primeiros momentos do pós-guerra. Por sua vez, o caso dos países africanos, a postura brasileira foi diferente, ganhou maior projeção e importância a partir da gestão de Juscelino Kubitschek, sendo expandido também na política externa independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart, como veremos a seguir. Sobre o tema das independências africanas, Vasco Leitão da

⁹⁹ HOBBSAWM, Op. Cit. p. 218.

¹⁰⁰ Op. Cit. p. 218 – 219.

¹⁰¹ WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: third world interventions and the making of our times**. New York: Cambridge University Press, 2005.

Cunha ainda comenta sua visão, ressaltando o primeiro comentário dele que mostramos anteriormente:

Eu achava que o que devíamos fazer era nos beneficiarmos das nossas relações com os países africanos, tendo em consideração a nossa política de não discriminação racial. Devíamos ter a simpatia e a confiança desses povos, inclusive no mar das Caraíbas.¹⁰²

O comentário de Vasco Leitão da Cunha serve para ilustrar uma questão também apresentada pelos autores Amado Cervo e Clodoaldo Bueno¹⁰³, que observa como os reconhecimentos das independências nestes países deveriam servir para estabelecer contatos diplomáticos visando as possibilidades de comércio, um dos instrumentos para a modernização e desenvolvimento do país na década de 1950. Além disso, o Brasil passaria a ter como pauta a defesa da autodeterminação dos povos, usada para afirmar a posição do país no cenário internacional, por isso, a condenação do colonialismo tornava-se um instrumento de barganha política, uma vez que os formuladores das políticas nacional-desenvolvimentistas não desejavam condenar o país à eterna subserviência de uma potência estrangeira. Mas por conta dos desdobramentos políticos internos, é compreensível a demora do governo brasileiro em dar maiores atenções no que concerne às independências e às lutas anticoloniais em outras regiões do mundo. O Brasil recém havia deixado o regime ditatorial do Estado Novo em 1946 para retornar à democracia. Isto posto, as agitações domésticas precisavam ser sanadas e o modo como o Brasil iria se inserir no cenário internacional precisava ser cautelosamente avaliado. Além disso, o entorno continental político americano e sua respectiva relação com os Estados Unidos tinham muito mais importância do que guerras e revoluções ocorridas a um oceano de distância ou do outro lado do mundo. Posições que vão ser corrigidas gradativamente em que o país percebe que o comércio exterior pode ser uma ferramenta para seu desenvolvimento e industrialização, como mencionamos acima. Temas estes que serão abordados mais adiante.

2.1.2. América Latina: anseios frustrados

A conjuntura do período imediato ao fim da Segunda Guerra Mundial na América Latina apresenta um certo grau de similaridades. As independências dos países americanos já haviam sido consolidadas no século anterior, o XIX. As mais variadas experiências nas repúblicas latino-americanas, apesar de suas diferenças de regimes políticos, de níveis de desenvolvimento

¹⁰² CUNHA, Op. Cit. p. 231.

¹⁰³ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4ª ed. Brasília: Editora UNB, 2011.

econômicos e sociais, na força e composição de grupos populares e atores políticos e a sua consequente relação com os Estados Unidos, a potência hegemônica da região, possuíam características parecidas. Todos entendiam, naquele momento, no tangente ao cenário e relações internacionais, a sua primazia de correspondências era com os Estados Unidos¹⁰⁴, e deste esperavam ações que pudessem atender seus anseios nacionais.

É interessante notar que entre 1944 e 1946, acompanhando o fim dos regimes fascistas na Europa, houve uma tendência democratizante no continente. Mobilizações e participações políticas eram amplas, verificou-se um relativo sucesso da articulação de demandas populares tanto por grupos democráticos-liberais, nacionalistas-populistas, esquerdas reformistas e esquerda marxista ortodoxas ligadas aos socialistas e comunistas. A extensão parcial da democracia, apesar de restritos o sufrágio e a participação política, de um fraco sistema partidário de liberdades civis precárias também são percebidos. Esse período testemunhou a militância em torno de sindicatos, com diversas ondas de greve pela região com demandas sociais e trabalhistas como em torno da redução de jornadas de trabalho, aumento real dos salários, ampliação dos postos de emprego e garantias previdenciárias e de saúde. Tais movimentos são mais perceptíveis nos maiores países latinos, como México, Brasil, Peru, Colômbia, Argentina e Chile¹⁰⁵, mas encontravam em menor força de mobilização política nos países da América Central e Caribe. Contudo, esse movimento inicial também presencia um certo retrocesso, caracterizado pela contenção do avanço democrático, e em alguns casos seu declínio e reversão. A esquerda de uma forma geral perde espaço e partidos comunistas sofrem severa repressão. Movimentos sindicais são trazidos para o rígido controle do estado. Sendo uma derrota histórica da esquerda no período imediato à guerra. Isto se deve porque as elites políticas latino-americanas visavam atrair os investimentos e capitais estrangeiros, originários principalmente dos Estados Unidos. Em diversos países, algo perceptível também no caso brasileiro, cria-se uma cisão entre grupos nacionalistas-desenvolvimentistas e grupos liberais que defendiam uma maior atuação e autonomia do capital estrangeiro no país. Desta forma, em um primeiro momento caminhar rumo à liberalização política e à democracia seria o primeiro chamariz para o capitalista estrangeiro ter confiança em realizar seus investimentos. Quando as

¹⁰⁴ Posição que os Estados Unidos buscaram consolidar justamente através de várias fases da sua política externa. Indo desde a Doutrina Monroe de 1823, que buscava deter as intervenções europeias no continente americano; passando pela política do *Big Stick*, em que a coerção pela força dos EUA era um instrumento de garantir seus interesses econômicos, período atrelado a administração Theodore Roosevelt (1901 – 1909); e chegando à ‘Política de Boa Vizinhança’, do governo Franklin D. Roosevelt, que visava substituir a coerção por uma aproximação pautada nas trocas culturais e econômicas.

¹⁰⁵ BETHEL; ROXBOROUGH. 1988, p. 171.

esquerdas tomam corpo e aproveitam-se dessa abertura para galgar espaços dentro da política doméstica destes países, as elites econômicas percebem o erro, e entendem a necessidade de ter algum controle sobre a forma como o processo democrático se construía no país.

Um outro fator interessante de se notar no que tange o pós-guerra, é o reforço ideológico da aproximação econômica dos Estados Unidos com seus pares latinos. E aqui retomamos uma ideia já trabalhada. Ainda em 1945 os primeiros atritos da Guerra Fria com a União Soviética começaram a aparecer, e logo em seguida, conflitos eclodem na Ásia colocando em xeque a recém consolidada hegemonia dos EUA. Os estadunidenses por sua vez, não desejavam perder a sua influência no continente americano, tratado por alguns teóricos da política externa de Washington como o ‘quintal dos Estados Unidos’¹⁰⁶. Por isso estimularam uma democratização limitada, com algum espaço para reformas, desde que estas fossem contidas e não ameaçassem os investimentos e capital estadunidense. Afinal, a experiência de abertura política demonstrara que a esquerda ganhou força também por conta do resultado da Segunda Guerra Mundial, já que o prestígio por ter imposto a derrota militar à Alemanha nazista era majoritariamente da União Soviética. Além disso, para assegurar ainda mais sua posição no continente americano os Estados Unidos promovem junto aos estados latinos a formulação de dois órgãos multilaterais americanos; o primeiro é a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o TIAR em 1947, que justamente consolidava uma aliança militar defensiva no caso de uma agressão por um ator externo. O segundo, é a implementação da Organização dos Estados Americanos, a OEA em 1948, objetivando estabelecer um fórum de diálogo regional no qual os Estados Unidos tivessem predomínio dos seus interesses sem a interferência de qualquer outro ator externo, criando uma organização que operava semelhantemente à ONU, porém fora dela. Por sua vez, seus pares latinos acreditavam que sua integridade e segurança estavam assegurados, e por estarem em um órgão regional em exclusividade com os Estados Unidos, talvez eles pudessem ter preferência na requisição por auxílios econômicos¹⁰⁷.

A partir do momento em que a Guerra Fria se acirra, os Estados Unidos começam a lançar programas de ajuda econômica para a Ásia, Europa e Oriente Médio, porém, rejeitam a necessidade e introdução das mesmas políticas para a América Latina. Na visão estratégica de Washington, a região fazia parte ‘natural’ da sua zona de influência e não precisaria de uma atenção prioritária. E em certo sentido, da contraparte soviética havia uma interpretação semelhante, cuja distância geográfica e as diferenças culturais tornavam-se fatores

¹⁰⁶ WESTAD, 2005, p. 347.

¹⁰⁷ RABE, Stephen G. The elusive conference: United States economic relations with Latin America, 1945-1952. *Diplomatic History Journal*. Oxford, v. 2, n. 3, jul. 1978, p. 279 – 294.

dificultadores de qualquer operação intencionada em ampliar a sua influência. O desgaste em torno dos temas econômicos entre EUA e países latino-americanos começa a gerar uma fricção, esfriando as relações entre as partes, particularmente o embate sobre a carta econômica levou a um imediato adiamento de conferências econômicas e provocou um debate dentro do departamento de estado americano sobre o futuro da cooperação latino-americana. Neste sentido, a saída para Washington foi evitar conversas multilaterais e focar no ‘bilateralismo’ como forma de garantir políticas de livre comércio e proteção aos investidores estadunidenses. A situação se deteriora com o começo da Guerra da Coreia, os Estados Unidos forçam um reencontro com chanceleres em Washington entre março e abril de 1951, visando persuadir as nações latino-americanas a mobilizarem suas economias para o conflito, contudo, diante das frustrações de um plano econômico mais concreto, os EUA receberam como resposta apenas um apoio retórico, salvo a exceção da Colômbia como mencionado anteriormente. As indiferenças e posturas frias entre as partes permaneceram assim até o episódio da Guatemala em 1954, que mudaria de vez a forma como os Estados Unidos iriam se relacionar com os demais países latino-americanos. A Guerra Fria finalmente chegara ao continente.

A Guatemala foi um dos exemplos onde uma onda democrática após a Segunda Guerra Mundial havia se instaurado, culminando na derrubada de uma ditadura em 1944, período conhecido como a Revolução de Outubro, também denominado de “Dez Anos de Primavera”¹⁰⁸. Para resumirmos uma história que é complexa e foge do escopo da dissertação, porém é igualmente relevante. Entre o fim do século XIX e até meados da década de 1920, a elite agrária guatemalteca exercia forte pressão política, representadas na figura do presidente Manuel José Estrada Cabrera. Os latifundiários visando ganhos econômicos fizeram várias concessões à empresa estadunidense *United Fruit Company*, UFCO, que passou a ter um forte monopólio de terras agricultáveis dentro do país. O componente étnico racial também foi um fator preponderante no caso guatemalteco. Boa parte dos trabalhadores camponeses eram povos de origem maia, enquanto as elites latifundiárias e os setores urbanos possuíam maior presença de descendentes de europeus. Parte das terras cedidas à empresa estadunidense eram originalmente ocupadas pela população nativa. Além destes elementos, as condições de trabalho no campo eram insalubres, sazonais e possuíam poucas ofertas de trabalho, permitindo um controle maior da empresa e dos latifundiários sob seus “funcionários”, impondo-lhes um regime de exploração. A desigualdade no campo agravou-se quando em 1931 o general Jorge Ubico chegou ao poder. Ele continuou a política de concessão aos latifundiários e a UFCO, a

¹⁰⁸ GRANDIN, Greg. **A Revolução Guatemalteca**. São Paulo, Editora da UNESP, 2004. p. 21.

violência no campo intensificou-se tanto que alguns autores passam a classificá-la como uma política de genocídio:

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a Guatemala era uma das sociedades mais racistas da América Latina. Depois de quase um século de agricultura cafeeira, a população maia, majoritária, viu-se reduzida à condição de proletariado sazonal dos latifúndios, excluída da vida política e cultural e sujeita a uma série de mecanismos de trabalho, como a servidão por dívida e as leis de vadiagem. Morava em aldeias do altiplano, à mercê da crescente escassez de terra, e migrava para trabalhar nas plantações de café, depois de algodão e açúcar, no Piemonte e nas planícies litorâneas. Os indígenas praticamente não tinham acesso à educação e à assistência médica e, em geral, eram analfabetos. A maioria das mulheres maias não falava espanhol, e ao passo que os homens não conheciam senão rudimentos do idioma. A riqueza estava concentrada – quase na forma de grandes propriedades rurais – nas mãos de uma pequena oligarquia branca, e o poder político era exercido pelos latinos.¹⁰⁹

Em junho de 1944, eclodem no país uma série de revoltas sociais com pautas democráticas e sindicais. Diante da pressão política interna, acompanhada pelo quadro geral que explicamos anteriormente de que houve uma tendência geral dos países americanos em convergir para um regime democrático, o presidente Jorge Ubico renuncia, instaurando uma junta militar em seu lugar. Entretanto, a manutenção das condições do trabalho no campo reascendera o espírito dos revoltosos. Oficiais militares da baixa cúpula somam suas reivindicações às dos rebeldes e articulam um golpe que depõem a junta estabelecida pelo ex-ditador em outubro de 1944. Eleições livres são convocadas e Juan José Arévalo é eleito, iniciando a fase da denominada Revolução Guatemalteca. Posteriormente, nas eleições de 1951, um dos líderes do golpe, o militar Jacobo Árbenz Guzman é eleito presidente. Tanto o governo Arévalo como o Árbenz serão marcados por profundas reformas: sociais, trabalhistas e agrárias. As reformas afetaram diretamente o monopólio da UFCO, a empresa por sua vez, possuía um forte lobby dentro do congresso americano e a da CIA. Allen Dulles, diretor da CIA e John Foster Dulles, secretário de estado da presidência de Dwight Eisenhower possuíam ações e interesses nas atividades econômicas da empresa¹¹⁰. A CIA passou a explorar a oposição buscando homogeneizar os conservadores, latifundiários e religiosos da Guatemala, em um único grupo coeso. Além das reformas trabalhistas e sociais o governo Árbenz também foi, especificamente, tolerante com as atividades do Partido Guatemalteco do Trabalho, ocupado e gerenciado majoritariamente por comunistas, que forneciam a base política de apoio às reformas sociais e no campo. Com este cenário posto, uma forte disputa acirrou-se internamente entre os dois grupos, uma campanha de difamação e guerra psicológica passou a ser empregada

¹⁰⁹ GRANDIN, Op. Cit. p. 22.

¹¹⁰ CULLATHER, Nick. **Secret History**: the CIA's classified account of its operations in Guatemala (1952 – 1954). Stanford: Stanford University Press, 2006.

pela CIA, acusando Árbenz de ser comunista. Um novo golpe foi articulado e liderado por Carlos Castillo Armas em junho de 1954, contando com apoio da CIA, que interveio militarmente no país com o emprego da força aérea dos Estados Unidos, auxiliando os golpistas de Armas para garantir que o presidente Jacobo Árbenz fosse deposto. Na visão de Vasco Leitão da Cunha, a crise na Guatemala foi responsável por expor um problema de segurança continental:

Entrevistador[a]: [...] Afinal a Conferência de Caracas aprovou uma resolução segundo a qual qualquer regime de esquerda na América Latina era uma ameaça à segurança das Américas.

Vasco Leitão: Segurança do continente. O embaixador da Guatemala me perguntou por que é que nós achávamos que o governo guatemalteco de esquerda era um perigo para o continente americano. Eu disse a ele: “Porque o senhor faz voar um avião com torpedos em cima do canal do Panamá e bloqueia o canal com a maior facilidade. De maneira que não é que a Guatemala represente um perigo para os Estados Unidos. O perigo é que, havendo uma queda brusca nas relações recíprocas da União Soviética e dos Estados Unidos, a União Soviética tenha apoio nos países da América Central.” O Vicente Rao foi muito claro ao assumir uma posição contrária ao, vamos dizer entre aspas, “avanço do comunismo”. Fincou o pé. Impôs a nossa posição clara.

Entrevistador[a]: Mas essa preocupação com o comunismo era mesmo um problema de segurança ou era um problema ideológico?

Vasco Leitão: Acho que era um problema de segurança. No caso de certos indivíduos, seria ideológico. No caso do Arbenz era ideológico.¹¹¹

A exposição de Vasco Leitão da Cunha caminha em certo sentido para a percepção de que os Estados Unidos deveriam ser o único ator hegemônico na esfera continental, e por essa razão o país da América Central representava uma ameaça. Mesmo que suas intenções estivessem apenas focadas no âmbito das políticas nacionais e ideológicas.

O golpe na Guatemala de 1954 seria um divisor de águas na história da Guerra Fria no continente americano. Primeiro, o ressentimento dos estados latinos com a intervenção unilateral dos Estados Unidos, derrubando um governo democraticamente eleito agravou-se, espalhando um latente sentimento antiamericanista pela região¹¹². Em segundo, o episódio fortaleceu as retóricas das esquerdas antiimperialistas latinas, e influenciou diretamente outros episódios políticos, como a Revolução Cubana que veremos mais adiante. Terceiro; os Estados Unidos empenharam-se em manter o assunto apenas dentro da esfera da OEA, limitando e cerceando qualquer resposta internacional, ou auxílio que viesse socorrer a Guatemala,

¹¹¹ CUNHA, Op. Cit. p. 189.

¹¹² Um dos episódios marcantes desse sentimento é quando em maio de 1958, o vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon é hostilizado por uma multidão em fúria enquanto estava em visita oficial à Venezuela.

tratando-o como uma crise relativa à segurança interna dos países latino-americanos influenciada por uma potência estrangeira; conferências entre os chanceleres americanos foram convocadas visando condenar as atitudes “pró-comunistas” da Guatemala, e legitimar a intervenção estadunidense. Essa política isolou o país ístmico no continente ao mesmo passo que despertou o interesse da União Soviética em auxiliar os grupos e partidos comunistas da América Latina, dado que agora havia um maior respaldo e espaço de atuação. E por fim, em quarto, a situação interna na Guatemala deteriorou-se de tal maneira, que Castillo Armas, o qual havia sido instaurado como presidente após a deposição de Jacobo Árbenz, foi assassinado em 1957. As contendas no campo se asseveraram, a perseguição aos comunistas e setores progressistas no país fez estes se organizarem em resistência armada. Até que a violência política no país aumentou e a guerra civil foi deflagrada em 1960.

A crise na Guatemala é sintomática para explicar como alguns países latino-americanos se desiludiram com a atuação e as políticas dos Estados Unidos para a região. O que antes era apenas uma frustração por não terem suas demandas econômicas atendidas, transformou-se em ressentimento e aflição. Objetivando contornar isso, os EUA, apoiaram diversos grupos conservadores, anticomunistas e liberais na região. Destruindo os projetos democráticos no continente em prol de ditaduras que condenassem a União Soviética no campo internacional. O que por sua vez, acentuou a cisão doméstica entre grupos e partidos de esquerda e direita. E somado a isso, uma série de novas crises começaram a eclodir no continente, levando os Estados Unidos a sucessivas intervenções na política latino-americana. Apenas para mencionarmos, alguns dos episódios que podem ser traçados como reflexos da crise na Guatemala: na América Central teremos o início de mais duas guerras civis: em El Salvador entre 1979 e 1992; e na Nicarágua entre 1979 e 1990; em Honduras ocorreu um novo golpe de estado em 1963; Na América do Sul, a década de 1960 marca o início de guerrilhas de esquerda no Peru, com o Sendero Luminoso; na Colômbia com as FARC, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia; focos guerrilheiros na Bolívia entre 1966 e 1967; e no Chile após a derrubada do presidente Salvador Allende em 1973. Ainda na porção sul do continente, golpes militares vão instaurar ditaduras pró-Estados Unidos na Argentina entre 1962, 1966 – 1973, e 1976 – 1983; no Uruguai, 1973 – 1985; no Chile, como já mencionado acima entre 1973 e 1990; no Paraguai sob liderança de Alfredo Stroessner, 1954 – 1989; e no Brasil entre 1964 e 1985. No Caribe há ainda a crise da República Dominicana em 1965; a de Granada em 1982; e a mais notória a Revolução Cubana de 1959, que iria desencadear episódios de escala internacional.

Cuba já teve um espaço de comentários no capítulo 1. Contudo, aqui retomaremos apenas algumas questões mais factuais. Para não retrocedermos demais, partimos do golpe de estado

perpetrado por Fulgencio Batista em 10 de março de 1952, que instaura uma nova ditadura no país com apoio dos Estados Unidos, encerrando um breve período democrático iniciado com a aprovação da constituição de 1940. Batista oriundo do meio militar, havia ganhado notoriedade justamente por conta do ‘movimento dos sargentos’ na insurreição contra o governo provisório de Manuel de Céspedes, que sucedeu a ditadura de Gerardo Machado y Morales derrubado por uma frente ampla em agosto de 1933. O golpe de 1952, impediu a realização de novas eleições e esmoreceu os planos de um jovem advogado postulante ao cargo de deputado pelo Partido Ortodoxo¹¹³, Fidel Castro.

A frustração e o desconcerto provocados pelo golpe de Estado dão lugar à forte convicção de que o retorno da normalidade democrática passa necessariamente pela derrubada do regime de Batista. Reunindo um grupo de jovens em torno desse objetivo, planeja a primeira ação revolucionária: o assalto aos quartéis de Moncada e Bayamo, na província de Oriente.¹¹⁴

Contando com uma força de pouco mais de 150 combatentes o ataque realizou-se em 26 de julho de 1953, entretanto, não logrou êxito. As baixas dos guerrilheiros foram pesadas e seus líderes foram presos, entre eles os irmãos Fidel e Raul Castro. Ambos foram condenados a mais de 15 anos de prisão. Contudo, em meio ao seu processo de julgamento, Fidel formula sua própria defesa e diante do júri a apresenta no que ficaria conhecido como o documento “a História me absolverá”. Neste discurso, é exposta a legitimidade da insurreição armada pautada na constituição de 1940 que visava defender o estado de um governo usurpador e ilegítimo. O texto também apresentava o programa social, político e econômico que orientava seu movimento e buscava pautar a formação do governo que sucederia a Batista, e possuía como principais pontos: a restauração imediata da constituição de 1940; a denúncia das condições de pobreza e subdesenvolvimento da ilha; a defesa de direitos trabalhistas e participação nos lucros por parte dos trabalhadores industriais urbanos e rurais, especialmente dos oriundos de engenhos de açúcar, uma das principais atividades econômicas do país; e por fim, a reforma agrária. O documento circulou clandestinamente pelo país, angariando forte apoio das massas, e com sua popularidade, houve mobilização por parte da população em torno da anistia dos condenados. Diante da pressão da sociedade civil, o regime Batista acaba cedendo em 15 de maio 1955 e concede a anistia. Essa decisão, entretanto, se deu como forma de apaziguar o público diante da tentativa de Batista de legalizar seu regime mediante eleição na qual

¹¹³ O Partido do Povo Cubano, comumente chamado de Partido Ortodoxo, foi fundado em 1947 por Eduardo Chibás, sob uma plataforma de esquerda nacionalista, populista, contra a corrupção e anti-imperialista. O partido era considerado como amplo favorito para vencer as eleições de 1952, com a candidatura à presidência de Roberto Agramonte.

¹¹⁴ AYERBE, 2004, p. 29.

concorreu como candidato único, após a oposição ter desistido do pleito. Anistiados, Fidel, seu irmão e alguns companheiros partem para o exílio no México, onde passam a reorganizar um grupo armado que visava o retorno para Cuba e o início da luta armada para a derrubada de Fulgencio Batista. Eles ainda receberiam uma significativa adesão do médico argentino Ernesto ‘Che’ Guevara que esteve na Guatemala durante o golpe patrocinado pela CIA, como vimos anteriormente, o episódio de crise na Guatemala se torna um exemplo muito vivo na memória dos guerrilheiros cubanos, principalmente por conta das semelhanças em marcadores sociais, políticos e econômicos entre os dois países e a ingerência dos Estados Unidos em relação as terras agricultáveis do país. Reestruturado o novo grupo, este passou a denominar-se ‘Movimento 26 de julho’, M26, ou M26-7.

Com o retorno dos irmãos Castro e Che Guevara à ilha de Cuba, o grupo é atacado pelas forças de Fulgencio Batista, mas consegue se estabelecer na cordilheira de Sierra Maestra, onde passam a articular não só a guerra de guerrilha no campo, mas organizam também grupos de propaganda política, recrutamentos e alianças com outros movimentos de oposição à ditadura Batista, atuação de guerrilhas urbanas e mobilização da população civil em torno de greves gerais. Após uma falha ofensiva das forças de Batista em 1958, os grupos de oposição passam a uma sequência de vitórias militares que levaria à queda do regime na véspera do ano novo de 1959. Se os acontecimentos na Guatemala motivam os guerrilheiros cubanos à ação, a Revolução Cubana de 1959 por sua vez influenciará grupos e outras guerrilhas de esquerda em todo o continente. Ainda mais levando em conta a forma como o regime resistiu à investida estadunidense na invasão da Baía dos Porcos em 1961, e a atenção mundial que a ilha teve durante a crise dos mísseis de outubro de 1962. Episódio este que mais aproximou o mundo de um conflito nuclear de fato. Após, a expulsão de Cuba da OEA, e da JID, Havana buscou imediatamente o auxílio militar soviético como forma de garantir a própria sobrevivência da revolução. Para Vasco Leitão da Cunha, a política exterior cubana rumava para uma mudança de órbita:

Entrevistador[a]: Mas permanece a impressão de que à medida que os Estados Unidos fechavam o cerco, seja do ponto de vista diplomático, militar ou econômico, Cuba só teve uma saída: cair nos braços da União Soviética.

Vasco Leitão: Eu disse isso de antemão, avisei ao Olivares, que era subsecretário de Relações Exteriores do Fidel: “Vocês estão na posição de um satélite que gira numa órbita, e disso depende a vida diária do país. Vocês não têm capacidade econômica para se arrumar sem o apoio dos Estados Unidos, a não ser que o satélite mude de órbita e vá rodar em torno de outro!” Disse-me o Olivares: “Isso nunca vai acontecer.” Aconteceu, e ele foi ser embaixador na União Soviética. O próprio Fidel talvez tivesse querido ficar a duas amarras, mas a nova mãe era exigente.

Entrevistador[a]: Será que a União Soviética aceitou Cuba como satélite muito mais porque foi obrigada do que porque desejou?

Vasco Leitão: Bom, ela (URSS) gostou. O Mikoyan aconselhou o Fidel a desapropriar as propriedades americanas sem indenizar. O Mikoyan depois foi vice-presidente da União Soviética, era um vendedor de tapetes armênio, inteligentíssimo. Ele disse: “O que nós desejamos tanto que acontecesse, que houvesse uma revolução social que estabelecesse o comunismo sem violência, está acontecendo em Cuba! Não podemos abandonar Cuba!”¹¹⁵

A fala do diplomata evidencia a sua percepção do que o futuro, à época, reservava a pequena ilha de Cuba, e enfatizava também que alguns setores políticos soviéticos viam com bons olhos o movimento cubano, desejando verdadeiramente apoiá-los. Mas a partir de uma visão mais pragmática, não que não houvesse um apoio ideológico, a União Soviética, visualizou na ocasião uma oportunidade de retaliar os Estados Unidos em relação aos mísseis balísticos de médio alcance instalados na Turquia, um país da OTAN. Após a inteligência dos EUA supervisionar a incomum movimentação de navios soviéticos em direção à ilha, juntaram-se evidências de que Moscou iniciara um processo de instalação de mísseis de médio alcance no país. Prontamente, Washington cercou a ilha com a sua marinha impondo um bloqueio naval que puxou as duas superpotências para o perigo real de uma guerra aberta. Diante das tensões, entretanto, um acordo foi costurado apenas entre Washington e Moscou, deixando Havana de fora, e que consistia numa vitória tática soviética e em uma vitória propagandística estadunidense. Já que os soviéticos concordaram com a desinstalação das suas bases de lançamento na ilha, desde que os EUA respeitassem a autonomia de Cuba e prometessem não invadir o país, e segundo, que retirassem os mísseis instalados na Turquia. Após os eventos de outubro de 1962, as duas superpotências entraram em um processo de relaxamento das tensões da Guerra Fria, conhecido pelo termo francês de *Détente*, mas esta distensão não seria percebida no Terceiro Mundo, onde os conflitos ideológicos continuavam acirrados, e em muitos casos violentos.

Já Cuba foi posta de lado pelos soviéticos, uma vez que seus anseios foram atendidos. A ilha tinha sua independência garantida, contudo, mediante um isolamento tácito. Com o protagonismo dos Estados Unidos e a aversão consensual na região, que a influência comunista e soviética levantava preocupações, que além de um problema externo inerente ao sistema interamericano, a questão cubana suscitava empecilhos internos aos países com o crescimento tanto de setores abertamente anticomunistas como: as elites locais, os conservadores, os nacionalistas, os militares e os empresários; como também inspirava uma maior articulação

¹¹⁵ CUNHA, Op. Cit. p. 208.

entre setores de esquerda, tais como, estudantes e sindicatos que simpatizavam com a causa revolucionária cubana. Ambos os setores pressionavam os seus governos, criando crises políticas internas em diversos países da região. Até o final da década de 1960, a Revolução Cubana já estava isolada informalmente, e até mesmo formalmente, dentro do hemisfério. Outros na região, amplamente na América Central e no Caribe tomaram armas e prometeram derrubar seus governos à força, seguindo o exemplo de Cuba. Como também comentamos anteriormente.

O regime castrista ainda podia contar com forte apoio de partidos de esquerda, sindicatos e estudantes na América Latina, muitos deles preparados para tomar as ruas e expressar sua solidariedade com a revolução e colocar considerável pressão nos governos democráticos para não se oporem à Cuba.¹¹⁶

A influência da Revolução Cubana será tão romanceada, que no caso do Brasil, por exemplo, mas não só nele, na verdade um fenômeno comum em todo o continente; despertará o acirramento na política doméstica, opondo atores e setores à esquerda e à direita, condenando e defendendo a revolução e seus frutos.

2.2. O Brasil e as doutrinas da política externa brasileira: a democracia populista (1945 – 1964)

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos exerceram uma certa pressão sobre o Brasil, para que o país transacionasse de um regime de feições autoritárias para um governo democrático. Experiência que foi igualmente percebida nos demais países do continente, já comentada previamente. Contudo, enquanto na maioria dos estados latinos esse processo foi revertido buscando cercear a expansão e o prestígio político das esquerdas, no Brasil, ocorre justamente o oposto, embora a perseguição aos partidos de esquerda, especialmente aos comunistas, tenha continuado. O fim do Estado Novo trouxe à presidência, de forma efetiva em termos de governança, o militar Eurico Gaspar Dutra. Em termos de política externa buscou o respaldo da potência hegemônica, EUA, para consolidar posições na política doméstica, agradando setores liberais e conservadores que viam no país ao norte o modelo civilizatório cristão ocidental, e o bastião anticomunista, corroborando com as visões apresentadas por Patto Sá Motta lá no primeiro capítulo. Já que a proximidade cultural suscitava simpatia entre estes setores sociais. Nesta seção, passaremos primeiro por alguns aspectos

¹¹⁶ HARMER, 2019, p. 130.

gerais da política nacional, contextualizando-a, para depois dar mais espaço para a política exterior brasileira.

No componente interno, alguns partidos políticos começavam a se consolidar tanto em perspectivas ideológicas, como em programas e objetivos. Destacam-se, o liberalismo conservador da UDN, União Democrática Nacional; o PSD, Partido Social Democrático, dos presidentes Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951) e Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), que abraçavam as bandeiras nacionais-desenvolvimentistas; o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, sigla ligada a Getúlio Vargas, e que tinha o intuito de minar a influência das ideologias de esquerda, especialmente dos sindicatos e comunistas, sobre as pautas trabalhistas, incorporando-as a um projeto social-democrata e também nacional-desenvolvimentista; o PCB, Partido Comunista Brasileiro, que mesmo caindo na ilegalidade em alguns momentos ainda possuía ampla capilaridade social nas esquerdas e constituía um empecilho para quaisquer anseios políticos de partidos de centro e moderado, e um verdadeiro inimigo para os partidos de direita. “O PCB, como partido legal, passava por um período de grande crescimento. Nas eleições de 1945 e 1947, obteve votações expressivas. As adesões e filiações ocorriam em ritmo acelerado.”¹¹⁷. Outros partidos tiveram alguma projeção regional, ou relevância momentânea. Contudo, seguramente, os citados representavam os maiores protagonismos da política nacional entre 1945 e 1964.

O período do governo Dutra é marcado também por uma nova constituição, que possuía influências de uma agenda mais liberal, entretanto, manteve pressupostos herdados dos anos 1930, como o legado corporativista, no qual as representações partidárias eram concedidas pelo estado. Desta forma, o presidente teve bases jurídicas para cassar o registro do PCB, jogando-o novamente na ilegalidade. Com os comunistas retirados da cena política institucional, Dutra aparelhou o ministério do trabalho, perseguiu sindicalistas, e prendeu diversos militantes sob a justificativa de que estes atentavam contra a ordem e o regime democrático. No plano econômico, as medidas adotadas por Dutra foram efêmeras, e não alteraram os números da economia nacional, pautados numa ortodoxia liberal, órgãos de estado tiveram seus investimentos reduzidos, se não cortados, foi incentivada a exportação de produtos agrários, entretanto sem balancear o déficit comercial. Diante da necessidade de importar maquinários ou peças para a indústria manufatureira, “a liberalização da importação consumiu rapidamente as reservas em moeda estrangeira acumuladas no governo anterior.”¹¹⁸, que conseqüentemente culminou na volta da inflação. Diante do insucesso econômico, advindo também das frustrações

¹¹⁷ FERREIRA, 2006, p. 24.

¹¹⁸ Op. Cit. p. 26.

nas questões diplomáticas que ansiavam captar recursos de investidores privados dos Estados Unidos, o governo Dutra optou por retomar algumas políticas econômicas do período Vargas estadonovista, algo que desagradou os setores liberais econômicos que compunham sua base de governo, como congressistas da UDN.

O retorno democrático de Getúlio Vargas ao poder, em 1951, marcou a articulação do nacionalismo, desenvolvimentismo e trabalhismo como programas centrais da política partidária. Entretanto, formaram-se alianças com setores conservadores buscando uma base congressista maior e mais sólida. Coadunando as três perspectivas anteriores o segundo governo Vargas partiu para alavancar a economia brasileira através de projetos dirigidos pelo estado, consolidando a indústria nacional extrativista com a fundação da Petrobras em 1953 e ampliação da Companhia Vale do Rio Doce. Visando a exportação de commodities de maior valor agregado, minérios e petróleo. Instrumentos essenciais para corrigirem as defasagens econômicas do governo anterior, equilibrando as contas públicas e controlando a inflação. Contudo, o governo caiu numa armadilha própria, em uma tentativa de atrair capital estrangeiro, principalmente dos EUA, para obras de infraestrutura no país, entretanto, foi minada unilateralmente pela gestão Eisenhower, que cortava gastos em setores interpretados como ‘não essenciais’ na luta contra o comunismo. A ausência deste investimento começou a cercear as outras pastas econômicas e o limitado controle inflacionário se esvaiu. Diante da crise, Vargas se concentra apenas na condução estatal da economia, outros órgãos de estado são criados para dar base técnica para a implementação de uma indústria automobilística, e a modernização de portos e ferrovias. Essa proposta cuidadosamente planejada foi uma herança deixada para o seu sucessor, Juscelino Kubitschek.

O governo Vargas pautado também no seu trabalhismo, começou a dar projeção para uma outra figura política, João Goulart, que havia sido nomeado como ministro do trabalho. O então ministro procurou incorporar reivindicações sindicais à pasta do ministério, sua postura de buscar sempre o diálogo o tornou um político carismático e respeitado entre as camadas operárias. Jango, também desejava ter conversas francas com o PCB, reconhecendo a importância do partido no meio trabalhista e sindical. Contudo, instâncias conservadoras e liberais, representadas principalmente pela UDN, procuraram estigmatizar o ministro e explorar politicamente sua ligação com o trabalhismo, condenando-a, pautados em um elitismo e ojeriza a qualquer possibilidade de diálogo com comunistas. Discurso esse que repercutia em certos setores da sociedade, especialmente dos centros urbanos.

Entretanto, embora houvesse um quadro técnico dirigindo as formulações econômicas, a estabilização dela dificilmente era alcançada. Por mais, que as propostas parecessem viáveis,

ainda faltavam recursos para executá-las adequadamente. A situação piorava quando instituições estrangeiras internacionais começaram a cobrar as parcelas de empréstimos feitos ao governo brasileiro, sorvendo as reservas internacionais do país. O desgaste desta nova crise econômica, e o insucesso do trabalhismo alinhado ao nacional-desenvolvimentismo forneceu argumentos para a oposição de setores udenistas. Corroendo a imagem pública do presidente, soma-se a isso ainda o fato de poderem acusar o governo de conluio com os comunistas, como vimos no parágrafo anterior. Contudo, o estopim que deflagrou a crise veio do ex-chanceler, João Neves da Fontoura, que revelou ter tido acesso a documentos secretos do governo que visavam estabelecer um acordo juntamente com Chile e Argentina, para se fazer uma oposição nacionalista aos Estados Unidos na América do Sul. Somou-se a isso ainda o caso do jornal Última Hora financiado para promover propaganda favorável ao governo, enquanto boa parte da imprensa nacional hostilizava Getúlio Vargas. Pouco a pouco o cerco diante do governo se fechava, a UDN entrará com pedido de impeachment e o desgaste público do presidente era visível. Para selar de vez a crise, houve um atentado contra o político udenista Carlos Lacerda, que acusou publicamente o presidente como mandante. Completamente acuado pelos seus opositores e tendo recebido conselhos do seu próprio gabinete ministerial que recomendavam a renúncia, Getúlio Vargas se suicidou em 24 de agosto de 1954¹¹⁹.

Na breve gestão de Café Filho (1954 – 1955), tratou-se de desmontar bases da política getulista e acalmar os setores conservadores, liberais e militares. Priorizando em conter a sangria da crise anterior, e tendo um curto período de governo, Café Filho não foi capaz de conduzir alguma política realmente marcante para a época. Considerado uma figura próxima dos udenistas, o presidente fez acenos singelos a esta base eleitoral sem poder comprometer-se em projetos mais elaborados. Desta forma, seguimos adiante.

Visto como um getulista, Juscelino Kubitschek teve de convencer setores conservadores do próprio partido, o PSD, para poder se lançar como candidato à presidência. Sustentava o argumento destes, o fato de que em sua chapa, Juscelino trouxe o PTB e João Goulart, além de ter sido publicamente endossado por Luís Carlos Prestes, notório líder comunista. Eleito, ainda teve de lidar com o fato de que seu vice obteve maior porcentagem de votos, e votos absolutos do que ele. Contudo, isso reforçava a popularidade da chapa, e colocava o nacional-desenvolvimentismo como objeto central na política nacional. Porém, o caminho para a presidência não seria fácil.

¹¹⁹ FERREIRA; DELGADO, 2019, p. 67 – 68.

Inconformados com mais uma derrota eleitoral, setores conservadores, encabeçados pelos udenistas começaram a defender abertamente um golpe e o impedimento de Juscelino. Os setores militares antigetulistas foram instigados a agir. Diante da deterioração da crise, havendo quadros na Marinha que estavam dispostos a partir para a ação e impedir a posse de Juscelino e Jango, o então ministro da guerra, Henrique Teixeira Lott, que viria a perder seu cargo por conta da crise, organizou um contragolpe a favor da legalidade democrática, e rapidamente desmobilizou os setores golpistas. Diante disso, Lott, mesmo tendo perdido seu cargo, saiu prestigiado como defensor da constituição, conseguindo um amplo apoio em setores do PSD e do PTB¹²⁰. Como notamos na citação abaixo:

Segundo os jornais Correio da manhã e última hora, o presidente do sindicato dos metalúrgicos, Benedito Cerqueira, tomou a palavra e, avaliando a atitude do general Lott, disse: “as forças do bem derrubaram as forças do mal”. Continuando, alegou que “o Exército Brasileiro estendeu a mão ao povo. A atuação das Forças Armadas encontrou o mais decidido apoio do povo. A legalidade foi defendida e mantida. Mas devemos nós, trabalhadores, continuar alertas para repelir os golpistas. Estaremos sempre ao lado das Forças Armadas para a preservação da democracia. Lutaremos, em todos os sentidos, em defesa da legalidade.”¹²¹

Afastado o risco momentâneo da realização de um golpe, JK pode assumir a presidência e iniciar o seu governo. Juscelino foi uma figura atenta ao cenário internacional, de modo que seu governo congregou os temas econômicos domésticos à sua política externa, e por isso dedicaremos uma seção para tratarmos desse tema em breve. Detentor de uma boa capacidade política, JK soube se afastar de temas polêmicos envolvendo os trabalhistas, conciliou seu nacionalismo com uma diversificação em elementos estrangeiros. Desde parcerias estratégicas econômicas a uma diplomacia mais variada que pudesse atender as demandas do seu governo.

O grande trunfo do governo era o seu plano de metas, pautado na industrialização e modernização, divididos em cinco setores considerados pelo governo como cruciais: energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação. Promovendo grandes obras tais quais a instalação de siderúrgicas, construção de hidroelétricas, renovações no Ministério da Educação e aperfeiçoamento da educação profissionalizante, expansão agrícola, construção de moradias populares, implementação de setores de comunicação e expansão do saneamento básico. A gestão de Juscelino também presenciou um salto qualitativo nos indicadores econômicos; aumento do PIB; soma-se a isso os investimentos em obras de infraestrutura pública, destacando-se a construção de uma nova capital federal, diversas rodovias e mais de

¹²⁰ O general Henrique Teixeira Lott, viria a concorrer nas eleições presidenciais de 1960, perdendo para Jânio Quadros da aliança conservadora entre o PTN, Partido Trabalhista Nacional, e os udenistas.

¹²¹ FERREIRA, Op. Cit. p. 51.

dois mil quilômetros de linhas férreas¹²². Aproveitando-se de seu prestígio político, reconduziu Henrique T. Lott à pasta de ministro da guerra. Porém, sua perspectiva internacionalista encontrou cisões com a ala trabalhista do seu governo, que assistiam com demasiado receio, dependência ao capital estrangeiro para cumprimento de objetivos econômicos, classificando como “entreguismo” da produção nacional, e percebiam que o financiamento era ponto debilitante do governo. Diante da popularidade do seu vice, Jango, as esquerdas reorganizaram-se e preparavam-se para apresentar suas demandas, crescendo em uma aliança tripla entre sindicalistas, trabalhistas e comunistas. Para as próximas eleições de 1960, uma ruptura estava inserida na aliança PSD-PTB, Lott apontado como candidato, um anticomunista convicto não era um nome bem recebido pelas esquerdas; e o PTB por sua vez, decidiu abraçar as bandeiras reformistas da esquerda mais radical, e ainda sim, permanecer apoiando João Goulart na chapa presidencial. Por conta de uma fissura interna, o sucessor de Juscelino Kubistchek estava em risco.

Nessa eleição, o PTB novamente unia-se ao PSD na disputa pelo poder. Contudo, a aliança já mostrava sinais de franco cansaço. Sobretudo ao se tornar previsível que Lott não venceria as eleições, a campanha eleitoral para a presidência da República ganhou uma chapa extra e informal, conhecida como “Jan-Jan”. Jânio Quadros, sabendo da força eleitoral do PTB nos centros urbanos, incentivou a população a votar nele para presidente e em Goulart para vice. Em São Paulo, o movimento tomou vulto entre trabalhadores e sindicalistas. Jango, por sua vez, não se opôs à proposta.¹²³

Jânio quadros assumiu a presidência do Brasil inflamado e colérico, sua campanha política caricata, e seu primeiro discurso condenando a política fiscal do seu antecessor caracterizavam um pouco de sua persona. Em contraste com o governo Juscelino, a estrutura ministerial de Jânio era majoritariamente conservadora, pautada por acatar as demandas internacionais do FMI e regularizar as contas públicas com políticas de austeridade. Contudo, surpreendeu sua base aliada, quando em sua política externa avançou em tom pragmático expandindo o projeto anterior de JK. Mesmo se considerando anticomunista, não hesitou em visitar Cuba, quando consultou Vasco Leitão da Cunha, e concordou com sua opinião; o episódio da condecoração de Che Guevara, no momento que antecede a crise que culminaria na sua renúncia, mostra como o presidente estava supostamente disposto a superar questões ideológicas na temática internacional visando ganhos mais concretos para inserção do país no mundo, vide sua agenda de política exterior¹²⁴.

¹²² Op. Cit. p. 55.

¹²³ Op. Cit. p. 69.

¹²⁴ QUADROS, Jânio. Brazil's New Foreign Policy. **Foreign Affairs**. Nova Iorque, out. 1961. Disponível em: < [Brazil's New Foreign Policy | Foreign Affairs](#) >. Acesso em: 03 nov. 2023.

João Goulart estava em viagem oficial a China quando Jânio Quadros renunciou ao governo em 25 de agosto de 1961. Para alguns, a tentativa de promover um autogolpe em que pudesse usufruir positivamente do seu resultado não teve sucesso. Jânio, tinha consciência da rejeição de Goulart nas alas mais conservadoras, e esperava que sua renúncia fosse rejeitada e ele reconduzido à presidência com maior prestígio e autoridade para promover políticas mais espinhosas. Não foi o que ocorreu, o Congresso aceitou sua renúncia, e uma nova crise política em torno da sucessão da presidência havia começado¹²⁵.

A nova campanha da legalidade encontrou o seu personagem crucial na figura do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Ciente de que os ministros militares; Odílio Denys (Guerra), Grun Moss (Aeronáutica), Silvio Heck (Marinha); rejeitariam a posse de João Goulart, procurou construir o apoio que resistisse a pressão dos militares golpistas. Encontrou apoio no general reformado Henrique T. Lott, que novamente endossou a defesa das instituições brasileiras, assim como o ex-presidente e agora senador Juscelino Kubitschek e parte da população também. Entretanto, o país encontrava-se dividido. Brizola viu-se na iminência de um conflito civil, sendo ameaçado de deposição pelos militares, tentou organizar uma resistência armada que pudesse suportar as investidas do Exército. Os militares golpistas também contavam com apoio de civis, sendo o mais atuante deles o político udenista Carlos Lacerda, que abertamente incentivava a intervenção militar. Choques ocorriam nas ruas de diversas cidades do país enquanto a crise se desenvolvia. Setores sindicais promoveram greves em defesa da legalidade. A única saída para a crise, e o aceite dos militares do nome de João Goulart, seria mediante a instauração de um regime parlamentarista, e a redução dos poderes presidenciais.

O governo de João Goulart seria o último democrático do período das denominadas democracias populistas, usamos o termo aqui apenas pela familiaridade que ele traz com o período, sem querê-lo problematizar mais. Mas, se podemos ao menos trazer uma reflexão singela em torno do ‘populismo’, sem grandes reflexões acadêmicas devemos destacar que embora os presidentes que haviam governado nesse período tinham algum respaldo, base e apoio; seus opositores, detinham uma força política de igual intensidade, para dizer o mínimo. O caso de João Goulart é interessante, de ver que ele tentará equilibrar as forças políticas em oposição, mas percebendo que a política de neutralidade dele tornava a governança inviável ele decide tomar partido. Querendo ou não, a tomada de decisão por parte do presidente e a

¹²⁵ FERREIRA, Op. Cit.

realização do comício na Central do Brasil, são respectivamente, a decisão e o evento que selam o destino e culminam no golpe militar em 31 de março de 1964.

Como vimos, os grupos políticos no Brasil na década de 1960 estavam cada vez mais antagônicos e com pautas inconciliáveis. A direita representada pelos udenistas, conservadores, liberais e alas do Exército; e a esquerda representada especialmente pelos trabalhistas e sindicalistas, mas com relevantes participações dos comunistas. No meio desta turba, setores moderados que desejavam ver um projeto nacional-desenvolvimentista alavancar encontram-se frustrados diante de uma conjuntura tanto internacional, como doméstica, incompatível com seus anseios; duplamente acusados, de ‘entreguistas’ quando recorriam ao capital e investimentos estrangeiros, ou de ‘comunistas traidores da pátria’ quando buscavam atender às demandas da classe trabalhadora. Mas não tratemos esse grupo político como idôneo, ou o correto diante do contexto. Suas alianças políticas voltavam-se para um dos dois grupos a depender da facilidade com que seus objetivos e ganhos fossem alcançados. A conveniência era o nome da sua suposta neutralidade. Este longo prelúdio, é uma forma de colocarmos de modo mais simbólico, até mesmo metafórico, qual era a condição política do Brasil durante o governo João Goulart. Que ao longo dos anos apenas acirravam os seus radicalismos, fechando os elos da corrente que culminariam na ruptura com o estado democrático em março de 1964.

O parlamentarismo mostrou ser na prática uma ferramenta dos articuladores golpistas para visando cercear os poderes do presidente, dificultando sua governabilidade. A primeira coisa que João Goulart fez para responder isso, foi tentar ampliar sua base governista, desejando reconduzir o PSD para a sua coalizão. Tancredo Neves, do PSD, foi escolhido como o primeiro-ministro. O primeiro gabinete tinha o objetivo de ser uma frente ampla, para contornar o sistema imposto pela oposição para conseguir governabilidade. E justamente, procurando não provocar os ânimos de setores de oposição, seus primeiros objetivos políticos miraram em temas nacionais. No campo internacional, deu seguimento ao programa iniciado por Jânio Quadros, pelo menos neste aspecto, ele não tinha receios. Mas o tema internacional será fulcral na sua gestão, João Goulart vivenciará a crise dos mísseis de outubro de 1962, e antes dela, a expulsão de Cuba dos órgãos multilaterais do hemisfério, a OEA, e a JID.

Porém, seu grande programa político visava a implementação de reformas de base, e os antagonismos entre a direita e a esquerda serão seus empecilhos. Questões agrárias, desapropriações de subsidiárias estrangeiras, inflação descontrolada e dívida interna e externa crescentes, desestabilizavam ainda mais o governo, já que ele se via impotente diante do parlamento. Na tentativa de agradar setores nacionalistas e esquerdistas viu o seu primeiro-ministro renunciar, enquanto o Congresso rejeitava, com uníssona votação dos conservadores,

o nome de San Tiago Dantas, até então seu chanceler que conduzia a política externa independente. A incompatibilidade gerada pelo sistema parlamentarista fez a setores à esquerda do governo passarem a exigir a antecipação do plebiscito, e o fim daquele sistema travado. “Leonel Brizola, em nome das esquerdas, defendeu o fechamento do Congresso Nacional e pediu que o Exército restaurasse os poderes presidenciais de Goulart.”¹²⁶. A situação do parlamentarismo deixava as ações do governo tão intrincadas, que até mesmo setores da esquerda começaram a apelar para desejos golpistas. E diante da pressão política destes setores, o plebiscito foi adiantado para o dia 6 de janeiro de 1966.

Superado o impasse da governabilidade, a vitória em torno da antecipação do plebiscito deu fôlego para a esquerda radical, sentindo-se legitimada, estes poderiam partir para táticas mais combativas contra a direita conservadora udenista. Alguns grupos no interior do país possuíam campos de treinamento de guerrilha. Se pavimentava o caminho que levaria ao golpe, pois os grupos de direita não iriam aguardar passivamente; empresários, conservadores e anticomunistas munidos do IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, preparavam a propaganda da contraofensiva.

Uma outra organização empenhada nessa ideia era o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD. Sob orientação da CIA, subvencionou diretamente candidaturas conservadoras nas eleições parlamentares de 1962, todas comprometidas em defender o capital estrangeiro, condenar a reforma agrária e recusar a política externa independente.¹²⁷

A esquerda radical e a direita estavam, ambas, prontas para a confrontação. Restava apenas saber qual evento seria o estopim, e quem iria desferir o primeiro golpe. Novamente, com o resultado esmagador na vitória do plebiscito, as esquerdas radicais tiveram a falsa impressão de que elas estavam na vanguarda da ação política, e que em breve iriam sobrepujar a direita. O próprio João Goulart sentiu-se motivado, para ele, o retorno do presidencialismo era a legitimidade que faltava para implementar suas políticas. Contudo, os planos de Jango esbarravam em tentar conciliar um PTB cada vez mais à esquerda, e um PSD centrista e reticente, que ainda possuía uma ala nacionalista mais à direita. Entretanto, se costurar uma tênue aliança política já seria uma tarefa árdua, Jango foi surpreendido quando apresentou sua proposta de planos trienais¹²⁸ para seus aliados da esquerda e foi duramente rechaçado, que

¹²⁶ FERREIRA, Op. Cit. p. 100.

¹²⁷ FERREIRA, Op. Cit. p. 101.

¹²⁸ Desenvolvido pelo economista Celso Furtado, era uma proposta que visava controlar a alta da inflação ocasionada pela defasagem no comércio exterior, e das reservas nacionais, oriundas do déficit das importações. A substituição das importações, alocação de recursos, aumento de tarifas e impostos que na concepção do governo

interpretavam o como uma política de austeridade fiscal. Isolado, novamente, Goulart abandonou o plano quando os primeiros resultados práticos deste já demonstravam insuficiência. A nova ideia do presidente foi então a reforma agrária, porém mais uma vez PTB e PSD discordavam com intensidade dos pormenores da proposta. Não pode se descartar, que o tema da reforma agrária por sua vez era visto como tendência real ao socialismo pelas direitas, que assistiam a base governista definhando à medida que construíam seus próprios planos de destituição do governo. As dificuldades foram se agravando na alta das dívidas internacionais que corroíam as reservas internas, e na frustração na demora da implementação dos planos desenvolvimentistas. Além disso, o que isolava o governo ainda mais era não definir para qual base de governo ele iria projetar os seus planos socioeconômicos, dado que a divergência entre PSD e PTB era nítida, e aparentemente inconciliável.

Se isolado sem saber para qual base de apoio do governo João Goulart deveria enraizar suas propostas políticas a situação já estava difícil, quando em setembro de 1963 ela piora. O supremo tribunal federal julgou inelegível os suboficiais que disputaram as eleições legislativas de 1962. Eclodiu uma revolta armada dos sargentos que chegaram a tomar Brasília, ganhando apoio das esquerdas radicais. Porém o motim foi facilmente debelado pelo exército. E as instituições militares que tinham como princípio ético a disciplina e hierarquia, olhavam com repúdio o episódio rebelde. Cada vez mais isolado, sofrendo ataques de todas as partes e distanciado dos seus aliados no PTB, e visto com desconfiança pelo PSD, João Goulart decidiu arriscar e fazer uma última manobra política e integrar-se inteiramente à base de esquerda do seu governo. E foi no comício da Central do Brasil, convocadas pela esquerda, e com uma forte retórica antielitista, condenando posturas anticomunistas e concordando com o discurso radical que João Goulart deu para as direitas um motivo para elas articularem o golpe. “O Estado Maior das Forças Armadas tornou-se o centro da conspiração, e seu chefe, o general Castelo Branco, assumiu a liderança do movimento revoltoso.”¹²⁹. Uma nova crise nos quadros militares, agora uma insurreição dos marinheiros igualmente apoiada pelas esquerdas foi apenas a gota d’água. Os atores do golpe já estavam a mover suas peças. Em 31 de março de 1964, diante de tantos confrontos da esquerda iludida com a sua posição de predominância, o Exército deflagrava o golpe, o Senado rompia com o presidente, os governadores dos três estados mais populosos aderiam ao movimento, e uma coluna militar movia-se para a capital para destituir o presidente.

iriam para a redistribuição de renda desagradaram tanto a esquerda como a direita, que via a livre iniciativa e os interesses privados também cerceados por um mercado volátil.

¹²⁹ Op. Cit. p. 111.

O cerco se fechou, só restava a João Goulart duas opções resistir, ou exilar-se. O ex-presidente optou pela última.

2.2.1. Do alinhamento automático ao desenvolvimento nacionalista (1945 – 1958)

Abordado na seção anterior deste capítulo, vimos como os governos de Eurico Gaspar Dutra e Getúlio Vargas operaram dentro da esfera da política nacional. Agora, ainda de forma mais factual, traçaremos de forma breve os desdobramentos da história das relações internacionais brasileiras ainda situados no mesmo recorte temporal, entre o fim do estado novo em 1945 e o golpe militar de 1964. O intuito é compreendermos, a ordem dos eventos, seus desdobramentos e o contexto deste quadro da história política brasileira quando Vasco Leitão da Cunha assume como o novo chanceler em 4 de abril de 1964.

O governo Dutra sinaliza de forma bem clara a busca do alinhamento automático com os EUA no pós-guerra. Enquanto em termos domésticos, isso se traduziu em uma constituição e políticas com características liberais, o plano externo buscou refletir este aspecto. Além disso, utilizou-se de ações simbólicas para firmar sua posição em apoio aos Estados Unidos, a potência hegemônica regional. Na área interna, isto foi demonstrado com condução do PCB à ilegalidade, que se coadunou com o movimento externo de romper diplomaticamente com a União Soviética, também em 1947. Para Dutra, além dos componentes ideológicos e culturais, a condenação do comunismo e a ruptura com Moscou, poderia servir também como um aceno propagandístico para a burguesia externa, especialmente estadunidense, ansiando por atrair o capital estrangeiro para investimentos no Brasil. Um outro significativo episódio que marca esse alinhamento automático com os Estados Unidos é a conferência do Rio de Janeiro de 1947. Denominada de ‘Conferência interamericana para a manutenção da paz e segurança no continente’ contando com a presença de todas as vinte e uma repúblicas americanas na época, além do secretário de estado americano George Marshall e do próprio presidente dos Estados Unidos, Henry Truman, que veio ratificar o acordo selado na reunião: o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, TIAR. Este, formalizava as bases para uma resposta conjunta a uma suposta agressão de uma potência estrangeira, considerando que um ataque a um país americano seria considerado como uma agressão a todo continente. Neste sentido, o TIAR foi a primeira manifestação concreta da Guerra Fria, alinha a América Latina à esfera de defesa do Ocidente. Também representou a maturação de um sistema interamericano de defesa iniciado na Segunda Guerra Mundial¹³⁰.

¹³⁰ LOUREIRO. In: FERREIRA; DELGADO. 2019.

E aqui, cabe uma pequena análise. Na prática, o TIAR assim como a Organização dos Estados Americanos, fundada em 1948 na Colômbia, serviriam de instrumento político-jurídico para os Estados Unidos assegurarem o continente como sua zona de influência enquanto as tensões da Guerra Fria se expandiam. Um dos fatores que corroboram para essa percepção foi comentado previamente, já que os estados latino-americanos e Washington possuíam visões distintas de cooperação no pós-guerra¹³¹. Para os primeiros, ela deveria materializar-se no aporte financeiro e em recursos para o desenvolvimento. No entanto, para os EUA, assegurado o alinhamento político ideológico do continente, não haveria necessidade para investimentos de maior robustez advindos do estado americano, e a recomendação era que seus pares latino-americanos buscassem a iniciativa privada para atender suas demandas. Em partes, no primeiro momento, os estados latinos acataram essa alternativa, e buscaram minar os setores sociais e trabalhistas para criar um ambiente favorável ao capital externo. Contudo, a falta material ainda era visível e só o investimento privado não era suficiente para um projeto de desenvolvimento nacional, era necessário mais e o desejo de um aporte de investimentos maiores criou um breve atrito entre os EUA e seus pares latino-americanos.

Outro fator que marca a orientação pró-EUA vem de João Neves da Fontoura e Raul Fernandes, que foram os dois chanceleres de maior envergadura política do governo Dutra¹³². Eles sempre fizeram uma defesa explícita do alinhamento aos Estados Unidos, atestando o Itamaraty como uma instituição de posições pró-Washington, postura em certa medida herdada pela condução de José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, tido como patrono da diplomacia brasileira. A ala do Itamaraty possuía alguns atritos com os setores nacionalistas presentes principalmente nos quadros militares, e com setores desenvolvimentistas ligados aos intelectuais acadêmicos que posteriormente estariam à frente da criação do CNPq¹³³ no governo Vargas. Ambas as partes viam o alinhamento como uma forma de subserviência sem ganhos práticos. Em meio aos desenvolvimentos políticos na Ásia Oriental, o governo Dutra teve duas posições interessantes que dialogam com as partes divergentes no Brasil; a primeira de agrado aos nacionalistas, foi a rejeição do envio de tropas ao contingente internacional para a intervenção militar na guerra da Coreia. Vasco Leitão da

¹³¹ RABE, Op. Cit.

¹³² Por cerca de quatro meses, entre a saída de João Neves e a posse de Raul Fernandes como chanceler, a diplomacia brasileira foi chefiada por Samuel de Sousa Leão Gracie de forma interina entre junho e dezembro de 1946. Diante da condição em que ele ascendeu ao cargo, sua passagem à frente do Itamaraty foi bem discreta, sem maiores desenvolvimentos políticas.

¹³³ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, até 1974 conhecido como Conselho Nacional de Pesquisas, que origina a sigla CNPq. Órgão federal de pesquisas fundado durante o governo Eurico Gaspar Dutra em 15 de janeiro de 1951, semanas antes de passar a faixa presidencial para Getúlio Vargas.

Cunha, por sua vez, era favorável ao envio: “Os americanos queriam a nossa solidariedade. E acho que teria sido do nosso interesse mandar tropas, porque obteríamos as coisas que queríamos¹³⁴”, enfatizando um pouco de sua posição pró-EUA. Por fim, em um agrado à ala pró-EUA, mas que ainda sim dividiu opiniões no campo interno foi a ação marcante da política externa brasileira em não reconhecer a República Popular da China fundada por Mao Tsé Tung, em 1949, após a consolidação da vitória dos comunistas na guerra civil.

A orientação do Brasil, à época do presidente Dutra e do chanceler Raul Fernandes, era de acompanhamento do voto dos EUA na ONU. Assim, quando se colocou a questão da admissão da China Popular, o representante brasileiro, Osvaldo Aranha, seguiu o voto norte-americano, embora contrafeito e sem fazer defesa em plenário, pois, pessoalmente, era favorável ao reconhecimento da China Popular e ao seu ingresso na ONU. A China de Chang Kai-Chek para ele era “apenas uma ficção da diplomacia norte-americana”.¹³⁵

A citação anterior, contudo, nos mostra que embora houvesse uma inclinação a favor dos Estados Unidos, suas políticas não eram acatadas de forma unânime. Esse posicionamento é interessante e precisa ser elucidado. O próprio Vasco Leitão da Cunha em diversas passagens reitera a fala de Lauro Muller “com os Estados Unidos, mas não a reboque¹³⁶”. É comum, vemos em materiais que buscam explicar a história da política externa brasileira, colocarem que o pós-segunda guerra marca uma posição de alinhamento aos Estados Unidos. O que é um fato. Contudo, essa posição não era irrestrita, o Brasil apresentava discordâncias como estado a algumas resoluções estadunidenses e os próprios diplomatas tinham visões que divergiam. Havia o alinhamento, mas nunca houve uma subserviência total em termos político-diplomáticos, pois a pressão dos setores nacionalistas-desenvolvimentistas fazia-se presente a todo momento.

O segundo governo Getúlio Vargas, acentua a cisão entre nacionalistas-desenvolvimentistas e liberais pró-EUA. E a política externa acaba refletindo aspectos dessa disputa. Por um lado, as relações exteriores varguistas endossam posições de cunho ideológico que interessam aos liberais brasileiros e aos Estados Unidos; como na IV Reunião da OEA, em Washington entre 26 de março a 7 de abril 1951, já em meio à crise contra o presidente Jacobo Árbenz da Guatemala. Na reunião, anticomunismo foi verbalizado como algo comum entre os países da região, contudo, na mesma conferência houve reivindicações financeiras para o desenvolvimento, por parte dos países latino-americanos. Para o Brasil, tal pressão diante dos Estados Unidos resultou na formação de uma comissão mista Brasil-EUA para

¹³⁴ CUNHA, Op. Cit. p. 177.

¹³⁵ CERVO; BUENO, 2011, p. 293.

¹³⁶ CUNHA, Op. Cit. p. 18.

desenvolvimento econômico, um ganho político considerável, porém pontual. Outro ponto que reforça um gesto favorável aos Estados Unidos, é o reconhecimento e legitimação da OEA como a autoridade para a resolução de conflitos regionais. De novo, isto acabaria por fortalecer a influência de Washington na região, justamente no momento de escalonamento da crise guatemalteca. Ainda na própria conferência foi anunciado um apoio retórico aos Estados Unidos em meio à Guerra da Coreia, referendando a atuação da ONU, mas limitando-se a isso.

Antes mesmo da reunião da conferência e antes ainda da posse, Vargas observara ao embaixador dos Estados Unidos a fidelidade brasileira, “em face da nova situação de emergência criada pela agressão soviética no Extremo Oriente, aos princípios de sua tradicional solidariedade com as nações democráticas e de integração na órbita da Organização das Nações Unidas”.¹³⁷

O acordo militar com os Estados Unidos foi outro tema que dividiu setores domésticos, indispondo-se principalmente os próprios militares brasileiros. No acordo, EUA assumiria a responsabilidade de defesa do continente em hipótese de agressão, contudo controlaria o “fornecimento de armas, financiamento e treinamento para os países situados na área considerada. A contrapartida era o fornecimento de matérias-primas estratégicas.¹³⁸”. Para conseguir aprová-lo, Vargas dependeu justamente dos votos da oposição udenista. O acordo impunha na visão dos nacionalistas um ‘entreguismo’ e uma certa dependência excessiva dos EUA em termos militares e aquisição de equipamento; para outros do setor liberal, o acordo ajustaria um déficit financeiro em virtude do oneroso custo atrelado à modernização das forças armadas, além de reforçar uma visão de que o país não estaria preparado para conflitos de grande escala. Portanto, suas Forças Armadas restringiram-se ao caráter defensivo do território nacional.

Entretanto, outras ações da política externa varguista tinham um cunho de maior agrado aos mais nacionalistas. A mais significativa delas naquele momento se manifestou na restrição das remessas de lucro para o exterior e na lei de criação da Petrobras, que limitavam atuação de empresas estrangeiras na exploração do petróleo em território nacional. As demandas por maiores aportes de investimentos ao país criaram um certo atrito com o governo dos Estados Unidos, que se agravou com a criação da Petrobras e a nacionalização da exploração de petróleo. Outro ponto, foi a nova recusa do governo brasileiro para o envio de tropas à Guerra da Coreia, solicitação feita pela ONU nesta ocasião, mas que igualmente interessava aos Estados Unidos. No que tange ao tema dos recursos estratégicos, especialmente os essenciais

¹³⁷ CERVO; BUENO, Op. Cit. p. 296.

¹³⁸ Op. Cit. p. 301.

para pesquisas atômicas, foi a vez do CNPq afirmar posições de cunho nacionalista e defender o direito ao desenvolvimento e uso pacífico da tecnologia nuclear. Posição que encontraria forte resistência dos Estados Unidos já na década de 1950, chegando ao ápice quando os EUA vetaram a compra de equipamentos de pesquisa nuclear oriundos da Alemanha na década de 1970, sob a justificativa da ocupação militar imposta ao país. As indisposições oriundas destes temas fizeram o establishment político e os setores privados estadunidenses unirem-se à oposição liberal e a pressão política ao governo de Getúlio Vargas, de forma que nos atesta como as divergências dos setores políticos nacionais incorporaram temas das relações exteriores brasileiras. Vasco Leitão apresenta uma posição bastante pragmática, flertava com posições nacionalistas como vimos em algumas de suas falas buscando uma posição racional frente às relações com os Estados Unidos. Mas por outro lado, também apresentava críticas contundentes ao modelo nacionalista, e respaldava a forma da visão liberal de mundo e da livre iniciativa. Neste sentido, o diplomata é um personagem interessante justamente para endossar a realidade que não era absoluta. De que havia uma predileção ao alinhamento com os Estados Unidos, mas que de forma alguma, esse posicionamento era marcado por apoio irrestrito, ou seja, não se pode ignorar os interesses de atores domésticos, que faziam e formulavam a política externa do Brasil.

2.2.2. A Operação Pan Americana de Juscelino Kubistchek (1958 – 1961)

A busca por atrair capital estrangeiro e apoio financeiro dos Estados Unidos ainda será marcante na política exterior. Contudo, a partir da gestão JK, o tema ganha contornos onde há uma iniciativa maior da diplomacia brasileira em propor ferramentas que viabilizassem tais investimentos. Criação da campanha para lançamento da Operação Pan Americana (OPA), em 1958, criou um instrumento para a alternativa desenvolvimentista com o argumento de reter o avanço de ideologias externas, especialmente do comunismo; mas, era para alguns, uma iniciativa propagandística.

Entrevistador[a]: O que o senhor achava da OPA?

Vasco Leitão: Acho uma pretensão errada. Precisávamos ter feito nossa amizade com os Estados Unidos, para que eles colaborassem para desenvolver o Brasil, e não ter feito um desmanchado financeiro de toda a América Latina, arvorando-nos a uma liderança que não nos era pedida, para forçar a mão do governo americano. [...] A OPA era uma fantasia. Era uma atitude teórica, doutrinária, bonita, e por isso mesmo atraente, mas na prática não podia dar certo. O Brasil não tem mandato do continente para tomar as cartas do problema. [...]

Entrevistador[a]: A OPA a seu ver não rendeu frutos para o Brasil?

Vasco Leitão: Indiretos. Propaganda. É uma boa ideia. [...]. Deve ter aumentado a simpatia em torno do Brasil.¹³⁹

A fala do nosso personagem, o Vasco Leitão da Cunha, exprime bem a compreensão que alguns setores liberais tinham das iniciativas nacionais-desenvolvimentistas do governo JK. Para eles, ainda em crescente oposição com tal perspectiva, o esforço por tentar institucionalizar e conseqüentemente guiar as políticas econômicas através da política externa, colocaria a burocracia estatal como um empecilho à livre iniciativa. Mais particularmente na visão do Vasco Leitão da Cunha, a proposta da OPA soaria como uma insistência ao governo dos Estados Unidos, o que poderia aumentar uma inimizade já latente. Contudo, é inegável o caráter exitoso da OPA nos termos que o próprio Vasco Leitão da Cunha coloca: os efeitos de propaganda. Aqui podemos destacar ao menos três momentos que corroboram para tal afirmativa. Primeiro, a iniciativa brasileira foi lançada em meio a um crescente distanciamento e frustração nas relações entre Estados Unidos e os seus pares latino-americanos, desta forma, o projeto brasileiro poderia ser interpretado como uma proposta de reconciliação entre as partes. Em seguinte, o lançamento da OPA é concomitante com debates e iniciativas dentro do congresso dos Estados Unidos para reavaliar as relações deterioradas com os países latino-americanos. Reforçando a afirmativa anterior. Em segundo lugar, dois eventos políticos chamavam atenção do continente na época, a questão guatemalteca que culminou no golpe de 1954, e a revolução cubana que galgava cada vez mais espaço rumo a uma vitória e derrubada do regime Batista. O argumento central da OPA, e do próprio presidente brasileiro, era de que para afastar de vez qualquer influência de ideologias externas ao continente, leia-se do comunismo, era preciso desenvolvê-lo; já que nações atrasadas tenderiam a buscar uma alternativa para a sua construção que não fosse baseada no capitalismo de livre iniciativa. Nisso, se justificaria que Jacobo Árbenz e Fidel Castro de nada tinham de comunistas, buscavam apenas lutar contra o subdesenvolvimento econômico e social de seus países, respectivamente. Em terceiro, partia de uma nação latino-americana uma resposta para os sentimentos antiamericanos que estavam em polvorosa, vide o episódio da hostilização do vice-presidente estadunidense, Richard Nixon, em Caracas na Venezuela reforçando uma percepção de panamericanismo, em detrimento de uma mera relação de eixo estados latinos-EUA.

Dizia ainda JK que o pan-americanismo deveria ser visto como “uma força política de progresso econômico e social, e não apenas um artifício jurídico, uma atitude intelectual ou um jogo de imagens nobres e generosas”. O presidente brasileiro situava a OPA no contexto da luta do Novo Mundo para a defesa de suas ideias e, assim, erguia-se “contra a ameaça materialista e antidemocrática do bloco soviético”. A iniciativa por ele deflagrada era “um gesto nascido de

¹³⁹ CUNHA, Op. Cit. p. 210.

sincera vontade de colaborar, de agir, de valorizar a causa do Ocidente” e era um alerta do “continente para os perigos a que estaremos sujeitos se praticarmos a má política de dar boas razões a uma causa que reputamos má”.¹⁴⁰

A OPA propriamente dita pode não ter tido efeitos práticos. Contudo, as repostas feitas a ela vão de encontro justamente com as suas propostas. Como o próprio Vasco Leitão da Cunha salientara, ganhos indiretos através de sua propaganda. Aliás este acaba sendo um pensamento recorrente de setores liberais, de que a ação da OPA se limitou ‘apenas’ a isso, e que a verdadeira iniciativa prática veio externamente à proposição brasileira. Entretanto, ao nosso ver, se os planos da OPA culminaram em uma resposta executada imediatamente não seria incorreto imputar-lhe o sucesso, mesmo que a ação prática não tenha sido coordenada no seio da operação. Diversos países da região deram endosso a iniciativa, acolheram suas propostas na OEA e estabeleceram um comitê para tentar a sua execução. A OPA está diretamente ligada a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, na sigla BID em 1959, que incorporou fundos de investimento dos Estados Unidos à sua administração; e o tratado de Montevideo de 1960 que estabeleceu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, na sigla ALALC. Além disso, de forma indireta, a versão estadunidense da OPA se materializaria no projeto da Aliança para o Progresso, do governo John F. Kennedy de março de 1961 com a promessa do governo estadunidense de destinar 20 bilhões de dólares à Aliança para serem empregados em programas de desenvolvimento na América Latina nos próximos 10 anos. Houve um intenso debate interno na política doméstica dos países latino-americanos sobre o programa de auxílio norte americano. Mas, diferente da OPA, a Aliança para o Progresso era percebida como um meio de intervenção dos Estados Unidos nas economias nacionais, e nada tinha de preocupação com o desenvolvimento econômico e social, críticas tanto de setores da esquerda como da direita recaíram sobre a proposta. Algumas destas residiam na manutenção do status quo da região, mantendo o continente sob influência estadunidense, e não em uma real proposta de reforma social com o programa. Outras viam a Aliança como uma forma de intromissão nos assuntos internos dos países do hemisfério. E uma maior defesa do capital privado dos EUA e sua atuação nos países. Corroborava para essa visão o fato de que, por sua vez, ela foi uma resposta direta ao insucesso dos Estados Unidos em conter os avanços para a esquerda da Revolução Cubana, somados ao fracasso vexatório da tentativa de invasão da ilha no episódio da Baía dos Porcos em abril de 1961. Por isso, é possível afirmar que a Aliança para o Progresso era uma resposta tardia dos Estados Unidos, procurando evitar um efeito dominó da Revolução Cubana na região. O isolamento de Cuba através do programa pelos latino-americanos era

¹⁴⁰ CERVO; BUENO, Op. Cit. p. 312.

visado pelos Estados Unidos, e Washington condicionava o auxílio a prerrogativas que viessem afastar a ilha da integração com os demais países latinos.

Outro aspecto interessante da política externa de Juscelino Kubitschek, está na busca e ampliação do comércio internacional, visto como essencial para o Brasil. Para isto, o governo empreendeu um movimento assertivo em torno da estabilidade dos preços de produtos primários em organismos internacionais, desta forma defendendo os produtores do setor agropecuário nacional. Para isto o governo não tardou em ampliar relações de comércio e diplomacia com outros países fora da esfera continental. No período, o Brasil reconhece o governo revolucionário cubano e a independência de países africanos, contudo sem o caráter anticolonialista, estabelece relações diplomáticas com a Coreia do Sul e relações comerciais com a União Soviética, criando base para expandí-las ainda mais. Conforme colocam os autores:

A partir da presidência de JK, a política externa brasileira ganhou notoriedade nos planos externo e interno, nomeadamente quando propôs a OPA. Assentaram-se as bases da posterior Política Externa Independente e balizou-se o início da história contemporânea da diplomacia brasileira.¹⁴¹

Enquanto a visão de Juscelino Kubitschek para a sua política exterior centrava-se em planos econômicos dentro da esfera do nacional-desenvolvimentismo. Invariavelmente, ele deu início a uma nova fase da política externa e do papel do Itamaraty na inserção internacional do Brasil. Com a OPA enfatizou-se a reciprocidade e o melhoramento nas relações bilaterais com os demais estados latino-americanos, em especial com os países do cone sul, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. Posição essa também endossada por Vasco Leitão da Cunha¹⁴². E, a partir de seu sucessor, uma nova visão do tema evoluiria justamente por conta do papel de JK. A política externa brasileira seria universalizada, incorporaria novos elementos dentro de uma perspectiva ideológica, defendendo princípios como a não-intervenção e a autodeterminação dos povos, valendo-se do uso de uma retórica positiva para conseguir ganhos políticos no plano internacional.

2.2.3. A Política Externa Independente (1961 – 1964)

Em sequência a JK, temos o presidente Jânio Quadros, que deu início a Política Externa Independente, na sigla PEI, e mesmo após a sua renúncia, não apresentou quebra de continuidade na gestão de seu sucessor, João Goulart. Este período entre 1961 e 1964 expôs

¹⁴¹ CERVO; BUENO, 2011, p. 328.

¹⁴² CUNHA, Op. Cit. p. 182.

uma agenda multilateral de parcerias comerciais como alternativa de financiamento do seu desenvolvimento, incluindo com países do bloco comunista e a própria União Soviética, onde Vasco Leitão da Cunha atuou como embaixador entre 1962 e 1963. Para isto, o país assumiu um caráter pragmatista e sem preconceitos ideológicos, enfatizando as diferenças e desigualdades no desenvolvimento das relações Norte-Sul em detrimento da dicotomia conflituosa Leste-Oeste, apregoando a defesa e os interesses do bloco terceiro-mundista, no qual, o Brasil ansiava por uma posição de liderança.

A primeira coisa que chama atenção é o momento de formulação da Política Externa Independente, assim como na gestão JK, que acompanha uma conjuntura hemisférica em crise. O receio dos Estados Unidos de que a América Latina escapasse de sua órbita de influência a partir da instabilidade do sistema interamericano aberta pelo regime cubano, era cada vez mais manifestada em ações de intervenção direta. Posição da qual, o Brasil pretende se distanciar, não só em salvaguarda da sua própria autonomia como também para ganhos de capital político no cenário internacional. Ao enfatizar e defender a autodeterminação dos povos, o Brasil legitimava a sua posição e liberdade de movimentos no cenário mundial, tendo em vista os interesses econômicos nacionais. Contribuiu para isto, as próprias tensões da guerra fria e as descolonizações no continente asiático e africano, que facilitaram as formulações da PEI com respeito ao não realinhamento aos Estados Unidos. Era uma política sem compromissos que buscava obter vantagens em um mundo dividido em dois blocos. A busca por maior liberdade de ações no cenário internacional é acompanhada de um momento de frieza nas relações com os EUA. Não só com o Brasil, mas com todo o bloco latino-americano¹⁴³. Para Tancredo Neves, presidente do conselho de ministros, do recém-instalado parlamentarismo, que reafirmara na parte final do programa de governo apresentado à câmara dos deputados os princípios da PEI, referente aos estados americanos, concebia que o panamericanismo ultrapassara a fase jurídico-política e ingressara em uma etapa econômica. Ressalvou, no ensejo, que o panamericanismo não poderia impor limites à autodeterminação dos povos, por isso manifestava-se contrário ao isolamento de Cuba. Desta forma, ao resguardar a necessidade de cada país, também afixava a própria posição do Brasil e obtinha respaldo de larga parcela da opinião identificada com o nacional-desenvolvimentismo.

A PEI também se caracteriza pela mundialização das relações internacionais do Brasil. Não circunscritas às Américas e à Europa Ocidental. Ampliação das relações internacionais com objetivos comerciais, vistas na construção com a Europa Oriental, Oriente Médio e África.

¹⁴³ RABE, Op. Cit.

Para os setores liberais pró-EUA, isso foi ressaltado como um aspecto negativo da PEI, já que a posição hemisférica do Brasil o desafiava em conseguir vantagens econômicas em outros blocos. Desta forma, não é incorreto afirmar que a PEI apresentou um forte descompasso em relação a política interna¹⁴⁴. Esta dicotomia facilita a compreensão da pressão interna, sobretudo da imprensa, sobre o Executivo. Dividindo a opinião nacional, a política exterior tornou-se assunto popular à época da PEI¹⁴⁵.

Adoção e defesa dos princípios da autodeterminação dos povos e do princípio de não intervenção, tornou-se a força motriz ideológica da PEI. No sentido de ideia e princípio. Sob essa égide, o governo brasileiro procurou atuar e inserir-se nos debates internacionais, buscou a promoção da abertura africana, concomitantemente ao afastamento da prática salazarista portuguesa de colonialismo na ONU. O Brasil atuou de forma isenta de compromissos ideológicos, nesse caso, a ideologia no que tange a bi segmentação Leste-Oeste, da divisão entre o sistema socialista e capitalista. O país também manifestou o desejo de participação nas decisões internacionais, tanto nas resoluções dos blocos de segurança da ONU, como no sistema regional interamericano, representado pela OEA. Trazendo a defesa da paz, do desarmamento, e adoção de posição claramente contrária à realização de experiências nucleares como pautas do seu programa de relações exteriores. Outro fator que caracteriza bem a PEI em ambas as gestões presidenciais, é na ampliação em nível elevado das relações bilaterais com a Argentina. Com uma retórica de mútua solidariedade, cooperação para o desenvolvimento, ampliação do mercado pelas associações aduaneiras e o desejo de unir esforços para que ambos os países adquirissem maior participação nos assuntos internacionais conjuntamente. Coincidindo com a gestão do presidente Arturo Frondizi, até ele ser derrubado por um golpe militar em 1962. Sendo este um prenúncio do que viria a ocorrer de forma semelhante no Brasil em março de 1964.

2.2.3.1. A PEI no governo Jânio Quadros

Embora curta devido a renúncia do presidente em agosto de 1961, o seu primeiro momento já teve uma repercussão marcante. A pasta ficou sob comando do senador udenista e liberal Afonso Arinos de Melo Franco. O que soa um tanto contraditório se pensarmos na cisão que havia entre os setores liberais e nacionais-desenvolvimentistas. Contudo, pouco antes de renunciar, o presidente redigiu um artigo para a revista estadunidense *Foreign Affairs*¹⁴⁶, focada

¹⁴⁴ CERVO; BUENO, Op. Cit. nota 7, p. 334.

¹⁴⁵ MARSON, 2016.

¹⁴⁶ Op. cit. Pp. 335. QUADROS, Jânio. A nova política externa brasileira. **Relações Internacionais**. Brasília, 1978, pp 73 – 77.

em temas internacionais, sintetizando a PEI em 15 pontos, sendo eles: 1) Respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil ao mundo livre; 2) ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os do mundo socialista; 3) contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais, quer no plano regional, quer no mundial; 4) expansão do comércio externo brasileiro; 5) apoio decidido ao anticolonialismo; 6) luta contra o subdesenvolvimento econômico; 7) incremento das relações com a Europa, em todos os planos; 8) reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às nações da África e da Ásia; 9) estabelecimento e estreitamento de relações com os Estados africanos; 10) fidelidade ao sistema interamericano; 11) continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana; 12) apoio constante ao programa da Associação do Livre Comércio Latino-Americano; 13) a mais íntima e completa cooperação com as repúblicas irmãs da América Latina, em todos os planos; 14) relações de sincera colaboração com os Estados Unidos, em defesa do progresso democrático e social das Américas; 15) apoio decidido e ativo à Organização das Nações Unidas para que ela se constitua na garantia efetiva e incontestável da paz internacional e da justiça econômica.

Segundo o presidente, sua política externa assumira, de maneira realista, a defesa dos direitos brasileiros sem alinhamentos. Com poucas obrigações internacionais e não pertencendo o Brasil a qualquer bloco, reservava-se-lhe o direito de liberdade de decisões sobre casos específicos. Percebe-se que mesmo com as relações estremecidas, o Brasil ainda assinalava um compromisso compartilhado com os Estados Unidos e os ditos 'valores ocidentais'. Corroborava para tal posicionamento uma visão ainda negativa do comunismo afirmando que, as nações pobres eram as maiores presas do comunismo, pela perspectiva de desenvolvimento econômico que este oferecia. Desta forma, era necessária a urgência de se demonstrar a eficiência dos regimes democrático-capitalistas na promoção desse desenvolvimento. Esta retórica constituía um alerta para os Estados Unidos, que para prevenir a penetração de ideologias antidemocráticas na América Latina, ou em outras partes do globo, deveria dar maior atenção a cooperação financeira de desenvolvimento. Caso contrário, a cooperação para o desenvolvimento seria o planejamento comunista.

Entretanto, na perspectiva da PEI de Jânio Quadros, tal percepção não era contraditória com a necessidade de restabelecer relações formais e completas com os países do bloco comunista. Já que os objetivos desta se concentravam apenas no campo econômico e nas trocas comerciais. Devido o balanço comercial desfavorável, e a diminuição de investimentos estrangeiros, a busca pelo bloco socialista se justificava pelo desejo de diversificar as exportações e os mercados exteriores. Por isso, a distância e problemas político-ideológicos não

poderiam constituir empecilhos e motivos de desencorajamento de tais iniciativas. Embora a PEI, fosse nomeadamente uma forma do Brasil angariar vantagens econômicas para o seu desenvolvimento ligadas por um pragmatismo tácito, os princípios da autodeterminação e da não-intervenção seriam os nortes de sua abordagem. Por isto, no contexto hemisférico, na questão de Cuba, o país defendeu o direito a sua soberania. A posição de Vasco Leitão da Cunha especificamente nesse assunto é relevante, ainda como embaixador em Havana ele articulou a visita de Jânio Quadros, na época presidenciável, a Cuba e defendeu que o presidente conhecesse a realidade do país insular, além disso, durante a conferência da VIII RMRE no Uruguai, Vasco Leitão da Cunha esteve à frente da estratégia de neutralização da ilha, denominada de ‘Finlandização’, buscando uma resolução diplomática par a crise entre o país insular e os Estados Unidos, como vimos anteriormente.

Já nas relações Brasil-África, Jânio pensava que o país deveria ser o elo entre o continente, que estava a ganhar independência, e o Ocidente. Por isso, mudou sua posição na ONU e passou a condenar o colonialismo de forma mais enérgica. Até porque esta mudança atendia interesses consultados dos povos africanos e seus interesses nacionais. Posições que o Brasil poderia atuar de forma preponderante e estratégica. Não se pode esquecer, que Jânio via o Brasil como um integrante do mundo livre, ideologicamente ocidental, e dessa forma procurava se apresentar para as nações africanas. “Ao Brasil, pelas suas características étnicas e culturais, estava reservado papel de destaque no mundo afro-asiático, integrado por nações subdesenvolvidas, muitas delas recém-saídas do estatuto colonial.”¹⁴⁷. Contudo, a política externa brasileira para a África sofre severas críticas. Na ONU, seu posicionamento anticolonial não passou de votos de abstenção. Não fazendo consonância com sua pretensa autodeterminação dos povos. Abstenção deu-se em razão de compromissos anteriores com Portugal que ainda detinha colônias em Angola e Moçambique. Para Vasco Leitão da Cunha, a política anticolonialista “era exagerada. Era muito hostil aos que se consideravam nossos amigos. Não devíamos afligir o aflito.”¹⁴⁸. Uma atitude que buscava uma relação pragmática com o tema da descolonização, já que para ele, a aproximação com os recém independentes estados africanos deveriam ser realizados, mas não em detrimento das relações com Portugal.

Sendo um governo de caráter liberal, Jânio ainda buscou refinanciar dívidas externas e obter novos créditos. Possuindo um histórico déficit agravado pelas exportações entre 1958 e 1959, e com uma postura interna de austeridade fiscal. Despertou a confiança que inspirou no exterior e seu plano ortodoxo de estabilização financeira, e estes por sua vez, facilitaram a

¹⁴⁷ CERVO; BUENO, Op. Cit. p. 342.

¹⁴⁸ CUNHA, Op. Cit. p. 231.

obtenção da renegociação da dívida com os Estados Unidos, com o Fundo Monetário Internacional, FMI, e com oito países europeus. Desafogando o Brasil de compromissos exteriores no curto prazo. Os negociadores foram Roberto Campos e Walter Moreira Sales, duas notórias figuras do campo liberal brasileiro. Em março de 1961, por exemplo, Walter Moreira negociou com sucesso créditos do Banco de Exportação e Importação, em 600 milhões de dólares; 170 milhões do Tesouro norte-americano; 100 milhões da futura Agência para o Desenvolvimento Internacional, AID; e 300 milhões do FMI, 160 milhões a título de empréstimo e 140 milhões em adiantamento. A missão do embaixador Roberto Campos à Europa Ocidental, concluiu acordos de consolidação de compromissos comerciais a prazo médio. Obtendo crédito de empréstimo de 110 milhões, de bancos europeus, e a garantia de financiamento para futuros projetos de desenvolvimento econômico.

Eleito sob uma plataforma liberal e conservadora a administração Jânio Quadros apresentava duplo caráter conflitante. No plano interno, os modelos ortodoxos para estabilização da economia e outras medidas administrativas eram interpretados como de natureza conservadora. No plano externo: modelo progressista e independente, agradava as esquerdas e aos nacionalistas. Sua política externa desagradou conservadores, principalmente a UDN, partido que lhe apoiou nas eleições e com grande influência no Congresso, e que tiveram papel preponderante para o distanciamento do presidente com o legislativo, especialmente no caso da condecoração de ‘Che’ Guevara, que repercutiu muito negativamente nos quadros do governo. Temendo por sua posição interna e um eventual racha em seu governo, Jânio Quadros freou sua política externa já que seu fortalecimento perante a esquerda não estava sobrepujando a opinião da direita conservadora. A medida, entretanto, veio tarde demais e numa tentativa de autogolpe Jânio renunciou em 25 de agosto de 1961.

Entrevistador[a]: O que o senhor achou da condecoração de Che Guevara?

Vasco Leitão: Achei que o Jânio foi imprudente de fazer aquilo sem o referendo do ministro. Os militares não gostaram, e o ministro deveria estar vendo melhor a reação deles.¹⁴⁹

2.2.3.2. A PEI no governo João Goulart

Como vimos, João Goulart assumiu a presidência quando implantado o parlamentarismo no Brasil, e embora a renúncia de Jânio Quadros tenha provocado grave crise política interna e mudança de rumos, o mesmo não ocorreu referente a política externa. Entretanto, esta

¹⁴⁹ Op. Cit. p. 235.

continuidade deve-se ao fato de a PEI ter sido um desdobramento maior de uma tendência anterior da política externa brasileira, que a rigor, vinha desde o governo democrático de Vargas, fortalecido durante administração JK. San Tiago Dantas, primeiro chanceler do governo Goulart deu continuidade sendo também um dos mais importantes formuladores dela. Segundo ele, a PEI apresentava um:

plano estratégico que considerava o interesse do Brasil ao desenvolvimento e emancipação econômica. E à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz, de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária. [...] Contribuição à preservação da paz, por meio da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo. [...] Reafirmação e fortalecimento dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos. Ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas. Apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua sujeição à metrópole. [...] Política de auto-formulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional.¹⁵⁰

Desta forma, a grande característica da política exterior brasileira sob João Goulart foi em refletir de forma ampliada sua busca por desenvolvimento econômico e reforma social, configurado na busca de mercados externos para os produtos brasileiros. Estímulo e institucionalização das colaborações recíprocas dos estados latino-americanos. Sem intervenções nas ordens internas, e não impondo limites à autodeterminação dos povos, algo visto no concerto com a Argentina em defender o princípio da não intervenção no caso de Cuba. Mas acrescentava também alguns aspectos próprios, como: condenação da atuação de empresas internacionais nas economias internas, tido como fator de perturbação junto ao subdesenvolvimento econômico; independência em relação a blocos internacionais, na ONU, o Brasil se propunha a votar caso a caso e na defesa dos seus interesses; intenção de ampliar laços comerciais, políticos e culturais também com a Europa Ocidental, como forma de balancear as vindouras críticas ao programa advindos dos setores da direita liberal e conservadora. Entretanto, isso não ocorre, do contrário, a PEI intensifica as condenações oriundos da direita nacional, especialmente por conta de dois casos, o reatamento diplomático com a União Soviética em 1961, e a posição de defesa de Cuba no escalonamento da crise.

A questão cubana seria a mais marcante, com amplos reflexos na política interna brasileira. O primeiro-ministro à época, Tancredo Neves, fazia uma “defesa intransigente do princípio de não intervenção, e por considerar indevida a ingerência de qualquer outro estado, seja sob qual

¹⁵⁰ DANTAS. In: Op. Cit. p. 351 – 352.

pretexto for, nos negócios internos”¹⁵¹. E o chanceler, San Tiago Dantas, reforçava afirmando que:

A defesa da autodeterminação se faria em relação a qualquer outro país, não se tratava de ‘simpatia ideológica’, o princípio da não intervenção protege um governo de fato, do mesmo modo que um governo de direito. O princípio da não intervenção protege um regime democrático, do mesmo modo que um regime não democrático.¹⁵²

É preciso reiterar como vimos em capítulos anteriores que o Congresso refletia muita da opinião pública nacional, especialmente pela ampla presença do setor udenista. Desta forma, a direita e a esquerda se apropriaram fortemente do debate sobre as questões envolvendo a abordagem do governo brasileiro em relação a Cuba. Durante a VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, RMRE, em Punta del Este, no Uruguai entre 22 e 31 de janeiro de 1962, foi determinada a expulsão de Cuba tanto da OEA, como da Junta Interamericana de Defesa, JID. O Brasil manteve sua posição conciliatória. Inclusive, como vimos anteriormente tentando avançar a proposta da ‘Finlandização’ no abrandamento das tensões.

Pouco antes da VIII RMRE, San Tiago Dantas, convoca os chefes das missões diplomáticas americanas ao Itamaraty, em 12 de janeiro. E apresenta aos seus embaixadores a solução da elaboração do estatuto das relações entre Cuba e o hemisfério, enfatizando a defesa e a autodeterminação, condenando a proposta de intervenção dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que assegurava por bases jurídicas válidas a defesa da democracia no continente, regulando as relações da ilha com o restante da América¹⁵³. O chanceler, via que o isolamento de Cuba poderia ser uma condição muito mais grave, guinando o país ainda mais para a esfera soviética. Portanto, traçar limites ao expansionismo do regime cubano seria muito mais efetivo que seu isolamento. Posição do Brasil era conciliadora porque tratava da necessidade de se preservar o continente de outra forma de intervenção, a de infiltração ideológica ou subversiva. Crença de que a democracia superaria os desafios impostos pelo socialismo. Posição brasileira não obteve consenso da opinião pública doméstica. Entretanto a atitude do Brasil foi entendida como afirmação de sua soberania, sem seguir a política exterior estadunidense. Internamente, houve pressão dos ex-chanceleres brasileiros pedindo a exclusão de Cuba da OEA em publicação conjunta em uma coluna do jornal O Globo¹⁵⁴. Eles argumentavam que as nações americanas

¹⁵¹ Op. Cit. p. 359.

¹⁵² Op. Cit. p. 359.

¹⁵³ DANTAS. In: Op. Cit. p. 360.

¹⁵⁴ Eram eles: José Carlos de Macedo Soares, João Neves da Fontoura, Vicente Ráo e Horácio Lafer. Op. Cit. p. 361.

tinham compromissos assumidos em diversas conferências regionais anteriores com a democracia, contra o totalitarismo, e se obrigavam a combater e a impedir a infiltração fascista ou soviética nesse hemisfério. A VIII RMRE chegou à conclusão com uma ruptura simbólica. Votos de abstenção de Brasil, Argentina, México, Chile, Equador e Bolívia, importantes economias da América Latina, acentuaram o distanciamento crescente com os Estados Unidos.

As rachaduras internas e com os Estados Unidos agravaram-se em meio à crise dos mísseis de outubro de 1962. O governo brasileiro na OEA votou favoravelmente ao bloqueio imposto na ilha pelo governo Kennedy, contudo, mais uma vez manteve-se contrário à ideia de uma intervenção militar direta. Novamente o Brasil tentou impor-se como mediador, entretanto, a situação era muito mais grave e incorria num perigo real de uma guerra entre as duas superpotências. No campo doméstico, a expropriação da empresa estadunidense ITT (AT&T) no Brasil, pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, causou reação do congresso americano, que votou a suspensão de ajuda aos países que procedessem nacionalizações sem indenização imediata, adequada e efetiva. Com a saída de Dantas da pasta das relações exteriores, há uma tentativa do governo em tentar emplacá-lo como sucessor de Tancredo Neves como primeiro-ministro, porém, o desgaste político de Dantas com dois grandes partidos, PSD e UDN, resultou na não aceitação de seu nome para a função, e que em parte, deveu-se à sua política externa. Seu substituto como chanceler foi Hermes Lima, que por receios políticos acabou tendo atuação mais discreta e posição conciliadora do que seu antecessor, embora ainda enfatizasse posturas como a defesa dos países subdesenvolvidos, negociações sobre desarmamento. Outros dois chanceleres ainda estiveram à frente da pasta sob o governo João Goulart, Evandro Lins e Silva, entre junho e agosto de 1963, e João Araújo de Castro, entre agosto de 1963 a março de 1964). As concepções deste último se coadunavam com os fundamentos da PEI. Araújo de Castro atribuía papel relevante à ONU na promoção do desenvolvimento econômico e social. Visava uma maior articulação parlamentar entre as pequenas e médias potências, para uma posição de maior peso e consonância em temas como desarmamento, desenvolvimento econômico a descolonização e os desníveis de riqueza entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. As ações da ONU deveriam de maneira importante se concentrar em três aspectos: a industrialização, a mobilização do capital e o desenvolvimento do comércio internacional, pois a estruturação destes não atendia aos interesses das nações subdesenvolvidas. Castro ainda apostava numa reforma do mercado global e do comércio internacional, já que considerava a conjuntura posta como fator de empobrecimento relativo

dos países subdesenvolvidos¹⁵⁵. Tais formulações dele prenunciavam as posições brasileiras na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a UNCTAD na sigla em inglês, ocorrida em 1964 no momento de deflagração do golpe militar no país.

Embora a experiência da PEI na ocasião tenha agravado as tensões internas da política brasileira, é inegável o legado que ela deixou para as relações exteriores brasileiras contemporâneas. Como vimos brevemente, tais pressupostos e posições são comuns à diplomacia do Itamaraty contemporaneamente. A PEI, foi simbólica neste sentido, mas é também um dos fatores principais que culminou na queda de João Goulart, e em uma política externa que buscou desmontar suas bases. Algo que veremos no próximo capítulo, mas antes uma breve exposição das visões gerais que Vasco Leitão da Cunha possuía sobre a PEI:

Entrevistador[a]: As relações com Cuba, com os países comunistas, com os países africanos, foram questões que dividiram a opinião pública brasileira. Como o senhor definiria essa ideia que ficou conhecida com o nome de política externa independente?

Vasco Leitão: Acho que ela se define pela noção de que até então nós tínhamos por hábito seguir docilmente, automaticamente, os Estados Unidos, e dessa vez íamos ser independentes da política americana, íamos criar uma política com a África. Eu estava de perfeito acordo em fazer política com a África, desde que não prejudicasse o interesse nacional. Mas não achava que a generalização a respeito de votarmos automaticamente com os Estados Unidos estivesse certa. Não tínhamos por que nos queixar maiormente dessa política, considerada a partir de então como de subserviência aos Estados Unidos, porque nas coisas importantes sempre tomávamos as deliberações mais acertadas para o Brasil. “Com os Estados Unidos, mas não a reboque”, era a tese do Lauro Müller.¹⁵⁶

A fala do Vasco Leitão da Cunha exemplifica algumas das suas posições discutidas no primeiro capítulo, sua tendência pró-EUA, mas ao mesmo tempo revela que não havia antagonismos na gestão interna do Itamaraty com a doutrina de política externa. Vasco Leitão da Cunha concordava com a PEI, a partir dos seus princípios, relacionar-se diplomaticamente com todos os países. Contudo, a sua oposição à PEI se dá principalmente na forma como tais políticas foram conduzidas no âmbito internacional, buscando criar retóricas que contrariavam a quem Vasco Leitão da Cunha via como nossos aliados e amigos, o que na sua visão diminuía o prestígio internacional do Brasil. Por isso, quando assume a chefia do Itamaraty, Vasco Leitão da Cunha busca junto aos militares o desmonte da prática da política externa independente, contudo mantendo-se pragmáticos com algumas das relações estabelecidas nesse período. Esse será o tema do capítulo seguinte.

¹⁵⁵ Op. Cit. apud Amado (1982), p. 375

¹⁵⁶ CUNHA, Op. Cit. p. 226.

CAPÍTULO III – O CHANCELER: TRAÇANDO AS LINHAS DA FRONTEIRA IDEOLÓGICA (1964 – 1966)

3.1. Vasco Leitão da Cunha e o golpe de 1964

Em março de 1964 a crise política no Brasil alcançaria seu ápice, o rompimento com o estado democrático através de um golpe militar. As forças políticas de oposição ao governo Goulart já vinham se articulando a algum tempo, a pressão diante do governo era exercida em setores civis e militares. No Congresso, os conservadores da UDN sinalizavam a quebra enquanto simultaneamente buscavam arrastar partidários insatisfeitos do PSD consigo, desmantelando com a base de governo. A crise era nítida a tal ponto que Vasco Leitão da Cunha menciona que se mantinha informado a par dos desdobramentos que ocorriam no Brasil através de sua esposa. Segundo o próprio, “era visível que havia uma revolução a caminho”¹⁵⁷. Em fevereiro de 1964 já havia sinais do golpe, a missão de Vasco Leitão da Cunha em Moscou se encerrava e perante os boatos que circulavam, ele tomou um trem de Moscou em 14 de fevereiro e passou por diversas capitais do leste europeu tendo encontros com as representações brasileiras em Varsóvia, Praga, Viena, Budapeste e Belgrado. “Visitei todos os embaixadores nesses postos e disse que íamos de cabeça para uma revolução que talvez desse em guerra civil e que dessa vez teríamos que manifestar a nossa posição.”¹⁵⁸. Seu intuito de alertar sobre uma radical mudança na política nacional levantou alguma suspeita por parte de outros diplomatas, interpretado como um agente mensageiro dos golpistas. Vasco Leitão da Cunha se defende, afirmando que seu objetivo era simplesmente “um aviso aos navegantes”, e que se empenhou nessa missão de forma autoimposta devido as informações que ele tinha sobre o movimento revolucionário, leia-se, o golpe de estado.

Eu tinha duas informações que se contradiziam e se confirmavam. Uma delas era de que o governo do João Goulart, naquela tentativa de matar o Carlos Lacerda através do general Fernando não-sei-quantos, iria promover uma tentativa revolucionária comunista no dia 1º de maio. [...]. Mas eu não tinha provas disso, era uma informação que corria. E a outra era de que haveria um golpe preventivo, como houve. O Magalhães Pinto, chamado às falas pelo marechal Denys e pelo general Mourão, fez aquele manifesto. Mas eu não estava convencido de que alguma coisa fosse acontecer de imediato, tanto que me preparei para ir a Lisboa. No dia 30 de março fui jantar na embaixada de Portugal e no dia 31 no Clube Ginástico Português, ambos os jantares de despedida porque eu ia embarcar no dia 4 de abril. Eu estava convencido de que ia embarcar no dia 4 de maneira que esta é uma prova de que eu não tinha muita certeza

¹⁵⁷ CUNHA, Op. Cit. p. 264. Aqui é preciso fazermos uma breve ressalva, ‘revolução’ é a forma como Vasco Leitão da Cunha se refere aos eventos, incorporando sua visão político-ideológica. Entretanto, quando não estivermos tratando da visão do Vasco Leitão da Cunha propriamente dita, usaremos a nomenclatura mais usual da historiografia que é o termo golpe.

¹⁵⁸ Op. Cit. p. 264.

de que ia haver o golpe. Não tive nenhum indício concreto, fiquei até um pouco surpreendido.¹⁵⁹

Essa longa citação do próprio Vasco Leitão da Cunha nos traz alguns elementos interessante de análise. O primeiro trecho aborda um suposto golpe que estaria sendo articulado pelo presidente e a ala à esquerda do trabalhismo do PTB, junto com os comunistas. Ao final de 1963, já sob o regime presidencialista, João Goulart tendeu a apoiar-se na ala de esquerda do seu partido, tal movimento rompeu a base governista PTB-PSD, pavimentando o caminho para o golpe. Entretanto, ao menos em relação ao núcleo duro do partido, não havia um projeto de golpe de estado¹⁶⁰. Desta forma, essa narrativa convinha aos golpistas que legitimariam sua ação como um movimento de defesa. Algo que o próprio Vasco Leitão da Cunha comenta como justificável, “Foi necessária, fez-se indispensável¹⁶¹”.

Esta assertiva levava a uma conclusão lógica: o eventual golpe da direita, na verdade, seria meramente reativo, portanto, legítima defesa da democracia e dos valores “ocidentais e cristãos” contra os “radicais” da esquerda.¹⁶²

É interessante notar, porém, que o próprio Vasco Leitão da Cunha salienta que não tinha provas de tal afirmação, o que reforça nosso argumento anterior. Se pensarmos à sua época, diante do turbulento cenário político, esta narrativa possuía um enorme impacto de propaganda independente de ser verdadeira ou falsa. Portanto, ela era suficiente para capitalizar os setores antiesquerdistas e conservadores da população. Mas o segundo trecho de sua fala é que traz algumas informações concretas. Setores da direita conservadora vociferavam intuitos golpistas a algum tempo na política interna brasileira. Carlos Lacerda, governador da Guanabara e um dos líderes civis do golpe de 1964, a título de exemplo, concedeu uma entrevista ao *Los Angeles Times* aludindo que João Goulart seria deposto em breve, inclusive pedia a intervenção dos Estados Unidos em um processo para preservar a “democracia” no continente¹⁶³. Ou seja, por parte das direitas, sabia-se das intenções golpistas. Logo, é possível afirmar que ao menos publicamente os setores de direita da política nacional estavam empenhados para derrubar o presidente João Goulart. Vasco Leitão da Cunha, por sua vez, argumenta que não tinha conhecimento sobre o que estava sendo articulado, algo que ele reitera afirmando de seus

¹⁵⁹ Op. Cit. p. 265.

¹⁶⁰ NAPOLITANO, 2014, p. 27.

¹⁶¹ CUNHA, Op. Cit. p. 269.

¹⁶² NAPOLITANO, Op. Cit. p. 49.

¹⁶³ NAPOLITANO, Op. Cit. p. 40.

compromissos com entidades portuguesas, pois, isso se deve ao fato de que Vasco Leitão da Cunha, havia sido apontado para a embaixada brasileira em Lisboa¹⁶⁴.

A questão é, insinua-se uma participação de Vasco Leitão da Cunha, ou ao menos, um conhecimento mais aprofundado das ações golpistas. No entanto, não há evidências materiais que apontem para esse conluio. No seu depoimento ao CPDOC, algumas perguntas dos entrevistadores vão por esse caminho e são todas negadas pelo diplomata. Principalmente por conta de sua participação como palestrante na Escola Superior de Guerra, ESG, na manhã do dia em que se deflagrou o golpe. Mesmo dia em que esteve em um jantar com entidades lusitanas. Inclusive, segundo o próprio, é lá na sua fala na ESG que Vasco Leitão da Cunha toma conhecimento de que “coisas mais sérias estavam para acontecer”. Mas isso foi justamente no dia do golpe, o que em certa medida afasta a suspeita de que Vasco Leitão da Cunha colaborou com a articulação golpista. Contudo, embora nos distanciemos dessa tendência, não podemos descartar a visão que o diplomata representava. O que permite-nos sugerir algo como; se o convite dos militares a Vasco Leitão da Cunha para uma palestra na ESG, já não seria uma busca por parte dos golpistas por um perfil de confiança dentro do Itamaraty, contudo, reiteramos, é apenas uma especulação. Chamando atenção para o evento na ESG em si, na manhã de 31 de março de 1964, a fala de Vasco Leitão da Cunha foi sobre sua experiência diplomática na União Soviética, um tema de interesse para os estrategistas militares brasileiros, o que elencava também a importância do futuro chanceler na ocasião. Acrescenta-se ainda a boa relação que Vasco Leitão da Cunha tinha com setores da ESG, e veteranos da FEB. Inclusive, Vasco Leitão, já havia conhecido o general Castelo Branco na campanha da Itália em 1945. Além disso, um documento da CIA ajuda inclusive a ilustrar a seguinte percepção¹⁶⁵; de que ao ser ofertado o cargo de chanceler a Vasco Leitão da Cunha, a agência de inteligência teve certeza naquele momento de que ele só aceitaria se tivesse a garantia de que um militar ocuparia a presidência, e que assim, o setor de inteligência dos Estados Unidos confirmou que as lideranças do golpe passariam o poder para um militar. Ou seja, Vasco Leitão da Cunha era visto pela inteligência estadunidense como uma figura próxima, mas ainda sim fora do círculo golpista, que não envolvia apenas os militares, mas setores civis também. O diplomata, por sua vez, fala que assumiu a pasta após uma reunião com o presidente interino, Ranieri Mazzilli,

¹⁶⁴ Corroborar com essa afirmação o fato de a representação brasileira ter ficado sem um representante de alto nível por mais de dois meses, de 9 de abril a 25 de junho. Por se tratar do país origem da lusofonia, o posto em Portugal é de grande importância para a diplomacia brasileira. E a demora de apontar um embaixador definitivo coincide com o movimento político que ocorria no Brasil, e a ascensão de Vasco Leitão ao cargo de chanceler. Disponível em: <[Anuario1964_966.pdf \(funag.gov.br\)](#)>. Acesso em: 23 jul. 2023.

¹⁶⁵ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. ESTADOS UNIDOS, Disponível em: <[LEITAO DA CUNHAS CONDITIO\[15918598\].pdf \(cia.gov\)](#)>. Acesso em: 23 jul. 2023.

depois deste ter tido uma conversa com o ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva, e que sua exigência foi que lhe dessem a ordem para assumir o Ministério de Relações Exteriores, podendo esta ter causado boa impressão no general¹⁶⁶. Aqui, chegamos a uma breve conclusão, mas que ainda será explorada no presente capítulo. Vasco Leitão da Cunha era visto como um amigo dos militares e, portanto, alguém de confiança fora dos círculos dos quartéis. Dificilmente, o diplomata tenha realmente tomado parte em alguma orquestração golpista. Ao menos, é o que documentação vigente disponível nos aponta. Quiçá, ainda com muitas ressalvas, seja possível afirmar que Vasco Leitão deva ter tido algum conhecimento prévio dos desdobramentos na manhã de 31 de março após sua palestra na ESG, mas nenhum documento disponível nos sugere o oposto, de que ele tenha tomado parte do golpe.

Contudo, não ter participado da articulação golpista não nega a predileção de Vasco Leitão da Cunha pelo movimento ocorrido em 1964, o diplomata claramente tinha uma feição aos setores militares da política nacional, e na sua entrevista ao CPDOC é categórico afirmando que a ‘revolução’ “foi necessária. Fez-se indispensável.¹⁶⁷”. Em outra citação do próprio Vasco Leitão da Cunha, é reforçado o seu apoio e ilustra como os setores golpistas procuram na figura do diplomata uma visão das relações exteriores brasileiras, dado que ele era visto como alguém de confiança pelos golpistas.

Entrevistador[a]: Como foi feita sua nomeação para o Ministério das Relações Exteriores?

Vasco Leitão: Depois de estabelecida a Revolução de 31 de março, que considero um movimento restaurador, não uma revolução de no sentido habitual, e tendo eu tomado posição a favor dessa restauração, meus amigos cariocas pediram-me que fosse a São Paulo para ver o Dr. Ademar de Barros, que havia tomado uma posição revolucionária e tinha de ser consultado sobre o que fazer. Fui, e ele me deu bom almoço. Lembro que comi bem, o que me pôs de bom humor. Depois de conversarmos, ele me perguntou como eu via a situação do ponto de vista do exterior, das repercussões do que acontecera. Seguindo o meu hábito, disse-lhe o que pensava. Eu achava que a chamada revolução podia prestar grandes serviços e ia repercutir bem no exterior, porque se tinha medo das maluquices do governo João Goulart.¹⁶⁸

Essa longa citação explícita para nós que Vasco Leitão da Cunha tenha se colocado como partidário do golpe desde sua deflagração. Dado que sua nomeação ao cargo de chanceler ocorre em 4 de abril, esse encontro com Ademar de Barros, governador de São Paulo e outro líder civil do golpe tenha ocorrido antes dessa data. Essas pequenas evidências, consubstanciam o argumento de ser Vasco Leitão da Cunha uma figura bem quista dos golpistas para temas

¹⁶⁶ CUNHA, Op. Cit. p. 268.

¹⁶⁷ Op. Cit. p. 257.

¹⁶⁸ Op. Cit. p. 267.

internacionais. Não pode se ignorar também que com a participação dos Estados Unidos no golpe, portanto, é possível ver que a leitura internacional pedida ao Vasco Leitão da Cunha referia-se aos outros países da América Latina, e da Europa Ocidental, vistos como de maior importância, o que iremos explorar a seguir. Outro ponto trata especificamente da instituição, já que o Itamaraty apresentou uma baixa resistência ao movimento político iniciado em 31 de março de 1964.

Entrevistador[a]: Houve reações no Itamaraty à revolução?

Vasco Leitão: O Itamaraty foi muito discreto, não se manifestou contra a revolução. Havia só um maluquinho, que eu não deixei cassar por maluquice, que telegrafou ao Jango felicitando-o pelo comício da Central. Computando os telegramas recebidos pelo Jango, a Comissão Geral de Investigações, presidida pelo general Taurino, cobrou-me: “Quem é esse patife?” Quanto interrogado, ele disse: “Ah, me disseram que eu devia telegrafar porque senão não seria promovido.” Coitado! Eu me limitei a não pô-lo no quadro de acesso da promoção. É preciso ser inteligente, não se deve ser burro! Foi esse o único problema, além dos quatro comunizantes. Tive muita pena, mas organizei uma comissão de investigações no Itamaraty, composta do embaixador Camilo de Oliveira, diretor do Instituto Rio Branco, do dr. Temístocles Cavalcanti e do coronel Liberato da Cunha. E depois fiz uma comissão pequena e incumbi o Edmundo Barbosa da Silva de sondar os terceiros secretários, de ter algumas conversas. Ele, muito jeitoso, muito mineiro, conseguiu harmonizar os pequenos e não foi preciso fazer nada. Acho que os pequenos tinham suas simpatias pelo Jango, e como o novo governo foi considerado reacionário, não devem ter gostado. Mas não eram ativistas, eram muito corretos.¹⁶⁹

Neste trecho, há algumas informações relevantes que precisamos nos atentar. Primeiro, a reiterada posição do Vasco Leitão da Cunha em reafirmar como o Itamaraty passou incólume ao movimento golpista de 1964. Ou seja, sem haver grandes manifestações por parte de funcionários da instituição, tanto em oposição ou a favor do golpe. Pois, é preciso pontuar, até mesmo a postura de Vasco Leitão da Cunha tratou-se de uma exceção, em certa medida, dado que é um comportamento incomum dos quadros técnicos da diplomacia intervir publicamente sobre a política doméstica. Contudo, sua fala revela outras informações relevantes, como a partir da existência da comissão geral de investigações instaurada a partir do ato institucional número 1 de 9 de abril de 1964 houve uma versão interna da comissão dentro da instituição. Que apresentou seu relatório final em setembro do mesmo ano¹⁷⁰. Sobre esse relatório, olhemos o documento a seguir:

¹⁶⁹ Op. Cit. p. 274.

¹⁷⁰ CARRIÈRES, 2021b, p. 469.

Em conformidade com os artigos 7º e 10º do Ato Institucional, combinados com os artigos 3º, 4º, 5º e 6º, do Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, a agenda dos trabalhos da Comissão compreendeu os seguintes itens:

I) apuração da eventual responsabilidade de funcionários da Casa, por atos contrários à probidade da administração;

II) investigações referentes a procedimentos contrários à segurança nacional e ao regime democrático.

Quanto ao item I, a Comissão não recebeu muitas denúncias, nem foram numerosos os casos sujeitos ao seu exame. Com efeito, esporadicamente, têm-se registrado atos que se podem incluir nessa classificação, mas tais atos foram reprimidos pelos órgãos competentes. Quanto ao item II, foi necessário subdividi-lo em três outros:

a) Comunismo no Ministério das Relações Exteriores; b) quebra de sigilo no Serviço de Comunicações; c) apuração da responsabilidade dos funcionários apontados em listas fornecidas pelos serviços de segurança.¹⁷¹

Os artigos 7 e 10 do ato institucional, respectivamente, tratam: da aplicação de suspensões e sanções para qualquer indivíduo do quadro do funcionalismo público; e, que tais penas podem ser justificadas mediante a manutenção da paz e “honra nacional”¹⁷². Isto posto, o próprio Vasco Leitão da Cunha afirma que proibiu a comissão de operar nos quadros do ministério¹⁷³, mantendo a autonomia da instituição no decorrer do movimento golpista. Na prática, ele protegeu seus subordinados. Entretanto, ainda assim, operando de forma favorável à mudança de regime concebendo um comitê investigativo próprio. O relatório afirma que as posturas ‘esquerdizantes’ de alguns funcionários estavam ligadas às políticas do governo anterior, e que estas poderiam ser revistas; além de estabelecer uma retomada histórica das alas à esquerda do Itamaraty, visando entender seu impacto, ação e formas de atenuar a sua militância política nos quadros institucionais. Também são destacado outros aspectos que tangenciavam a investigação, como casos de corrupção e quebra no decoro do cargo inerentes a uma suposta infiltração esquerdista, especialmente no setor de comunicação do ministério, a SEPRO. Esta que teve sua atuação drasticamente reduzida ainda nos primeiros dias da dita ‘revolução’, e que Vasco Leitão da Cunha ocupou-se apenas de conduzir a mitigação em voga deste setor. A Comissão Interna do Itamaraty no seu relatório final não chegou a mencionar nenhum funcionário nominalmente. Porém, o próprio chanceler menciona quatro nomes dos considerados principais atores ‘subversivos’ ou com simpatias de esquerda ou comunistas dentro da casa, são eles: Jayme Azevedo Rodrigues, funcionário da Secretaria de Estado,

¹⁷¹ Op. Cit. p. 471.

¹⁷² BRASIL. Ato Institucional nº1, 9 de abril de 1964.

¹⁷³ CUNHA, Op. Cit. p. 274.

aposentado compulsoriamente em julho de 1964; Antônio Houaiss, talvez o nome mais proeminente da lista, além da aposentadoria compulsória teve seus direitos políticos cassados em julho de 1964 por mais de dez anos; Jatyr de Almeida Rodrigues foi removido do posto de cônsul geral em Londres, também foi aposentado compulsoriamente em outubro de 1964; e, Hugo Gouthier, que foi removido da embaixada brasileira em Roma também obtendo aposentadoria compulsória em julho de 1964¹⁷⁴. Com a exceção de Houaiss, que se tornou perseguido político, aos demais bastou como sanção o desligamento do quadro de funcionários, e que o exemplo serviria aos demais. Como o próprio chanceler afirma:

Entrevistador[a]: Pensando não em indivíduos, mas em camadas, eram os terceiros-secretários os que mais simpatizavam com o governo deposto?

Vasco Leitão: Talvez. Mas os terceiros e os segundos-secretários dependem enormemente, na fundamentação do seu pensamento, daquilo que aprendem com os chefes. De maneira que eles são vítimas.¹⁷⁵

Olhando para a documentação somada aos depoimentos do Vasco Leitão da Cunha, é correto afirmar que houve pouca dissidência presente no Itamaraty. Em nossa análise, oriunda de alguns fatores como o temor por uma maior represália, a estabilidade e segurança material que o funcionalismo do Itamaraty fornecia e a longa tradição da casa em evitar-se tomar parte em assuntos de política doméstica. A presença de Vasco Leitão da Cunha, visto como uma figura próxima dos setores do Exército, e as sanções impostas a alguns poucos dissidentes foram suficientes para mostrar aos militares que eles não precisariam atuar diretamente sobre o Itamaraty, e que a representação da política externa poderia ficar sob chefia de um indivíduo oriundo da própria casa naquele primeiro momento. Alguém próximo ideologicamente, e que simpatizava com os atores do movimento golpista, na ocasião esse alguém foi o próprio Vasco Leitão da Cunha. Tanto que, Ranieri Mazzilli apontou o diplomata para a chefia das relações exteriores brasileiras dias antes de Castelo Branco ser eleito indiretamente para a presidência. Esta escolha de Mazzilli na época como presidente interino demonstra, mais uma vez, a confiança que as alas militares do golpe de 1964 tinha no nome do diplomata.

Existe um outro evento um tanto simbólico que merece ao menos ser mencionado e que ilustra um pouco da última afirmativa, o caso de Juracy Magalhães e a embaixada de Washington, EUA. O presidente Castelo Branco visava fazer um aceno positivo à Washington e nomeou para embaixador na capital estadunidense o político e militar Juracy Magalhães. Em

¹⁷⁴ ANUÁRIO DE FUNCIONÁRIOS MRE 1964 – 1966, p. 248, p. 261, p. 393.

¹⁷⁵ CUNHA, Op. Cit. p. 275.

um breve histórico, Juracy não vinha da área diplomática, tendo atuado politicamente desde a era Vargas quando foi interventor no Estado da Bahia, tornando-se governador do Estado eleito indiretamente. Juracy, ainda, filiou-se a UDN, onde se aproximou de figuras como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. Sendo um militar de carreira e figura próxima das lideranças conservadores da política nacional, seu nome chegou a ser ventilado até mesmo como chanceler. Cargo que viria a ocupar após a gestão de Vasco Leitão da Cunha. Juracy Magalhães agradava setores da política interna e tinha uma resoluta posição pró-EUA, sua escolha para Washington era uma clara sinalização de reaproximação e realinhamento. Enquanto isso, naquele primeiro momento a chancelaria ficaria nas mãos de Vasco Leitão. Na ocasião, ainda antes de apresentar as credenciais formais ao governo estadunidense, Juracy Magalhães e Vasco Leitão da Cunha tiveram uma breve desavença¹⁷⁶, que no nosso entender ilustra a diferença entre um diplomata e um político, e reforçam as diversas afirmações de Vasco no depoimento ao CPDOC onde ele argumentava que o ministro de estado não deveria ser um funcionário oriundo da chancelaria. Na ocasião, Juracy sentiu-se insultado e cogitou renunciar ao cargo de embaixador em Washington, ao considerar que uma reprimenda do chanceler a dois embaixadores estadunidenses poderia “soar mal”, enquanto Vasco Leitão reiterava que sua postura apenas seguia um procedimento técnico e padrão da diplomacia, e que os dois representantes americanos é que apresentaram um comportamento vulgar no procedimento das tratativas diplomáticas. Isto é, quebrando o decoro das tratativas diplomáticas ao abordar um subordinado pressionando-o por uma posição que era exclusiva do Chanceler. O caso, não tomou grandes proporções, mas serve de ilustração para mostrar que Vasco Leitão da Cunha não só era uma figura rigidamente ligada a vida diplomática, como também tinha respaldo para condenar procedimentos que ele julgasse incorretos do ponto de vista diplomático, mesmo vindo de setores e aliados relevantes.

3.2. Golbery do Couto e Silva, a Escola Superior de Guerra e a política externa brasileira na visão dos militares

Como vimos lá no primeiro capítulo, Vasco Leitão da Cunha tinha posições que conversavam com campo do anticomunismo. Ele próprio afirmava esta postura categoricamente em algumas ocasiões¹⁷⁷. No caso dele especificamente, identificamos que suas visões revelavam um viés liberal. Também, mostramos brevemente que havia no Itamaraty

¹⁷⁶ CARRIÈRES, Op. Cit. p. 83 – 90.

¹⁷⁷ CUNHA, Op. Cit. p. 238.

uma maior manifestação de posturas pró-EUA, condutas herdadas da diplomacia do Barão do Rio Branco, e fortalecidas no período da Segunda Guerra Mundial, sendo um dos alicerces a mover o país em direção aos países aliados no conflito. Somados estes fatos, entendemos a posição do diplomata em relação ao comunismo, que era de condenação. Contudo, há ainda um outro aspecto relevante. Em passagens do depoimento ao CPDOC, Vasco Leitão da Cunha, menciona ter feito um curso na Escola Superior de Guerra, ESG, em 1953¹⁷⁸. Fundada em 1949, a ESG, tornou-se em uma das mais importantes instituições do pensamento militar, estratégico e de defesa do país, oriundas dos oficiais militares brasileiros adidos ao National War College nos Estados Unidos. A academia foi uma das principais responsáveis por importar estratégias anticomunistas para o seio das Forças Armadas brasileiras. A ESG, constituiu-se não apenas em cursos do alto comando militar, mas objetivou instrumentalizar em suas diretrizes e planejamento as questões da segurança nacional, trajetória e formação continuada dos oficiais militares, manutenção do perfil conservador, construção dos princípios de defesa coletiva e combate ao inimigo interno “subversivo”. Nisto, é necessário dar um espaço de maior agência dos militares brasileiros na década de 1950 e 1960 em temas de política externa, e aqui é preciso comentar a relevância da figura de Golbery do Couto e Silva.

Salienta-se que, durante a Segunda Guerra Mundial, grande parte dos militares brasileiros eram enviados aos Estados Unidos para receberem treinamento militar na National War College. Com isso, diante dessa relação de aproximação, identifica-se o afinamento entre os militares brasileiros para com as ideias norte-americanas no contexto da Guerra Fria, e conseqüentemente ao combate às ideias comunistas. Dentre estes militares, convém mencionar Golbery do Couto e Silva, o qual integrava à elite militar e posteriormente integrará à Escola Superior de Guerra.¹⁷⁹

Golbery do Couto e Silva, foi formado pela Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro em 1930. Passou alguns anos em cargos administrativos do Exército, até que em 1937 foi promovido a capitão e ingressou no Conselho de Segurança Nacional¹⁸⁰ primeiro órgão onde atuou próximo de serviços de inteligência. A este fato, em 1941 Golbery aperfeiçoou seus estudos estratégicos pela Escola de Estado-Maior do Exército, EME. E em 1944, foi enviado como adido militar para os Estados Unidos, estagiando na escola militar Fort Leavenworth. Instituição conhecida pela formação de figuras notórias das Forças Armadas estadunidenses, como Goerge Marshall, Douglas MacArthur, Omar Bradley, e o ex-presidente Dwight Eisenhower. Após seu estágio foi enviado à Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, como

¹⁷⁸ Op. Cit. p. 167.

¹⁷⁹ LUZ, 2015, p. 352.

¹⁸⁰ O órgão é o embrião do atual Conselho de Defesa Nacional, CDN, e do Gabinete de Segurança Institucional, GSI. Responsáveis pela organização e defesa dos ministros do executivo e da presidência da república.

oficial de inteligência da Força Expedicionária Brasileira, FEB. Ao retornar ao Brasil voltou a atuar no EME como coordenador de organização de planos de defesa e estratégia, e em 1952 após ser promovido a tenente-coronel ingressou no departamento de estudos da ESG, na divisão de assuntos internacionais¹⁸¹.

Dentro da ESG, Golbery se tornara uma das principais referências para os estudos de geopolítica do Cone-Sul no âmbito militar. A partir de sua trajetória e atuação teórica, no interior da ESG começa a ser formulada a doutrina de segurança nacional¹⁸². Foi incorporada à concepção de que o conflito ideológico seria uma nova modalidade de guerra, e que para ser combatido, seria necessário mais do que somente o esforço do exército, marinha e aeronáutica, ou seja, dentro do pensamento de Golbery a articulação entre militares e sociedade civil era indispensável, e a propaganda teria um papel fundamental. Por isso, sua tese condicionava a atuação do estado junto à iniciativa privada, especialmente de interesses estadunidenses, buscando um apoio tecnocrático que alinharia o Brasil ao Bloco Ocidental de forma que o fracionamento da sociedade seria impraticável. E caso houvesse tal rompimento, Golbery propunha que para seguir adiante com o desenvolvimento nacional seria necessária uma centralização do poder pelas Forças Armadas, suspendendo alguns dos valores definidos como democráticos em prol de um ‘bem maior’.

O instrumento da ação estratégica, nesta era de guerras totais, só pode ser o que resulta da integração de todas as forças nacionais, de todos os recursos físicos e humanos de que dispõe cada nação, de toda sua capacidade espiritual e material, da totalidade de meios econômicos, políticos, psicossociais e militares que possa reunir para a luta de seu Poder Nacional, em suma. É esse poder, atuante desde o tempo de paz como trunfo decisivo e sustentáculo real nas discussões diplomáticas, já desde então supervalorizado pela sombra prestigiosa que sempre o acompanha, de um potencial mais amplo, suscetível de atualizar-se em prazo maior ou menor, que deverá ser transformado, orientado, mobilizado para a eventualidade da guerra que se venha a concretizar, assumindo, a partir de então, sua componente militar, exteriorizada nas forças armadas, o papel dominante.¹⁸³

Nesta concepção, interesse nacional seria a manifestação conjunta do esforço somado entre as forças armadas e a sociedade civil. Neste sentido, Golbery foi pioneiro em articular um pensamento geopolítico e geoestratégico que aglutinasse diversos campos em conjunto, fornecendo um material teórico para as forças armadas que justificasse, posteriormente, suas

¹⁸¹ Op. Cit. p. 355.

¹⁸² Entende-se por Doutrina de Segurança Nacional a estrutura na qual eram formados os oficiais das Forças Armadas brasileiras, baseada na concepção de “defesa nacional” e do combate aos “inimigos internos e subversivos. Esta doutrina incorpora também elementos de geopolítica, e era influenciada pelas estruturas das academias militares norte americanas, como o National War College. Ver: FERNANDES, 2009.

¹⁸³ SILVA, 1981, p. 13.

ações em crises como as vistas no governo JK, na posse de João Goulart e por fim, na derrubada deste em março de 1964. A partir de Golbery, e da ESG, os militares compreenderam que a guerra extrapolava o campo de batalha.

Guerra não é mais só guerra, é também guerra econômica, é também guerra política, guerra psicológica, guerra ideológica; a guerra civil como a revolução são também guerras; a guerra pode ser guerra fria e, como tal, permanente insidiosa, multiforme – o que será então a paz? A estratégia deixa de ser apenas a arte dos generais, é também estratégia econômica, estratégia política, estratégia psicossocial; há ainda uma estratégia a par de uma tática da ação subversiva, nas quais ambas foi mestre indiscutível Lenin.¹⁸⁴

O pensamento de Golbery do Couto foi fundamental para aplicar as forças armadas conceitos de geopolítica à política externa. Intelectualmente falando, em *‘Geopolítica do Brasil’*¹⁸⁵, Golbery faz um amplo levantamento de dados geográficos e socioeconômicos, apresentando as hipóteses não só para a inserção internacional do Brasil, mas também para o desenvolvimento nacional. Isto posto, podemos sintetizar que para Golbery, geopolítica consiste em: estabelecer uma doutrina ampla de visões macro e micro dos recursos geográficos humanos e físicos do país, instituindo as diretrizes e fundamentos para a sua aplicação política nacional e internacional através de uma fundamentação ideológica, psicossocial, econômica e militar¹⁸⁶. Dessa forma, estratégia, defesa e política são apenas as formas de se efetivar os objetivos geopolíticos do Brasil e alcançar os interesses do estado e da nação, sendo eles diversos¹⁸⁷.

De dentro desta doutrina geopolítica formulada por Golbery do Couto e Silva, é extraída a teoria dos círculos concêntricos. O termo, curiosamente não é denominado por Golbery, mas pelo próprio presidente Castelo Branco durante o seu discurso aos formandos do instituto Rio Branco, a nova classe de diplomatas brasileiros, em julho de 1964.

O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, com o da América Latina, do continente americano e da comunidade ocidental. Sendo independentes, não teremos medo de ser solidários. Dentro dessa independência e dessa solidariedade, a política exterior será ativa, atual e adaptada às condições e

¹⁸⁴ Op. Cit. p. 145.

¹⁸⁵ Op. Cit.

¹⁸⁶ Op. Cit. p. 259.

¹⁸⁷ A geopolítica brasileira deve caracterizar-se, sobretudo, como: a) Geopolítica de integração e valorização espaciais; b) Geopolítica de expansionismo para o interior e, também, de projeção pacífica no exterior; c) Geopolítica de contenção, ao longo das linhas fronteiriças; d) Geopolítica de participação na defesa da civilização ocidental; e) Geopolítica de colaboração continental; f) Geopolítica de colaboração com o mundo subdesenvolvido de aquém e além-mar; g) Geopolítica de segurança em face da dinâmica própria dos grandes centros externos de poder. Op. Cit. p. 260.

nosso tempo bem como aos problemas de nossos dias. Será esta a política externa da Revolução.¹⁸⁸

Inserindo, portanto, os temas da política externa brasileira em uma estrutura hierarquizada e geográfica. O primeiro nível dos círculos compreenderia as relações com os demais países da América Latina, e nele se executariam a cooperação e o princípio de segurança coletiva, combatendo a dita ‘subversão’ de ideologias externas ao continente; o segundo nível pode ser entendido como o das relações com o mundo ocidental, do qual o Brasil compartilharia as ideias de valorização da liberdade econômica, da democracia liberal, da cosmovisão cristã e conservadora e do nacionalismo anticomunista; e por fim, o terceiro nível que corresponde ao mundo exterior, onde balizavam-se as lutas contra o comunismo sendo este plano o de ação concreta, que o Brasil entendia como lugar de agência principal dos Estados Unidos, a partir de sua projeção como potência hemisférica e mundial do modo de produção capitalista. Contudo, o próprio Golbery do Couto nomeia à sua maneira estes três níveis dos círculos concêntricos, apresentando pequenas divergências com a fala de Castelo Branco, em ordem respectivamente, a nomenclatura de Golbery é: “o ‘império’ brasileiro”, “a moldura continental” e o “mundo de além-mar”¹⁸⁹. Ou seja, no entendimento dele, o que denomina no primeiro nível corresponde não ao continente e sua porção latina, mas ao país e principalmente aos vizinhos do Cone-Sul, imediatamente mais relevantes que aqueles que não fazem fronteira com o Brasil. Desta forma, o continente e os valores que ele representa estariam no segundo plano, e o terceiro permaneceria como o espaço de disputa no campo internacional. Embora, algumas pequenas diferenças sejam notadas, é inegável que a teoria dos círculos concêntricos marcou a política externa do governo militar de Castelo Branco. O próprio Vasco Leitão da Cunha menciona que estando à frente das relações exteriores o jornal o Estado de São Paulo lhe atribuiu como o condutor e idealizador da teoria dos círculos concêntricos¹⁹⁰. Ao que iremos analisar mais adiante, podemos atribuir ao chanceler o primeiro papel, mas dificilmente Vasco Leitão da Cunha propôs um aspecto desta doutrina, intelectualmente falando. Mas é também inegável, que ele a defendia, e como chanceler buscava informar e esclarecer ao mundo exterior que o processo político ocorrido no Brasil era legítimo. Algo que o próprio Vasco Leitão da Cunha comenta:

[...] o Francisco Campos, conversando com o Castelo, lhe disse que seria bom que ele tivesse um ministro do Exterior que pudesse servir de intérprete para a opinião pública internacional graças ao seu conhecimento dos diversos personagens que dirigiam a

¹⁸⁸ CASTELO BRANCO, apud: CARVALHO, 2010, p. 44.

¹⁸⁹ SILVA, Op. Cit. p. 108 – 130.

¹⁹⁰ CUNHA, Op. Cit. p. 271.

política mundial. Um ministro que garantisse, com o seu endosso, a continuidade das relações. O Chico Campos queria me fazer ministro à força no episódio da saída do Jânio em 61. Ele achava que eu deveria ser ministro do Exterior [...]¹⁹¹

Podemos aqui conjecturar duas coisas. A primeira, dada a trajetória de Vasco Leitão da Cunha, e de certo modo, a tradição diplomática pró-Estados Unidos difundida pelo Itamaraty como instituição, os militares não viam necessidade urgente de exercer grande controle sobre o ministério. Confiando, portanto, na sua autogestão desde que chefiada por uma figura como Vasco Leitão da Cunha. Desta forma, alocar um diplomata de carreira que representasse este perfil seria o suficiente, algo que mencionamos anteriormente. Além de manter a imagem de uma instituição que continuava a defender os interesses do estado brasileiro, que apenas estariam sendo organizados e gestados de uma outra maneira. Em segundo lugar, uma visão de teor estratégico, pois naturalmente a mudança de regime não seria bem quista por alguns países. Aqui na América do Sul, a Venezuela chegou a romper diplomaticamente com o Brasil por um período. Um diplomata, por sua vez, saberia respaldar o Brasil no exterior e, traduzir as perspectivas dos outros países sobre o processo político nacional. A manutenção de relações pragmáticas nas quais haveria ganhos para o Brasil seriam mantidas, aquelas cujo capital político representava mais do que ganhos materiais reais poderiam ser utilizadas como propaganda do novo governo, e como um aceno ao grande patrocinador do golpe, os Estados Unidos. Este último representado no rompimento com Cuba, ainda em 1964¹⁹². Assim é possível afirmarmos, a escolha de Vasco Leitão da Cunha para a chancelaria brasileira combina as duas conjecturas anteriores. Sua figura tinha para o governo o essencial no que tange as relações exteriores, conciliando os planos e estratégias oriundos da ESG, já que parte do formulado nos círculos militares correspondia ao entendimento do habitual da política externa brasileira na época, ou seja, no alinhamento aos Estados Unidos. O excerto a seguir reforça esse ponto:

Entrevistador: O senhor chegou a discutir com o presidente a linha de política externa que o país deveria seguir?

Vasco Leitão: Acho que não cheguei a discutir. Ele confiava em que eu soubesse o que era preciso fazer. Havia uma posição clara da minha parte que eles aceitavam como o preço a pagar pela colaboração, fazendo o que eu dizia que deviam fazer. Recomendei que fizéssemos a nossa política tradicional, que nos mantivéssemos com os Estados Unidos, mas com a ressalva do Lauro Müller: não a reboque.¹⁹³

¹⁹¹ Op. Cit. 270.

¹⁹² HERSHBERG, Op. Cit.

¹⁹³ CUNHA, Op. Cit. p. 270.

Um documento que ilustra bem tanto a perspectiva do movimento golpista, bem como o caminho que a política externa tomaria é a nota distribuída à imprensa pelo Chanceler Vasco Leitão da Cunha em 7 de abril de 1964. No documento há uma defesa explícita de que o ocorrido foi uma “revolução, com ampla base popular” e que não se trata de uma “subversão da ordem, mas uma recolocação do país nos caminhos coerentes e com a tradição e tendência do povo brasileiro¹⁹⁴”. Aqui há a defesa do movimento recém ocorrido quase que de forma semelhante a fala do diplomata no depoimento ao CPDOC, visto anteriormente. O que reforça a visão positiva de Vasco Leitão da Cunha sobre o golpe de 1964. Mas indo adiante no que concerne os assuntos de política externa, pinçaremos alguns pontos.

Dentro desse contexto, continuará o Brasil a manter relações com todos os países, independentemente do sistema político que adotem. Como integrantes conscientes do mundo ocidental, é, porém, normal que essas relações sejam mais íntimas e mais profundas com aqueles países aos quais estamos ligados por uma herança de ideais comuns e com os quais partilhamos as mesmas aspirações de liberdade e progresso. O Brasil sempre foi e continuará a ser independente, sua política externa foi e há de ser sempre independente. Não pode deixar de ser dinâmica, a fim de acompanhar a evolução do Brasil e do mundo. Só pode ter um objetivo: a defesa permanente dos interesses nacionais; só pode ter uma fidelidade: aos sentimentos pacíficos e cristãos do povo brasileiro.

Aqui embora sinalize a manutenção de relações com todos os países, a sua fala insere o Brasil como um membro íntimo do mundo ocidental e cristão, também exprime um certo pragmatismo ao mencionar a independência da política externa e a relação dela com a defesa e interesses nacionais. Contudo, os setores que definem estes interesses agora são os militares, então é categórico afirmar que nesse momento o pragmatismo é retórico apenas, mas ela reconhece que novas dinâmicas estão aparecendo, e aqui não podemos deixar de pensar que a principal delas se manifestava justamente no plano econômico e no capital político do país em organismos internacionais. Segue em outro trecho:

Pertencendo ao continente americano, sente-se o Brasil particularmente ligado às nações irmãs do Hemisfério, cujos problemas e anseios, de toda ordem, são em grande parte os nossos. O Brasil retomará com determinação os esforços que sejam necessários para revitalizar seus laços nas Américas, políticos, econômicos e culturais, visando inclusive à concretização dos objetivos continentais enunciados na Aliança para o Progresso.¹⁹⁵

Nesta parte, já podemos materializar a inserção da política externa dentro da lógica dos círculos concêntricos anteriormente explanada. O primeiro objeto de ação direta da nova

¹⁹⁴ CUNHA. In: CARRIÈRES (org.), 2021 a, p. 29.

¹⁹⁵ Op. Cit. p. 30.

política externa brasileira a partir de 1964 seria o seu entorno geográfico, a nota ainda menciona que os anseios são similares, o que é um dado histórico, porém aproveitado para incorporar a cooperação com os estados latino-americanos, assinalando-os especialmente sob a égide dos Estados Unidos, pois notemos, que a Aliança para o Progresso é citada nominalmente. Ou seja, haverá uma reaproximação com os demais países do continente também sob uma forma de aproximar todos da centralidade e liderança advinda de Washington, evitando rupturas como as causadas por Cuba e Guatemala. É notório também lembrar que outros movimentos militares com guinadas à direita ocorriam no continente no mesmo período, e com uma nova política externa, o governo militar acenava para os vizinhos que haviam concluído esse processo, principalmente a Argentina, e o Paraguai sob o regime Stroessner, também se tornava uma referência de legitimidade e encorajamento para outros movimentos que seguiriam nos próximos anos como na Bolívia ainda em 1964, Peru em 1968, Uruguai em 1973, Chile em 1973 e etc. Seguimos:

Assim como adotamos uma política escrupulosa de não intervenção nos negócios internos de outros Estados, temos o direito de exigir deles o mais completo respeito por esse princípio básico das boas relações internacionais. Não intervenção e autodeterminação são princípios válidos para todos e não apenas fórmulas para acobertar certas situações.

Aqui nessa citação apontamos como o uso do discurso da Política Externa Independente que aludia os princípios de não intervenção é revertido como uma forma de defender o movimento golpista ocorrido no Brasil. Visto aqui, como mais uma maneira de tornar as ações do golpe de 1964 legítimas. Por fim o documento, traz exigências econômicas do novo governo em prol de temas sobre a exportação de produtos base, visando sua valorização, dado que o novo regime se sente validado para reivindicar dos países capitalistas um movimento em seu benefício. Há ainda um reforço da defesa hemisférica também em termos econômicos, especialmente evocando “as obrigações do sistema de segurança coletiva”, bem como uma defesa unilateral da expansão comercial brasileira, atrelando-a ao bem-estar da população¹⁹⁶. Este primeiro olhar sob um documento da diplomacia já produzida durante o novo governo nos serve de ilustração para os parâmetros estabelecidos pelo Itamaraty, sob a chefia agora de Vasco Leitão da Cunha. Salientamos em alguns trechos desta seção, a colocação do Brasil sob a lógica da Guerra Fria e do princípio da teoria dos círculos concêntricos que viria a pautar a nova gestão, mas para olharmos a prática deste seguiremos ao próximo subcapítulo.

¹⁹⁶ Op. Cit. p. 31.

3.3. Os primeiros níveis do círculo: “Com os Estados Unidos, mas não a reboque”

Para seguirmos a análise, dividiremos a última parte deste capítulo em duas partes. Pensando na lógica dos círculos concêntricos, trabalharemos a gestão de Vasco Leitão da Cunha sob a perspectiva da importância das relações hemisféricas continentais. Divisão semelhante faz Paulo Visentini no seu livro sobre a política externa da ditadura, onde no primeiro capítulo, em que aborda o período do governo Humberto A. Castelo Branco, a prioridade das relações com os Estados Unidos e com a América Latina aparecem separadas e antes das relações extra hemisféricas: Europa (tanto ocidental, como oriental), Ásia, África e países socialistas¹⁹⁷. Resgatamos também como subtítulo a frase de Lauro Muller, dado que a primazia das relações continentais se dava em torno de realinhar-se internacionalmente com os Estados Unidos, contudo, resguardando os interesses nacionais.

3.3.1. A relação com os Estados Unidos

Em seu livro, Paulo Visentini¹⁹⁸ resume que a política externa do governo Castelo Branco poderia ser entendida como um retrocesso à diplomacia hemisférica e alinhada com os EUA. E que esta, enfatizava a ordem interna, as fronteiras ideológicas da Segurança Nacional antiesquerdista e o ajuste econômico interno e externo de corte liberal. Tais parâmetros, como dito, servem de resumo, mas é preciso entender a materialidade do processo. Uma coisa que o autor citado também chama atenção é sobre estar atento aos formuladores da política externa, para ele, não é constituído pelo conjunto do bloco social de poder, mas de setores hegemônicos desse bloco. Se pensarmos que todo o golpe envolveu uma articulação civil-militar, e como trouxemos anteriormente as noções de política externa dos militares já havia sido gestada dentro dos círculos da ESG, obviamente o setor civil acabou afastado dessa formulação política. O governo não demorou a marginalizar as lideranças civis do golpe, e arquitetou seu projeto de governo apoiando-se em uma tecnocracia liberal, fortemente influenciada por Washington, e que atendia os interesses de uma burguesia internacionalizada. Este autor nos traz ainda o conceito de política externa interdependente, que:

A ideia de interdependência, por sua vez, vincula-se à de fronteiras ideológicas, na medida em que é preciso constituir uma forte aliança interamericana para o combate às novas ameaças à soberania dos Estados (subversão). O momento demanda novos conceitos e novas opções por parte do governo brasileiro, a fim de que ele ajude a

¹⁹⁷ VISENTINI, 2004.

¹⁹⁸ Op. Cit.

manter a integridade do Ocidente, impensável sem o respeito à hegemonia norte-americana e sem a luta contra o comunismo.¹⁹⁹

A interdependência reflete o realinhamento com os Estados Unidos, consolidava o sistema interamericano, aplicando-se à segurança coletiva e configurava no Brasil um papel de ‘subimperialismo’ regional, respaldando e atenuando algumas das ações dos EUA no continente.

Por sua vez, Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, vão afirmar que mais do que um retrocesso, a política externa do governo Castelo Branco foi “um passo fora da cadência”²⁰⁰. Em síntese, para os autores, ao utilizar-se da bipolaridade como retórica para um alinhamento aos Estados Unidos e a abertura econômica para o capital privado, o Brasil na verdade perdia espaço pois não acompanhava a real progressão e desdobramentos da política mundial. Tanto que os autores assinalam sua vida curta, e enfatizam os poucos resultados práticos que contemplassem os interesses nacionais mais amplos. “Era inócuo, para um país como o Brasil, de limitado poder, contextualizar sua política externa pelo confronto bipolar, quando o sistema internacional presenciava sua erosão.”²⁰¹. Contudo, os autores afirmam que Vasco Leitão da Cunha assimilou o ocidentalismo e o anticomunismo na política externa e nos anos que esteve à frente conduziu o Itamaraty na direção de um estreitamento de laços com os Estados Unidos, inclusive acatando e contornando problemas que pudessem trazer algum atrito.

O primeiro termômetro para as relações do novo governo para com os Estados Unidos veio ainda em 1964, após o incidente do golfo de Tonquim²⁰² em agosto daquele ano, que culminou na aprovação do congresso dos Estados Unidos para uma escalada militar contra as forças vietcongues e norte-vietnamitas no Sudeste Asiático. Havia em alguns setores da diplomacia estadunidense que o novo governo brasileiro viesse a tomar alguma medida efetiva em apoio as operações militares na Guerra do Vietnã. O embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon, procurou o Ministério de Relações Exteriores e a Presidência da República para expressar de forma célere a perspectiva do seu governo e a expectativa dele para com o Brasil sobre o incidente ocorrido no Sudeste Asiático, em telegrama do dia 7 de agosto temos a nota: “Acrescenta confiar em que o Brasil partilhe da profunda preocupação do Governo

¹⁹⁹ Op. Cit. p. 33.

²⁰⁰ CERVO; BUENO. 2011, p. 394.

²⁰¹ Op. Cit. p. 397.

²⁰² O incidente do golfo de Tonquim ocorrido entre os dias 2 e 4 de agosto é tido por alguns autores e especialistas como uma operação de bandeira falsa por parte do executivo e dos militares dos Estados Unidos, justamente buscando legitimar perante o quadro doméstico do governo a escalada e intervenção militar no país do sudeste asiático. Contudo, para fins mais pragmáticos, nesta dissertação não nos aprofundaremos em tais questões. E exploraremos a situação a partir da exposição do governo estadunidense de que a agressão partiu efetivamente das forças norte-vietnamitas, compreendendo, portanto, a solidariedade do governo brasileiro perante o ocorrido.

americano e esperar que dê expressão adequada a essa preocupação no Conselho de Segurança²⁰³. Por sua vez, o governo brasileiro confiou ao seu embaixador, Juracy Magalhães, a entrega da mensagem por parte da Presidência da República, no dia 11 de agosto. Nela, o presidente Castelo Branco expressa uma preocupação em relação ao ocorrido, mas mantém o apoio retórico e a manutenção dos esforços pela paz dentro da ONU, uma postura habitual de jargão diplomático²⁰⁴. Pensando estritamente na lógica dos círculos concêntricos, ao Brasil, operações de maior escala no continente asiático não estavam nos interesses do país, que por sua vez, deveria reiterar uma posição de apoio aos Estados Unidos no campo internacional de combate ao comunismo. Documentos da embaixada brasileira em Bancoque, Tailândia, mostram que alguns setores da diplomacia estadunidense especialmente em Saigon, Vietnã do Sul, esperavam medidas mais enérgicas do governo brasileiro, contudo, estas não eram compartilhadas pelos executivos em Washington, embora a frustração pela negativa de apoio brasileiro ocorresse de forma velada. É interessante notar que o presidente brasileiro não cedeu a tais pressões, e o auxílio do país ao conflito no Vietnã ocorreu de forma retórica e materializou-se no envio de suprimentos e utensílios médicos. Durante a gestão de Vasco Leitão da Cunha, tal postura manteve-se como norma e o assunto no Brasil não encontrou maiores ecos²⁰⁵, e nem o governo estadunidense, nesse período, esforçou-se para mudar a posição brasileira. Vasco Leitão da Cunha no depoimento ao CPDOC se posicionava da seguinte maneira, que também ilustra um pouco da posição do país no conflito:

Entrevistador[a]: Como se comportava o Brasil diante da Guerra do Vietnã? Parece que o presidente Johnson escrevia com frequência ao presidente Castelo pedindo apoio.

Vasco Leitão: Sim. Mandava que o Lincoln Gordon entregasse suas cartas ao Castelo. E o Castelo, nisso, fazia como Getúlio: dava sua solidariedade admirativa. Eu achava que devíamos atender ao Johnson mandando ambulâncias em uma missão militar do Estado-Maior, como fizemos na Primeira Guerra Mundial, quando uma missão de médicos foi para a França levar a nossa solidariedade.

Entrevistador[a]: Mas o senhor não era a favor de uma participação direta do Brasil?

Vasco Leitão: Não. Eu achava que o Brasil devia fazer um gesto e, repito, manda uma missão para tomar conhecimento de como era a guerra e levar nossa solidariedade aos

²⁰³ Telegrama confidencial para a Embaixada em Washington, 7 de agosto de 1964. In: CARRIÈRES, Op. Cit. p. 105.

²⁰⁴ Nota do Embaixador Juracy Magalhães ao Secretário de Estado, Dean Rusk, Washington, 11 de agosto de 1964. In: Op. Cit. p. 106.

²⁰⁵ No relatório do ministério de relações exteriores de 1964, na parte das relações Brasil-EUA o tema do Vietnã não é sequer mencionado.

Estados Unidos, levar apoio material e moral à população do Vietnã. Nós fizemos isso na ação Dominicana.²⁰⁶

Tratada a questão do conflito no Vietnã, as relações bilaterais com os Estados Unidos encontraram um maior esforço da diplomacia brasileira em temas econômicos. No relatório do ministério sobre o ano de 1964, das seis páginas que cobrem as relações Brasil-EUA, quatro páginas são dirigidas a temas econômicos, tratando dos empréstimos e da alocação de recursos advindos da Aliança para o Progresso no Brasil. No dia 3 de dezembro de 1964, durante a XIX assembleia geral das Nações Unidas, após o discurso de abertura o chanceler brasileiro teve uma reunião com seu homólogo estadunidense, Dean Rusk. Natural de encontro de tamanha envergadura, inicialmente ele teve uma pauta abrangente, tratando um pouco de cada tema, mas o chanceler brasileiro dirigiu seus esforços para a questão econômica.

O Ministro de Estado chamou a atenção do Senhor Rusk para o inestimável serviço prestado ao continente e ao mundo ocidental pela Revolução brasileira, sem a qual uma parte decisiva do continente estaria hoje entregue ao caudilhismo peronista, no Brasil e, possivelmente, na Argentina, com sua sequela comunizante, afetando os destinos do Uruguai e do Chile. Ajudar o Brasil a manter o rumo que lhe traçou o Governo da Revolução e, portanto, do interesse geral do Hemisfério. Daí a necessidade de os Estados Unidos da América facilitarem a execução do programa econômico do atual Governo brasileiro, mediante a concessão dos créditos solicitados, mesmo sem aguardarem a concordância prévia do Fundo Monetário Internacional.²⁰⁷

A aversão gerada pelo governo João Goulart aos Estados Unidos, fez com que este suspendesse diversos aportes financeiros ao Brasil, além de cobrar parcelas dos empréstimos feitos por gestões anteriores. No entanto, após a ‘revolução’ brasileira, o governo estadunidense retirou parte de suas interrupções a novos empréstimos, e foi mais brando na renegociação das dívidas anteriores. O trecho anterior nos mostra como a diplomacia brasileira, na figura de Vasco Leitão da Cunha, justamente se apropriava de parte da retórica vinda da Operação Pan Americana do governo JK, alinhando o desenvolvimento econômico como forma de se combater a influência das ideologias de esquerda, especialmente em um momento em que a Revolução Cubana e sua guinada à esquerda estavam consolidadas no continente. Ainda sobre a cooperação econômica é interessante mencionar o discurso que Juracy Magalhães proferiu em nome do chanceler brasileiro para parte da comunidade empresarial dos Estados Unidos, como afirma o próprio Carrières:

²⁰⁶ CUNHA, Op. Cit. p. 290.

²⁰⁷ Comunicação reservada do Itamaraty endereçada ao Ministério da Indústria e Comércio, com resumo das conversações mantidas em Nova York entre Vasco Leitão da Cunha e Dean Rusk, 5 de fevereiro de 1965. In: CARRIÈRES, Op. Cit. p. 119.

O discurso é relevante por articular, mais detalhadamente, mensagens que o governo buscava então transmitir para audiências estrangeiras, do empenho pela “sanidade econômico-financeira” à “defesa das instituições democráticas”. Acenava-se para o lado americano com a perspectiva de crescentes importações de bens de capital, necessárias à modernização do País. Em contrapartida, demandava-se maior atenção à deterioração dos preços das matérias-primas brasileiras, sobretudo o café. A obtenção de créditos no âmbito da Aliança para o Progresso é outro interesse acentuado no discurso, em que transparece a expectativa de gestos concretos para a consolidação de parceria especial com o Brasil.²⁰⁸

E aqui podemos inserir a seguinte análise. Baseado na perspectiva da lógica da Guerra Fria a presidência de Castelo Branco, representada na gestão de Vasco Leitão da Cunha, buscou reinserir o país no alinhamento automático aos Estados Unidos para temas internacionais, na defesa retórica da liderança dos EUA no ‘mundo livre’, buscando realizar ações concretas de política externa apenas no âmbito regional, que veremos em breve a seguir. No entanto, boa parte dos esforços da diplomacia brasileira nesse momento concentraram-se em atender as necessidades econômicas do novo governo, pautadas pela mudança política e a perspectiva liberalizante o Itamaraty instrumentalizou uma série de iniciativas e tratativas bilaterais com os Estados Unidos que viessem a atender os anseios por maiores investimentos. No relatório que o embaixador em Washington, Juracy Magalhães, apresenta ao ministério sobre sua administração frente à embaixada em 1964²⁰⁹, os esforços de reaproximação do novo governo visam contemplar a retórica “defesa e luta do hemisfério ocidental pela liberdade”, mas principalmente em materializar esse realinhamento em forma de investimentos para o novo governo brasileiro. É categórico afirmar que, baseado nos princípios da teoria dos círculos concêntricos, a atuação da diplomacia brasileira nas relações interamericanas e bilaterais com os Estados Unidos tinham um objetivo claro e bem definido: a retomada dos investimentos e empréstimos por parte deste país e dos órgãos monetários por ele chefiados, ou influenciados. Um outro ponto que reafirma essa postura e a defesa pessoal empreendida por Vasco Leitão da Cunha sobre os acordos de investimentos assinados de forma bilateral, e que foram recebidos com resistência por parte do Congresso Nacional, vistos como ameaçadores à soberania nacional, onde o próprio chanceler chegou a discursar no Senado Nacional visando convencer os congressistas e respaldar as políticas liberais do novo governo²¹⁰. O apoio aos Estados Unidos não se configurava de forma irrestrita. A manutenção dos interesses nacionais, na perspectiva do novo governo, barrava ações fora do escopo da diplomacia brasileira, vide o

²⁰⁸ Op. Cit. p. 127.

²⁰⁹ Relatório confidencial do Embaixador Juracy Magalhães, Washington, 22 de dezembro de 1964. In: Op. Cit. p. 155 – 176.

²¹⁰ Exposição do Ministro de Estado no Senado Federal, 16 de junho de 1965. In: Op. Cit. p. 195 – 211.

conflito do Vietnã, e buscavam no âmbito bilateral o estreitamento de relações que pudesse reconduzir o fluxo de empréstimos e investimentos internacionais ao Brasil.

3.3.2. América Latina e Segurança Coletiva

Enquanto na seção anterior deste subcapítulo olhamos para as relações bilaterais com os Estados Unidos, e traduzimos elas na forma de concerto ideológico e objetivos financeiros. Agora, ainda nas relações hemisféricas vamos perceber como parte da retórica deixava o aparato discursivo e se configurava em ações práticas. Importante salientar, ainda na perspectiva da teoria dos círculos concêntricos, a posição do Brasil visto como um ator ‘subimperialista’ exigia um combate vigoroso às ideologias externas ao continente, principalmente pautada no resguardo da segurança interna e coletiva.

Entrevistador[a]: Quais foram suas primeiras missões como ministro do Exterior? Que questões tiveram de ser atacadas em primeiro lugar?

Vasco Leitão: Em primeiro lugar era preciso obtermos o reconhecimento do governo pelos outros países, que foi imediato. O único que disse “mas, mas”, que não reconheceu logo, foi a Venezuela. O México, que é do contra, reconheceu. O Uruguai, que então era a Suíça da América, reconheceu. No fim de 15 dias todo mundo tinha reconhecido, menos a Venezuela, que, saída de trinta e tantos anos de ditadura, resolveu ser mais democrática que as grandes democracias. Depois, quando presidi a IX Conferência de Chanceleres, o ministro do Exterior venezuelano, que havia tomado essa posição, veio me pedir para ouvir a queixa da Venezuela contra o Fidel Castro. Ou seja, o venezuelano que não nos reconhecia veio me pedir para resolver um negócio a favor da Venezuela! Mais tarde, sendo já ministro do Exterior Juracy Magalhães, a Venezuela acabou reconhecendo o governo da revolução. No meu tempo deixei lá um cônsul, um rapaz chamado Alberto da Costa e Silva. Não ia romper relações, mas diminuí a categoria.

É inegável que a partir de uma mudança abrupta de regime, o novo governo fosse ser recebido com relativa desconfiança por outros países. No continente americano, a ressalva partia especialmente dos governos sob regime ainda democrático, sem terem sofrido ou passado por processos semelhantes ao ocorrido no Brasil. Imediatamente após o golpe de 1964 a Venezuela não reconheceu o novo governo brasileiro, embaçada na Doutrina Betancourt de política externa, os venezuelanos não reconheciam governos advindos de golpes de estado²¹¹. O México tinha uma postura similar, acabou não reconhecendo o governo de imediato, mas tampouco optou pela ruptura total com o Brasil. O Peru, embora de certo modo alinhado com as posições da política externa dos Estados Unidos para o continente, teve alguma relutância em reconhecer o novo governo brasileiro. Assim também estava o governo uruguaio,

²¹¹ CERVO; BUENO, Op. Cit. p. 394.

pressionado por um episódio semelhante dois anos antes no outro lado do estuário do Prata, o golpe de estado na Argentina que derrubou o presidente Arturo Frondizi. Mas destaca-se também os receios ao novo governo brasileiro vindos de outros países; como por exemplo, os novos estados africanos, engajados na luta anticolonial; os europeus ocidentais que buscavam se desvencilhar dos Estados Unidos e assumir uma agenda própria e os países do bloco comunista, que havia estabelecido relações no governo anterior e viam com preocupação essa nova fase de rumos ideológicos brasileira, ameaçando uma relação recém estabelecida e sem bases sólidas. No entanto, como já vimos e agora reforçamos, o novo governo era aplaudido e respaldado pelos Estados Unidos. A posição de Washington era embasada pelas visões negativas que este tinha sobre as condutas da política externa independente de Quadros e Goulart, especialmente deste último, e suas tendências consideradas ‘esquerdistas’, o que impôs significativos atritos nas relações EUA-Brasil e nos órgãos multilaterais do hemisfério no início da década de 1960, que encontrou seu auge por conta da questão cubana e seu governo revolucionário. Em contraste com a postura de seus antecessores, quando eclode a crise da República Dominicana em 1965, o governo Castello Branco passou a adotar medidas alinhadas com as intenções dos Estados Unidos, culminando no envio de tropas brasileiras ao país insular através das Forças Interamericanas de Paz, a FIP, esperando assim ganhar apoio em suas pretensões nacionais e interesses econômicos. Contudo, reiteramos, esse alinhamento não representava adesão aos planos da política externa estadunidense, mas compactuava com princípios bem estabelecidos pela doutrina da ESG e a teoria dos círculos concêntricos.

O alinhamento não foi tão automático quanto se apregoa, embora as boas relações com os Estados Unidos fossem consideradas prioritárias, verifica-se que, com a consolidação do regime autoritário, foram surgindo diversos pontos de desacordo e tensão nas relações e posições defendidas por ambos os países, estas tensões refletiam as ambiguidades internas e externas de tais sociedades.²¹²

Estes pontos de desacordo do governo brasileiro com os Estados Unidos serão mais perceptíveis em governos posteriores, como do presidente Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, que compreendem com o período do presidente Jimmy Carter nos Estados Unidos e uma maior defesa de temas atrelados aos direitos humanos. Contudo, esse tema foge do nosso escopo, é mencionado aqui apenas para ressaltar que o alinhamento com os EUA possuía limites.

²¹² VILELLA, 2007, p. 141.

O primeiro episódio significativo das ações da diplomacia brasileira pós 1964 trata-se do rompimento com Cuba, e seu governo de caráter revolucionário. Contudo, abrimos esta parte com a seguinte citação:

A importância da URSS – juntamente com a ameaça do comunismo internacional – não foi tanto direta como indireta: foi imaginada, exagerada e percebida como sendo mais relevante do que era. A questão cubana, abrangendo os cinco anos de 1959 a 1964, cristalizou esta ameaça e colocou-a em foco, estendendo assim a Guerra Fria à região muito mais do que no passado. No que seria um novo e violento capítulo da história da região, este conflito, por sua vez, foi posteriormente internalizado, latino-americanizado e duramente travado na região. No centro das divisões ideológicas que se seguiram em vários países latino-americanos estavam fortes divergências sobre Cuba, o seu exemplo, o seu papel no apoio à atividade revolucionária no hemisfério e o que isso significava para a relação da região com o resto do mundo.²¹³

É interessante apontarmos do excerto acima algo que vai de encontro com nossa perspectiva. Primeiro, de que a questão cubana colocou os conflitos da Guerra Fria dentro da região, mas mais relevante ainda, eles foram internalizados pelos países latino-americanos. A agitação revolucionária promovida por Cuba, representava uma ameaça direta aos governos a partir da concepção de inimigos internos, atores subversivos que atentavam contra a lei e a ordem dos países. Como a autora coloca, a revolução cubana e suas consequências “cristalizaram esta ameaça”. Por isso, a ruptura com o país insular caribenho se tornou tão relevante para o novo governo. Na prática, o rompimento não apresentava grandes consequências para o país. Entretanto, o seu valor simbólico e retórico na luta contra o comunismo internacional encontra ecos na dividida sociedade brasileira. Na concepção de Vasco Leitão da Cunha, que havia sido embaixador em Havana, a guinada à esquerda do governo cubano culminou com a efetiva exclusão do país dos sistemas interamericanos, dado que a ‘ideologia comunista’ era incompatível com o continente. “Não foi uma expulsão, foi uma auto-expulsão! O Fidel se declarou comunista no fim do ano de 61, de maneira que não cabia outra coisa senão desistir da solução finlandesa”²¹⁴. A primeira pressão com que Vasco Leitão da Cunha teve de lidar ao assumir a pasta, foi justamente vinda de dissidentes cubanos que urgiam a necessidade do novo governo brasileiro em romper com a ilha²¹⁵. Havia também uma

²¹³ HARMER, 2019, p. 151. Tradução do autor, no original: The USSR’s significance – along with the threat of international Communism – was not so much direct as indirect: it was imagined, exaggerated, and perceived to be more relevant than it was. The Cuban question, spanning the five years from 1959 to 1964, crystallized this threat and brought it into focus, thus extending the Cold War into the region far more than in the past. In what would be a new, violent chapter of the region’s history, this conflict, in turn, was subsequently internalized, Latin Americanized, and bitterly fought out within the region. At the heart of the ideological divides that followed in various Latin American countries were sharp disagreements over Cuba, its example, its role in supporting revolutionary activity in the hemisphere, and what it meant for the region’s relationship with the rest of the world.

²¹⁴ CUNHA, Op. Cit. p. 237.

²¹⁵ Telegrama para Leitão da Cunha de dissidentes cubanos. In: CARRIÈRES, Op. Cit. p. 241.

forte pressão interna para o rompimento, vindo principalmente de Carlos Lacerda e setores civis, mais preocupados com as questões do perigo moral da revolução.

Tínhamos mantido relações em termos normais, utilizando a nossa presença para pôr os asilados em lugar seguro. Mas quando se estabeleceu a dificuldade de soltar os asilados criou-se um impasse. Não adiantava a gente ficar lá. Quando propus a ruptura, o Carlos Lacerda já vinha me buzinando os ouvidos havia semanas. Telefonava para o Itamaraty para me mandar: “Como é possível que você ainda não tenha rompido relações com o Fidel Castro?” E eu dizia: “Carlos, estou aguardando a oportunidade.” Ele: “Você está é protegendo esse patife! Você vai acabar brigando comigo!” Eu: “Você é que vai acabar brigando comigo!”²¹⁶

Enquanto para Carlos Lacerda e o setor civil, havia uma urgência no rompimento com Cuba, setores internos do governo olhavam a situação com mais parcimônia, ponderando algumas questões, a principal delas era se a ruptura deveria partir de forma unilateral por parte do estado brasileiro, ou se para manter um coro com as demais nações americanas fosse interessante aguardar um rompimento coletivo em processo orientado dentro dos órgãos interamericanos. Estas opções inclusive constam na ata da 23ª sessão do conselho de segurança nacional, de 24 de abril de 1964²¹⁷. Para nós, o que justifica tal posicionamento é o fato de que para o novo governo o rompimento era claro e iria proceder, os militares orientados pelo Itamaraty estavam apenas a resguardar o momento em que pudesse se obter desta ação um maior capital político-propagandístico interno, um aceno a comunidade externa ocidental anticomunista, bem como considerar um esforço em minar o governo revolucionário de Fidel Castro. Reforçamos essa nossa posição com algumas passagens da mencionada reunião a seguir. Fala do ministro extraordinário para os assuntos do gabinete civil, Luís Viana Filho:

Temos que atentar para as circunstâncias atuais da Revolução no país, da Revolução que estamos empenhados em levar a cabo, dando-lhe o necessário crédito, uma necessária base popular indispensável ao êxito da própria Revolução. Acredito que seria mais conveniente aguardarmos a manifestação da OEA.²¹⁸

Fala do ministro da Indústria e do Comércio, Daniel Agostinho Faraco:

[...] Creio que seria de todo inconveniente que amanhã, juntamente com o anúncio de um plano de medidas que vão carregar a popularidade, se anunciasse o rompimento. Deveria ser escolhido o momento do rompimento.²¹⁹

Fala do ministro da educação e cultura, Flávio Suplicy Lacerda:

²¹⁶ CUNHA, Op. Cit. p. 280.

²¹⁷ CARRIÈRES, Op. Cit. p. 247 – 263.

²¹⁸ Op. Cit. p. 263.

²¹⁹ Op. Cit. p. 262.

Senhor Presidente, acho que o Brasil tem vivido nesses três anos sob a suspeita do mundo ocidental, principalmente porque tem acolhido o regime cubano. Isso, no meu entender, precisa de um fim imediato. Cuba já rompeu com o Brasil pela agressão verbal de seu ditador; por isso mesmo, ou sou pelo rompimento imediato.²²⁰

Fala do ministro da guerra, Arthur da Costa e Silva:

Sou pela suspensão imediata das relações com Cuba, atendendo às finalidades da Revolução. A mim me parece que os objetivos da Revolução estão sendo relegados a um plano secundário. Um dos fatores principais da comunização do país era a Embaixada de Cuba. Vencedora a Revolução, sou pelo imediato rompimento das relações com Cuba, como uma satisfação ao povo. Disse Vossa Excelência, Senhor Presidente, que antes de darmos ao povo medidas que lhe agradassem, íamos tomar medida de interesse internacional. Esta é uma medida que agrada ao povo e que servirá para que se afirme ao continente e ao mundo que esta Revolução foi feita contra o comunismo.²²¹

Fala do ministro da justiça, Milton Campos:

A mim me impressiona que o Brasil tome a iniciativa; não pela repercussão interna, pois tal seria ótimo. Se o Brasil muda de atitude, agora, em relação a sua profunda dissidência com o regime de Cuba, através de sua gestão na OEA, o país terá atingido o mesmo fim, em curto prazo, com o mesmo proveito no conjunto das nações americanas. Proponho a solução que o Senhor Ministro das Relações Exteriores oferecer.²²²

E por fim, a exposição do chanceler, Vasco Leitão da Cunha:

Com relação aos dois países em questão, nossa situação não será pior do que era, porquanto nossa situação, embora representada por agentes diplomáticos, estava num ponto morto, pois que não conseguia trazer Cuba de volta à convivência continental. Do ponto de vista comercial não há consequência alguma, porque Cuba produz as mesmas coisas que o Brasil. Do ponto de vista político e psicológico, será um golpe extremamente forte na moral do atual governo de Cuba, porque a declaração de Fidel Castro foi uma sangria em vez de saúde. Tivemos informação de que a Revolução de 31 de março causou grande preocupação no Governo cubano, porque ele se sente cada vez mais isolado no continente. Com relação à repercussão no continente, os países que ainda não se animaram a romper relações, por causa da atitude brasileira, se sentirão fortalecidos para tomar essa atitude, apesar de certas contingências da política externa. O Governo mexicano possui um sentido revolucionário. O Governo chileno está em vésperas de eleições, que se realizarão em setembro, e não quererá atrasar-se a esse gesto, pelo fato de reechar agravar os efeitos e de trazer material político favorável à propaganda comunista. Na Venezuela a situação é mais ou menos a mesma. Outro país, a Bolívia, que tem uma situação semelhante, ontem reconheceu o Governo brasileiro e será beneficiada por tal fato. Creio que o que está em jogo não é o rompimento, porque ele virá de qualquer maneira quando quinze dos vinte e um países já romperam suas relações. A reunião da OEA virá consagrar uma coisa já feita, acrescentando mais alguns países. Este gesto poderia ter sido executado pelo Governo deposedo baseado na solidariedade continental e no precedente da Conferência da Costa Rica, que foi unânime pelo rompimento com o Governo Trujillo; por isso, o próprio Governo João Goulart poderia ser levado a romper com Cuba. Convém marcar, do

²²⁰ Op. Cit. p. 261.

²²¹ Op. Cit. p. 259.

²²² Op. Cit. p. 259.

ponto de vista da opinião pública, a diferença entre o Governo do Presidente Castello Branco e o do Senhor João Goulart.

Trouxemos perspectivas de diferentes ministros de estado brasileiro, e em todas as falas o rompimento com Cuba é tratado como uma certeza. As ponderações giram justamente em torno de quais ações trariam maior benefício e capital político para o novo regime. É possível afirmar até mesmo que a urgência de Carlos Lacerda, líder civil, pelo rompimento também visava atender aos seus interesses e ganhos políticos. Uma vez que ele poderia argumentar que teve alguma agência no processo, e angariar algum prestígio desse movimento também. Por fim, a fala de Vasco Leitão da Cunha ilustra bem sua postura como ministro de estado, ponderar não só as consequências de a ruptura como ter em mente o contexto político da região. James Hershberg²²³ chama atenção que mesmo tendo sido embaixador em Cuba, e estado próximo de Fidel Castro e outras lideranças revolucionárias, o diplomata brasileiro nunca escondeu sua antipatia ao comunismo, e reforça interpretação dele de que Cuba caminhou para a própria exclusão.

Afastada a questão cubana, o país poderia atentar-se ao seu entorno mais imediato. E o chanceler Vasco Leitão da Cunha empenhou-se em estreitar os laços de amizade entre o Brasil e a Argentina. O diplomata nunca escondeu que as relações entre os dois países deveriam superar a fase do confronto herdada do antagonismo das alas militares, uma política retrógrada do século XIX. É interessante salientar que Brasil e Argentina também caminharam juntos e mantiveram uma política exterior mais estreita durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart no Brasil e Arturo Frondizi na Argentina, que visavam cooperar para uma maior inserção de ambos os países no cenário internacional, movimento que se denominou ‘espírito de Uruguiana’ por conta de uma reunião bilateral entre Quadros e Frondizi na cidade gaúcha. Não é possível mensurar, pelo menos não neste espaço, se a aproximação entre os dois estados herdou características desse período citado, ou se foi justamente a ocorrência de movimentos políticos semelhantes lá e aqui; ambos os presidentes, Frondizi e Goulart, foram derrubados por golpes de estado, e setores mais conservadores e antiesquerdista haviam tomado as rédeas do governo. A manutenção das condutas de reaproximação teve um breve esfriamento no governo do sucessor de Frondizi, o presidente José Maria Guido que privilegiou as relações bilaterais EUA-Argentina em um contexto semelhante ao do Brasil, o seu sucessor Arturo Humberto Illia, por sua vez retomou a política de reaproximação com o Brasil, pautada na cordialidade recíproca e na cooperação para a resolução de assuntos de interesse mútuo entre os dois países.

²²³ HERSHBERG, 2014.

Essa assistência viria a encontrar ainda mais respaldo após um novo golpe na Argentina, mas que viria a colocar os militares efetivamente no poder em 1966.

Em um panorama geral, as relações com os vizinhos foram se estreitando à medida que os Estados Unidos também pressionavam os seus pares latinos por conta de outros movimentos que ocorriam, os mais notórios eram as guerrilhas inspiradas na Revolução Cubana e que passaram a atuar em diversos países como Colômbia, Guatemala, El Salvador e Venezuela. Esta última que vira inclusive pedir uma posição brasileira favorável à sua reivindicação na reunião de ministros de relações exteriores de Washington em 1964. No caso da Colômbia, a situação era um pouco mais delicada, dado que no insucesso dos governos colombianos em contornar as sucessivas crises sociais, surgiram duas guerrilhas de orientação marxista: a ELN (Exército de Libertação Nacional) e as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). A embaixada brasileira em Bogotá, no período, mediante orientação de Vasco Leitão da Cunha coordenou esforços para não só estar à parte da situação do país, bem como para repassar as informações aos Estados Unidos²²⁴. Dos países andinos, Bolívia também assistiria a um golpe de estado em 1964, conseqüentemente buscou apoio do governo brasileiro. Peru que apresentava alguma resistência deu um visto parecer ao novo regime após Vasco Leitão da Cunha recomendar o veto da venda de armas e munições ao Equador, por conta do histórico conflito fronteiriço entre os dois países. É preciso estar atento que tal movimento não foi feito visando uma predileção pelas relações com o Peru, mas uma recomendação interna da chancelaria brasileira ao ministério da guerra justamente por conta do histórico de conflito, a prerrogativa era de se evitar uma crise de maior escala no continente e não de apoiar um estado em detrimento do outro. No Chile, o presidente Eduardo Frei Montalva nutria simpatias pelo regime militar brasileiro, em ambos os países ressoavam a retórica de combate ao comunismo, integração econômica, e cooperação para o desenvolvimento; Vasco Leitão da Cunha inclusive tratou de agilizar um encontro entre ambos os presidentes em 1965 durante uma viagem de estado do chileno à Europa, já que ele estaria em trânsito pelo território brasileiro:

Rogo a Vossa Excelência reiterar a esse Governo a satisfação com que o Presidente Castello Branco acolherá o Presidente Frei no Aeroporto do Galeão, no próximo dia 30. O Presidente Castello Branco desejaria trocar ideias, na ocasião, sobre os seguintes pontos: 1) a situação na República Dominicana; 2) as responsabilidades da OEA no continente e as discussões pertinentes na próxima Conferência do Rio de Janeiro; 3) problemas da integração econômica e a ALALC [Associação Latino-Americana de Livre Comércio]; 4) estratégia do comunismo na América Latina. Além desses temas, o Presidente Castello Branco gostaria de examinar as relações do continente com os

²²⁴ Ver: Ofício secreto da Divisão da América Meridional para Embaixada em Washington, 8 de julho de 1965. In: CARRIÈRES, Op. Cit. p. 371.

Estados Unidos da América e com a França. Rogo, igualmente, indagar quais os tópicos sobre os quais, por seu lado, desejaria o Presidente Frei conversar.²²⁵

Contudo, o evento mais simbólico da gestão de Vasco Leitão da Cunha em relação a política continental deu-se em meio à crise da caribenha República Dominicana, em 1965. Aqui se coadunam o período de maior agência da diplomacia brasileira em relação aos temas de segurança coletiva, defesa do sistema interamericano e a representação prática da teoria dos círculos concêntricos. Além disso, a vigorosa atuação brasileira na República Dominicana, acabou compensando a ausência em relação ao conflito no Vietnã, pois reforçou a proximidade e o alinhamento do governo militar brasileiro junto aos Estados Unidos no combate às “forças subversivas do continente”. A ideia de combater na ilha caribenha com uma força militar interamericana também vincula a interdependência destes estados na construção das fronteiras ideológicas, ou seja, a concepção de que o continente americano seria uma área incompatível com a ideologia comunista. Para o próprio Vasco Leitão, uma atuação enérgica em Santo Domingo mostraria como o sistema interamericano era coeso. Para autores já mencionados como Paulo Visentini, Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno a atuação na República Dominicana foi o episódio que configurou a percepção do Brasil como um ator ‘subimperialista’ no continente. O primeiro autor ainda reforça, Brasília esperava de Washington uma legitimação deste status de ‘sub liderança’ hemisférica, além de mais investimentos para o seu projeto de governo²²⁶. Contudo, a maioria dos países latino-americanos recebeu com alguma ressalva essa posição autoimposta do Brasil. além disso em meio à intervenção na República Dominicana surge a Força Interamericana de Paz, FIP, que tanto Brasil como Estados Unidos desejavam sua manutenção, inclusive com defesa explícita do próprio chanceler brasileiro: “Eu apoiava muito a existência de uma força permanente, porque achava que era uma maneira também de controlar os Estados Unidos²²⁷”; porém, para muitos outros países uma força de paz permanente no âmbito da OEA significaria um instrumento de intervenção legítima dos Estados Unidos nos assuntos internos de qualquer país do continente, posteriormente vetada pelos estados latino-americanos.

De forma resumida, a crise da República Dominicana tem início após o assassinato do ditador Rafael Trujillo em 30 de maio de 1960, que havia governado o país por pouco mais de trinta anos. Seguido a isto, há uma crise política entre os anos de 1961 e 1962 que permitem um maior protagonismo de opositores do antigo regime com diversas pautas e ideologias, entre eles

²²⁵ Telegrama secreto para a Embaixada em Santiago, 22 de junho de 1965. In: CARRIÈRES, Op. Cit. p. 367.

²²⁶ VISENTINI, Op. Cit. p. 40

²²⁷ CUNHA, Op. Cit. p. 291.

Juan Bosch que estava em exílio; um governo provisório é estabelecido com mediação da OEA e eleições são marcadas para dezembro de 1962, na qual sai vitorioso Juan Bosch eleito sobre uma plataforma nacionalista de esquerda, com alguns poucos setores de inspiração marxista devido ao contato com o regime cubano, contudo, esse elemento foi suficiente para incentivar um golpe militar que o depôs em setembro de 1963. Mais do que apenas ter uma ala mais à esquerda no governo, parte do incentivo ao golpe partiu de setores privados ligados a empresas estadunidenses uma vez que o governo Bosch foi marcado por estatizações e cerceamentos de empresas privadas. Após a deposição, Bosch retornou para o exílio e um triunvirato passou a governar o país, porém com pouquíssima legitimidade política o que acabou agravando a situação permitindo um novo movimento insurrecional. Um grupo denominado de constitucionalistas defendeu a restauração de Bosch ao poder, conseguiu articular a luta armada contra o governo, e em 24 de abril de 1965 é deflagrada uma revolução que derruba o regime de Donald Reid Cabral, líder do triunvirato. No dia 25, as forças rebeldes lideradas por Francisco Caamaño entram na capital, Santo Domingo, sem encontrar muita resistência, isolado na capital e dependente de seus generais que estavam fora dela Reid Cabral encontrava-se sitiado no palácio presidencial, mas não houve intenção por parte dos rebeldes de tomá-lo como prisioneiro, uma vez que eles desejavam uma saída diplomática para o conflito. Foi com essa hesitação dos rebeldes constitucionalistas, somada à mobilização das forças pró-governo pelo general Elias Wessin e a articulação da embaixada estadunidense em informar a situação a Washington que permitiram um contra-ataque e a deflagração da guerra civil no país. A embaixada brasileira em Santo Domingo, também se encontrava no meio do fogo cruzado.

É dito que a intervenção dos Estados Unidos se deu por uma solicitação do governo de Santo Domingo, e pela necessidade de proteger cidadãos estadunidenses na ilha. Contudo, conforme afirma Piero Gleijeses²²⁸, obtidas as informações da situação na capital através da embaixada o governo americano percebeu que Reid Cabral estava isolado e o triunvirato poderia perder o controle da capital. Para isso, com a promessa de um auxílio militar estadunidense, a embaixada em Santo Domingo instigou as forças da junta militar de Elias Wessin para um contra-ataque por ar, terra e mar evitando a vitória da rebelião. Tendo plena consciência de que o triunvirato não conseguiria reverter o controle da situação na capital, mas apoiando-se na ação militar vinda das próprias forças dominicanas e principalmente temendo uma “segunda Cuba” em uma ocasional vitória dos rebeldes de Francisco Caamaño, é que Washington determina a intervenção no país insular. Sob as prerrogativas ditas anteriormente.

²²⁸ GLEIJESES, 1978, p. 179.

Ocorre o desembarque de fuzileiros navais estadunidenses no dia 28 de abril de 1965. Discurso esse que também foi ventilado pelo próprio Vasco Leitão da Cunha:

Entrevistador[a]: Como o senhor viu a intervenção americana em São Domingos em 1965?

Vasco Leitão: [...] São Domingos era um país que tinha um governo que pediu socorro aos Estados Unidos contra a ameaça de uma subversão liderada pelo Caamaño. Os Estados Unidos atenderam e imediatamente levaram o assunto para a OEA, onde pediram apoio.

Essa retórica apresentada por Vasco Leitão da Cunha é endossada quando olhamos para a documentação do Itamaraty sobre os desdobramentos dos eventos na ilha. No dia 1 de maio em meio a X reunião de consulta dos ministros de relações exteriores, RMRE, por iniciativa chilena em Washington, representantes da secretaria de estado dos Estados Unidos procuraram a representação brasileira em Washington desejando “o Governo americano que o Brasil participe da força armada que seria enviada à República Dominicana, em apoio da decisão que será tomada na sessão desta tarde pelo Conselho da OEA²²⁹”. Note, a intervenção dos Estados Unidos ocorreu no dia 28 de abril, mas apenas no dia 1 de maio, ou três dias depois, é que as representações americanas buscam seus homólogos brasileiros para transferir a coordenação da ação militar para o âmbito da OEA. Proposta que foi apresentada e aprovada na ocasião. Contudo, a requisição formal para colaborar com o envio de tropas só chegou ao governo brasileiro no dia 15 de maio, mais de duas semanas após a intervenção unilateral estadunidense. Na ata da 26^a sessão do Conselho de Segurança Nacional de 15 de maio de 1965, Vasco Leitão da Cunha faz a seguinte exposição sobre o conflito que ocorria:

[...] eu pediria licença a Vossa Excelência para fazer um breve histórico da República Dominicana, porque é um país cujas vicissitudes têm demonstrado uma quase inviabilidade do ponto de vista de organização estatal dentro de um sistema democrático, apesar de muitas tentativas, o que explica em parte os fenômenos que hoje ocorrem na ilha, acrescentados naturalmente de um novo fermento que é o do comunismo internacional que, se prevalecendo das circunstâncias, penetrou profundamente nos grupos revolucionários ora em luta e em presença oposta.²³⁰

Já logo em seu anúncio para a exposição, Vasco Leitão da Cunha determina que o problema do que ocorre na ilha está atrelado ao “comunismo internacional”, perspectiva que encontra confluência com as doutrinas de segurança nacional, e reforçavam a retórica que a ação em Santo Domingo visava impedir a eclosão de uma nova Cuba. No documento, Vasco

²²⁹ Telegrama secreto da embaixada em Washington, 1º de maio de 1965. In: CARRIÈRES, 2021b, p. 279.

²³⁰ Ata da 26^a sessão do Conselho de Segurança Nacional, 15 de maio de 1965. In: CARRIÈRES, Op. Cit. p. 284.

Leitão faz uma longa exposição histórica da ilha de Espanhola e do país, a República Dominicana, em uma parte ele chega a argumentar que Juan Bosch era um “democrata sincero”, mas muito “ingênuo” sucumbiu ao poder da extrema esquerda²³¹. Porém, para não nos prolongarmos mais selecionaremos um trecho mais adiante, sigamos.

A 24 de abril último, irrompeu na República Dominicana um movimento revolucionário de partidários do ex-Presidente Juan Bosch; esse movimento depôs o governo exercido por triunvirato, presidido pelo Sr. Donald J. Reid Cabral, e empossou, como Presidente provisório, o Sr. José Rafael Molina Ureña, homem de confiança do Presidente Bosch. A revolução, porém, não chegou a consolidar-se e, tendo surgido um golpe contrarrevolucionário, chefiado pelo General Elias Wessin y Wessin, e tendo sido constituída uma nova junta de governo presidida pelo Coronel Pedro Bartolomé Benoit, a situação tornou-se rapidamente caótica, sem qualquer vislumbre de ordem pública, pondo em perigo a segurança da população civil, inclusive a dos estrangeiros residentes no país. Diante da impossibilidade de oferecer quaisquer garantias à população, e da grave situação criada pelas turbas entregues ao saqueio e ao assassinato, o Coronel Benoit, na qualidade de Presidente da Junta de Governo, solicitou ao Embaixador dos Estados Unidos da América o envio de um contingente militar norte-americano, o qual desembarcou na República Dominicana a 28 do mesmo mês.

Neste excerto vemos a consolidação da narrativa de que a solicitação pela intervenção partiu como um pedido de socorro pelas forças governistas, e como uma forma de garantir a ordem no país insuflado pela caótica turba revolucionária. Os combates foram deflagrados no dia 24, mas logo no dia 25 a capitulação das forças do triunvirato na capital já era percebida, e que foi o Departamento de Estado junto com sua embaixada na ilha, através da “Força Tarefa da República Dominicana” que observava o desenrolar dos eventos que instigou os contrarrevolucionários a atacarem a capital²³². Na nossa interpretação, o pedido de auxílio do governo dominicano veio depois de Washington já ter decidido pela intervenção.

Foi nessas circunstâncias que a 10ª Reunião de Consulta resolveu solicitar dos governos dos Estados membros que estejam em condições de fazê-lo o fornecimento à OEA, dentro de suas possibilidades, de contingentes militares, navais, aéreos ou de polícia, com o fim de formar com eles uma Força Interamericana, a qual funcionará sob a autoridade da Reunião de Consulta, isto é, sob a autoridade da Organização e não sob a autoridade de um determinado país.²³³

Creio Senhor Presidente, não ser necessário ressaltar a profunda significação que, para o fortalecimento do sistema interamericano, revestiria uma decisão favorável de Vossa Excelência no sentido de submeter à consideração do Congresso Nacional, na forma do preceito constitucional e da Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956, o envio, por parte do Brasil, de um contingente militar para a formação da Força Interamericana. A participação do Brasil na referida Força viria ainda consubstanciar a sua solidariedade com os justos anseios de liberdade democrática e de paz do povo

²³¹ Idem.

²³² LOWENTHAL, 1972., p.101.

²³³ Ata da 26ª sessão do Conselho de Segurança Nacional, 15 de maio de 1965. In: CARRIÈRES, Op. Cit. p. 289.

dominicano, e fortalecer a ação comum em prol da preservação da segurança e da paz no continente.²³⁴

Tanto para os Estados Unidos, como para o Brasil, os eventos ocorridos na República Dominicana tornaram-se um símbolo para o combate às forças subversivas do continente, uma resposta prática à Revolução Cubana e uma forma de fortalecer o sistema interamericano, no âmbito da OEA e nos tratados de defesa. Posições essas que encontram respaldo na primeira citação a fala do Vasco Leitão da Cunha na reunião do Conselho de Segurança. Além disso, em seu pedido para a formação de um contingente que seria enviado a ilha, novamente Vasco Leitão da Cunha faz uma leitura de defesa do sistema e do fortalecimento e solidariedade do bloco continental que contribuiu para a decisão das forças militares em participarem da intervenção. Como abordamos anteriormente, os ganhos políticos do Brasil em acatar a solicitação dos Estados Unidos e encabeçar a liderança da intervenção não só legitimariam a ação, como também afastariam qualquer outra forma de ingerência externa, seja da ONU ou dos países do bloco socialista, ou até mesmo de Cuba. A questão da República Dominicana também se tornou o trunfo da gestão de Vasco Leitão da Cunha, não só o Brasil apoiou efusivamente o processo, com a celeridade da resposta e a precisão das informações com as quais a embaixada brasileira passou também a compartilhar com setores de inteligência dos Estados Unidos acabou dando ao chanceler um forte prestígio. Encerrada sua gestão à frente do Itamaraty, foi apontado como embaixador em Washington, sendo bem recebido pelo governo americano, auxiliando no alinhamento e estreitamento de laços entre os dois países. Washington foi o último posto diplomático de Vasco Leitão da Cunha, que se aposentou em 1968. Por isso, a partir da crise da República Dominicana conseguimos aglutinar nossos principais interesses. Primeiro, ela sim foi um evento que simbolizou a interseção dos interesses nacionais com as políticas de alinhamento internacional com os Estados Unidos, ali se operava dentro do hemisfério continental área da qual o Brasil desejava ter uma posição de protagonismo junto aos Estados Unidos em defesa do sistema interamericano, coadunando novamente, com os a materialização das políticas de interdependência dos estados americanos e dos princípios de segurança coletiva da teoria dos círculos concêntricos, que por sua vez, dão base ao conceito de fronteiras ideológicas. E o segundo, evidenciar como Vasco Leitão da Cunha estava a par destes temas e operou de forma a garantir a manutenção deles, defendendo em sua perspectiva uma atuação autônoma da diplomacia brasileira. E por fim aqui nesta seção reiteramos, não se pode desvincular que as ações do novo governo brasileiro, não só ansiavam por reinserir o

²³⁴ Op. Cit. p. 290.

Brasil numa política de alinhamento com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. A principal razão, à parte das motivações ideológicas, para estas ações de política externa estavam alinhadas com o recorte liberal-econômico, e com o forte desejo do Brasil de angariar fundos para o seu desenvolvimento no capital privado e junto aos órgãos financeiros chefiados pelos Estados Unidos, para isso servia uma política externa de realinhamento prático e ideológico.

Já a FIP, Força Interamericana de Paz, formulada então para assumir a direção da intervenção na República Dominicana, teve seu contingente composto majoritariamente de tropas brasileiras, mais de 1100 combatentes, entre os militares de outros países havia ainda, 250 hondurenhos, 180 paraguaios, 160 nicaraguenses, um pequeno contingente de policiais costa-riquenhos e três oficiais do exército salvadorenho. Obviamente, a maior parte do contingente correspondia aos fuzileiros navais americanos, que foram colocados sob o comando de um oficial brasileiro a pedido da OEA, o marechal Hugo Penasco Alvim. As forças ocupantes permaneceriam no país até setembro de 1966. Contudo, a intervenção na República Dominicana acabou divergindo em setores das forças armadas, o que culminou com a ascensão de um grupo de oposição ao governo Castelo Branco centrados principalmente na figura de Costa e Silva. Esse grupo observava que a posição do Brasil não teve uma recepção unânime entre os seus pares latinos, como já mencionamos a FIP foi vetada como força permanente, e o desejo de conseguir obter dos EUA apoio político e financeiro através dessa atuação não se configurou como desejado.

3.4. O terceiro nível: rupturas, permanências e pragmatismo

Por fim, é preciso dar um olhar geral para a presença e inserção do Brasil no cenário internacional. No capítulo 2 deste trabalho olhamos para as rupturas da política externa a partir do âmbito interno, o governo Castelo Branco junto de Vasco Leitão da Cunha procurara dismantlar diversos dos pressupostos da Política Externa Independente, PEI, dos governos Jânio Quadros e João Goulart. Mas, como estas questões foram lidadas na prática? Neste breve subcapítulo olharemos de uma forma geral para as relações extra hemisféricas, identificando com alguns exemplos onde houve rupturas de fato e onde houve permanências advindas de políticas pragmáticas. Dado que, com o passar dos tempos os próprios militares perceberam que política externa independente não foi de todo um erro, e o Brasil tinha de fato a ganhar muito explorando as relações que não se inseriam na lógica da Guerra Fria, o que se tornou base da política externa brasileira atualmente.

A multilateralização da política externa foi a principal característica da PEI nos anos que antecederam Vasco Leitão da Cunha. Com uma orientação ideológica bem definida, o governo brasileiro presenciou alguns afastamentos e esvaziamentos em algumas relações bilaterais e órgãos multilaterais. Destas, as mais notórias foram com o bloco socialista e a UNCTAD, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento estabelecida em 1964. A realização da UNCTAD pode ser lida também como uma conquista indireta da atuação diplomática brasileira sob a PEI, coadunando seus esforços com os demais países americanos e terceiro-mundistas por uma conferência sobre desenvolvimento econômico e comércio internacional no âmbito da ONU. O problema no caso da UNCTAD foi a infame coincidência dela estar sendo realizada em um momento simultâneo à deflagração do golpe de estado no Brasil em 1964, durante 23 de março e 16 de junho. Pois havia o interesse do novo governo em manter-se como membro atuante no novo órgão, a questão foi mais na forma de conduzir a delegação brasileira que teve de ser substituída em partes, realinhando o seu pessoal à nova conduta de política externa. Os delegados brasileiros partiram para a conferência instruídos sob uma perspectiva e tiveram de mudá-la no seu decorrer. Todas as reuniões preparatórias vinham sendo realizadas desde 1962, de forma que inúmeras delegações brasileiras participaram do processo. Na palestra do secretário Antonio Patriota no Instituto Brasileiro do Café, no Rio de Janeiro em 27 de julho de 1964²³⁵ cerca de um mês após o encerramento da conferência da UNCTAD ele faz o seguinte balanço da participação brasileira:

Nas diversas instâncias preparatórias, assim como no transcurso da própria Conferência, em Genebra, a delegação brasileira, isoladamente ou em conjunto com outras delegações, contribuiu ativamente para aprofundar a análise dos problemas das relações econômicas internacionais. Fê-lo através das numerosas intervenções de seus representantes e, também, mediante a apresentação de fundamentados documentos visando à solução de problemas específicos. Em toda sua ação, procurou sempre demonstrar exequibilidade do confronto de teses entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos, sem que essa confrontação se traduzisse necessariamente em termos de antagonismo. O grande esforço de conciliação que se tornou necessário à última hora, para possibilitar acordos sobre divergências agudas capazes de salvar os trabalhos da Conferência em Genebra, feita pela cúpula da CNUCD com a decidida participação de representantes dos diferentes grupos de países, inclusive o Brasil, viria demonstrar o acerto da posição coerentemente adotada pelo nosso país.²³⁶

Ciente na importância do órgão para os trabalhos acerca do desenvolvimento e comércio internacional, a gestão de Vasco Leitão da Cunha olhou com afinco para esse evento. Buscando mitigar o máximo possível, qualquer conflito que pudesse aparecer oriundo da ruptura e mudança de regime que ocorria simultaneamente no país. Assim, o Itamaraty não hesitou em

²³⁵ In: CARRIÈRES, 2021b, p. 361.

²³⁶ Op. Cit. p. 374.

substituir seus representantes quando algum deles apresentassem um descompasso com a política externa. É notória uma passagem no depoimento ao CPDOC em que Vasco Leitão da Cunha menciona a reprimenda que fez a um dos seus subordinados por uma suposta ação de militância contra Portugal por conta da manutenção do seu sistema colonial. Ação esta que na perspectiva de Vasco Leitão da Cunha teria sido orientada por um dos dissidentes que acabou sendo cassado e aposentado compulsoriamente, Jayme Azevedo Rodrigues.

Entrevistador[a]: Ele estava em Genebra (Jayme), na UNCTAD, e parece que foi muito malvista a sua cassação, não?

Vasco Leitão: Mas eram todos uns loucos! Vem uma delegação do Brasil a Genebra para fazer parte de uma conferência internacional. Nós temos relações de amizade íntima com Portugal. Vai o delegado português à tribuna, e a delegação brasileira se levanta toda e sai da sala! No dia seguinte de manhã veio o embaixador português ao meu gabinete dizendo que pedia providências! Eu lhe digo: “O chefe da delegação já está no caminho.” Era o Otávio Dias Carneiro. Chamei-o e disse: “Mas o que é que vocês tinham na cabeça quando resolveram desacatar o delegado de Portugal? Não sabem que temos boas relações com Portugal?” Ele respondeu: “Ah, mas o ministro nos disse que fizéssemos e acontecêssemos...”

Essa passagem evidencia o que foi dito anteriormente, que a partir da ruptura com o golpe de 1964, as delegações brasileiras apresentavam alguns ruídos dissonantes com as posturas da sua própria política externa. Mas essa citação também nos leva para outro tema que foi um tanto delicado para a diplomacia brasileira, a questão da manutenção do sistema colonial por Portugal. Durante a PEI, havia uma clara predileção pela libertação e independência dos países africanos, se opondo no limite do possível a Portugal na questão. A principal forma de protestos que os embaixadores da PEI encontravam para se opor a Portugal eram com posturas parecidas com a descrita acima e forte teor retórico. Entretanto, dado o longo histórico de relações entre Brasil e Portugal, por motivos óbvios, na prática o Itamaraty buscava um tom mais conciliador, esquivando-se de votações polêmicas desse meandro com abstenções e raramente votando contra resoluções mais efetivas e sanções contra Portugal. Sobre esse tema em específico é interessante olharmos para algumas notas de conversas entre Vasco Leitão da Cunha e Alberto Franco Nogueira, chanceler português. Como vimos anteriormente nos capítulos predecessores, o brasileiro manifestava que as relações com as nações africanas eram de interesse do país, e deveriam ser feitas, mas não em detrimento das relações com Portugal. Segundo Carrières, as notas que apresentaremos inclusive eram usadas pelo governo português como “uma coleção dos argumentos a que Lisboa recorria para obter o apoio brasileiro, visto

como fundamental, na manutenção do império luso²³⁷”. O chanceler português ressaltava que o país teria mais ganhos se adotasse o ponto de vista de Lisboa, a manutenção do sistema colonial inclusive permitiria maiores ganhos com a comunidade lusófona, em detrimento de investidores de outros idiomas e seria um impeditivo as ideologias subversivas vindas da União Soviética.

Uma independência imediata de Moçambique provocaria um esartejamento da mesma pelos vizinhos e de uma intromissão da Índia, da China e da União Soviética. Um governo de tipo comunista em Angola constituiria ameaça para o continente americano. A posição do Brasil na ONU poderia evitar o isolamento de Portugal, no interesse da comunidade luso-brasileira. Angola e Moçambique muitíssimo mais desenvolvidos que os seus vizinhos, com exceção da Rodésia e da África do Sul. [VASCO LEITÃO DA CUNHA] ²³⁸

As notas são atribuídas ao Vasco Leitão da Cunha, a partir de um memorando secreto. E aqui vai apenas uma inferência. Como o chanceler estava às vésperas de deixar a chefia do Itamaraty, para assumir a embaixada em Washington, ele pode ter feito estas notas com intuito de elucidar alguns de seus subordinados sobre posições que ele não poderia assumir publicamente enquanto ocupando o cargo de chanceler das relações exteriores, dado que se vazassem poderiam ter repercussões negativas. Olhando para estas afirmativas e para as que estão presentes nos capítulos anteriores sobre o mesmo tema, não é difícil de imaginar que a dedução anterior esteja errada. Sabemos das posições antipáticas à esquerda de Vasco Leitão, e antes da deflagração do golpe ele estava apontado para assumir a embaixada de Lisboa justamente. E pensando nas relações europeias como um todo, é até automático de se imaginar que Vasco Leitão iria optar por uma boa relação com as nações europeias, até pelo ponto de vista de que boa parte da sua carreira se deu em países do continente, como Finlândia, Bélgica, Itália e Espanha, para citar alguns.

A Europa que no período da distensão da Guerra Fria buscava por uma posição de afastamento dos Estados Unidos. Se formos atentos à geografia, aos europeus não interessava uma guerra contra a União Soviética, pois eles estariam no campo de batalha. A década de 1960 marca o fortalecimento e expansão da Comunidade Econômica Europeia, a antecessora da atual União Europeia, buscando retomar a autonomia e o prestígio que os países europeus tinham antes das duas guerras mundiais. E obviamente, o Brasil também estava interessado em se aproximar neste contexto visando diversificar os investidores e credores do seu desenvolvimento. Em um memorando confidencial de um terceiro secretário do Itamaraty, Luiz

²³⁷ CARRIÈRES, 2021a, p. 503.

²³⁸ Memorando secreto do Ministro de Estado dirigido ao Secretário-Geral de Política Exterior, Antônio Borges Leal Castello-Branco Filho, 6 de dezembro de 1965. In: CARRIÈRES, Op. Cit. p. 505.

Felipe Palmeira, endereçado ao Vasco Leitão da Cunha há um estudo que se apresenta de forma resumida instruindo que:

a América Latina deveria agir com urgência para aproximar-se da CEE, a fim de “evitar perfeito zoneamento das importações comunitárias de produtos tropicais” em benefício de economias africanas. O documento antevê o potencial econômico da Comunidade e adverte quanto aos riscos de demora na aproximação: “a omissão latino-americana poderá acarretar o completo alijamento de uma área que caminha para a posição mais importante no intercâmbio mundial, com a conseqüente redução das exportações e desaceleração do desenvolvimento econômico da América Latina”²³⁹

Os desejos por relações econômicas mais profundas entre União Europeia e países latino-americanos permanecem até os dias atuais. O memorando atenta para alguns fenômenos como a visão de que a Europa passaria a institucionalizar suas relações exteriores pensando em conjunto e em bloco, não subjugando as relações bilaterais, mas elencando uma nova categoria de tratativas e relações. O documento, olha principalmente para a esfera econômica do novo bloco em ascensão: “A América Latina tem linhas tradicionais ou potenciais de comércio com a CEE nos níveis de produtos tropicais, produtos temperados, produtos manufaturados e produtos minerais.”²⁴⁰. Em um cenário onde a exportação de produtos primários acabava sendo parte significativa das exportações brasileiras, o memorando atenta-se a um poupado mercado que estaria disponível afirmando que:

A organização dos mercados internacionais da CEE, no entanto, não compreende, até o presente momento, nenhuma tentativa de sistematizar o acesso de produtos industriais menos complexos. A faixa para negociação é, portanto, pelo menos, inexplorada e ampla.²⁴¹

A gestão de Vasco Leitão da Cunha também mirava a progressão das relações brasileiras com os países europeus a partir da sólida ligação com a Itália. Na perspectiva do chanceler a projeção ‘mundializante’ da PEI foi danosa para os rumos da política externa brasileira e sua relação com os países da Europa. Mais do que buscar espaço e mercados econômicos, o Brasil ainda não tinha apresentado suas credenciais de país relevante no jogo internacional, na perspectiva do chanceler. O realinhamento automático representaria os interesses imediatos do Brasil com seu entorno hemisférico, mas a Europa (ocidental) era também um membro do mundo cristão, democrático e livre, esperava o chanceler uma aproximação que pudesse

²³⁹ CARRIÈRES, 2021a, p. 435.

²⁴⁰ Memorando confidencial do Terceiro-Secretário Luiz Felipe Palmeira Lampreia, da Divisão de Política Comercial, encaminhado ao Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Econômicos, Mário Tancredo Borges da Fonseca, 21 de julho de 1964. In: CARRIÈRES, Op. Cit. p. 438.

²⁴¹ Op. Cit. p. 439.

conjugar ambas as perspectivas o sucesso econômico e uma nova aproximação ideológica, que o Brasil fosse visto na Europa como um igual e não como um representante do terceiro mundo. Em um documento carregado de instruções, Vasco Leitão da Cunha dirige-se ao novo embaixador para Roma, suas instruções carregam algumas das perspectivas que mencionamos anteriormente, consolidando a Itália como a porta de entrada do Brasil na Europa. Vejamos algumas passagens.

Não seria inútil repetir que o Brasil é, ainda, desconhecido na Europa. Tal desconhecimento não resulta quer de inércia oficial, quer de falta de interesse da parte europeia, mas reflete tão somente a realidade de que o Brasil ainda não se projetou no mundo, pagando assim o tributo dos países menores, o de serem mal conhecidos ou mesmo ignorados. Uma ação diplomática na Europa não poderia completar-se, portanto, sem um esforço por utilizar, em prol da projeção de nossa imagem no âmbito europeu, os laços existentes com países que conhecem o Brasil. Se há, além de Portugal, um país em que o Brasil seja conhecido – ao menos relativamente, em comparação à Europa em geral –, tal país é a Itália. Esta, por sua participação na CEE [Comunidade Econômica Europeia], na OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], por sua situação de país mediterrâneo, por sua afinidade com a Suíça, poderia revelar-se um elemento mediador útil ao Brasil, em nossos contatos com outros países europeus, não obstante ocupar posição secundária no plano continental. Por outro lado, a importância e o êxito das relações desenvolvidas entre Brasília e Roma terão repercussões favoráveis nos demais países europeus, daí, também, a relevância da missão confiada a Vossa Excelência.²⁴²

Novamente, é reiterada o desejo de projetar o Brasil com os objetivos de alcançar aportes e sucessos econômicos. A fala do chanceler resume o que apresentamos no parágrafo anterior, tornar a Itália um porta voz de um “novo Brasil” (aspas minhas). Contudo, vemos nas intenções de Vasco Leitão da Cunha uma forma de projetar o Brasil para a Europa longe da PEI, resguardando os interesses destes países e tentando concertar com eles de forma conjunta. Ações que algumas políticas da PEI também haviam realizado, mas a sua maneira. As relações com os países europeus são simbólicas em tentar demonstrar que independente do governo havia um projeto de Estado que queria o Brasil fazer com seus pares do velho continente. Em algum grau, essa postura acabou sendo ameaçada justamente pela defesa explícita do realinhamento que o novo governo brasileiro fazia aos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, mas a continuidade ainda estava lá. Por sua vez, a relação recém instituída com os países do bloco oriental europeu e africanos ficou estremecida. Enquanto na Europa a tentativa de reaproximação do novo governo era vista com algumas ressalvas, pela sua estreita aproximação com os Estados Unidos, entre os citados anteriormente ela era vista de forma ainda mais cautelosa, realista e pragmática. Afinal, o projeto de estado terceiro mundista foi completamente

²⁴² Excerto (parte introdutória e conclusão) de ofício confidencial para a Embaixada em Roma, 28 de setembro de 1964. In: Op. Cit. p. 443.

desmantelado, mesmo diante da retórica do novo governo em manter as relações sem os preconceitos ideológicos.

O bloco socialista, o movimento dos não alinhados, sudeste asiático e os países africanos no primeiro governo do regime militar brasileiro ainda apresentavam reticências nas relações bilaterais. Um ofício da embaixada brasileira em Bancoque na Tailândia aponta para a insuficiência da diplomacia brasileira para com os países do sudeste asiático, desconsiderando aqueles que estavam inseridos no bloco socialista. Para o embaixador brasileiro na Tailândia, tais políticas eram oriundas de um completo desinteresse e falta de coordenação do ministério em tentar se aproximar daqueles países²⁴³. Na acusação do embaixador, a desafeição brasileira para com a região se materializava pelos países estarem na esteira do movimento terceiro mundista, ainda muito visto como uma política da PEI, e de alguns deles possuírem uma predileção filocomunista. Ao nosso ver, o desinteresse da gestão para com os países desse bloco em específico não seria tanto em relação a herança da PEI, mas sim em não conseguir enxergar uma relação econômica viável para com aqueles países naquele momento. Postura pragmática que na relação com alguns países do bloco do leste europeu e União Soviética vão encontrar respaldo, e por isso não apresentam rupturas, mesmo que elas viessem a angariar algum capital político retórico na luta anticomunista. Em relação aos países da Europa oriental a manutenção do desenvolvimento de intercâmbio comercial era fulcral para a manutenção de relações diplomáticas. Na gestão de Vasco Leitão da Cunha, desconsiderando alguns episódios de atrito como o caso dos nove chineses presos sob suspeita de espionagem e subversão²⁴⁴ e o caso do diplomata tchecoslovaco Zdenek Kvita que foi expulso, a gestão do chanceler garantiu a emissão de vistos diplomáticos para países socialistas, elevou algumas legações a condição de embaixada como em Bucareste na Romênia, Budapeste na Hungria e Sófia na Bulgária, cooperou com contatos entre os ministros de estado das relações exteriores e estabeleceu relações bilaterais, e reuniões com chefes de missões aqui no Brasil. Contudo, enfatizando que tal intercâmbio era visto de forma pragmática e por questões econômicas apenas, como exemplifica esse trecho de carta telegrama endereçada aos embaixadores em países socialistas:

O desenvolvimento do intercâmbio comercial do Brasil com os países socialistas do Leste Europeu durante o corrente ano dependerá não somente do esforço que for feito por estes últimos no sentido de uma maior penetração de seus produtos no mercado brasileiro, mas também das medidas unilaterais que estão sendo adotadas ou,

²⁴³ Ofício secreto da Embaixada em Bangkok, 11 de outubro de 1964. In: CARRIÈRES, 2021b, p. 61

²⁴⁴ Sobre este assunto em particular recomenda-se a leitura de COSTA, Celiane F. Entre aproximações e afastamentos: as relações políticas sino-brasileiras: da política externa independente à política externa interdependente (1961-1965). Dissertação de mestrado, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, p. 163, 2019.

simplesmente, cogitadas, pelo Governo brasileiro, visando ao aproveitamento dos recursos ociosos de que dispomos naquela área, e, principalmente, com o objetivo de aumentar e diversificar as exportações nacionais para aquele destino. Essas medidas poderiam, eventualmente, ser reforçadas pela realização de negociações econômicas ou de reuniões de Comissões Mistas, no intuito de se estudar medidas comuns para o incremento do comércio e a superação dos pontos de atrito.²⁴⁵

Enquanto nas relações hemisféricas há uma enérgica postura do novo governo em conjugar o dito interesse nacional às perspectivas ideológicas e ao realinhamento político no contexto da Guerra Fria, no caso das relações extra hemisféricas a gestão de Vasco Leitão da Cunha tratou de empenhar-se apenas naquelas que possuíam um retorno econômico de curto prazo. Tal postura justifica o pragmatismo com o bloco oriental, e demonstra a ausência de políticas para outras regiões como o sudeste asiático. Uma ressalva interessante pode ser feita em relação aos países árabes, onde o novo governo brasileiro buscou pela manutenção de uma política de equidistância, representada pela importância demográfica e política dos árabes que possuíam tal força por sempre alinharem seus interesses em bloco, medida esta que posteriormente ganhará maior força em outras gestões de política externa de governos brasileiros, inclusive ainda no governo militar. Isto posto, é categórico afirmar que o terceiro nível dos círculos concêntricos, isto é, a Europa e o mundo extra hemisférico não configuraram um interesse prioritário na gestão de Vasco Leitão da Cunha no sentido de se estabelecer conexões político-culturais. A prioridade destas relações era justamente percebida onde o Brasil tinha clara vantagem econômica, ou alguma possibilidade de estabelecer comércio no horizonte próximo. Por isso, suas rupturas e permanências acabam coincidindo também com a ruptura do regime democrático brasileiro, onde o primeiro governo a mudar drasticamente as diretrizes da política externa acabou estando limitado ao estabelecer uma visão de estado para estas relações.

UM SUCESSOR DO BARÃO? OU UM PASSO FORA DA CADÊNCIA?

No livro de Fernando de Mello Barreto, os Sucessores do Barão, o autor faz um panorama a partir dos principais eventos sobre as gestões dos diversos chanceleres de relações exteriores brasileiros após a gestão de José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira. Passando por diversos nomes, a lista dos diplomatas inclui nomes de peso como Lauro Muller, Santiago Dantas e Araújo de Castro. O autor possui um segundo volume que aborda o período pós 1964 nas relações exteriores brasileiras, e que infelizmente não pode ser lida para a realização deste trabalho. Contudo mediante uma licença

²⁴⁵ Carta-telegrama confidencial para as missões em Belgrado, Bucareste, Budapeste, Moscou, Praga, Sófia, Varsóvia e ao consulado de Gdynia, 26 de março de 1965. In: CARRIÈRES, 2021b, p. 211.

poética emprestamos o título sucessor do Barão e juntamos ele com uma outra afirmativa vinda de outro autor sobre a política externa, “um passo fora da cadência” de Paulo Visentini.

Vasco Leitão da Cunha tinha as atribuições característica de qualquer um dos seus pares naquela época. Era uma figura bem quista e respeita por seus homólogos, e representa bem o perfil de diplomata, ligado às tradições de uma instituição como o Itamaraty. Contudo, sua predileção pelo movimento golpista tornou-o um personagem à parte na história da diplomacia e das relações internacionais brasileiras. Assim como ele possuía todas aquelas características inerentes ao diplomata, ele também não escondia suas aspirações político-ideológicas. A partir do momento em que se deflagrou o golpe, foi convidado a participar do novo movimento e não hesitou em desfazer tudo aquilo que ele via como diferente das posições diplomáticas brasileiras. Mas o curioso é, quando esteve atuando sob estas perspectivas, em Cuba e na União Soviética nunca deixou de respaldar e referendar o estado brasileiro, e que este estava acima de qualquer governo, política ou orientação ideológica.

Mais do que apresentar uma conclusão, esse espaço mira em um personagem um tanto curioso da nossa história diplomática e objetivasse aqui uma breve reflexão. Afinal, ele é um sucessor do patrono Barão do Rio Branco, marcado como um dos grandes nomes da história da nossa política externa, ou a sua figura deveria ficar marcada pelo insucesso e descompasso que a condução da política exterior brasileira apresentou durante o governo de Castelo Branco. Aliás, seria mesmo um insucesso? Na perspectiva de uma mudança de regime, Vasco Leitão da Cunha atendeu e cumpriu com todos os anseios do novo governo instaurado. Sua atuação frente à crise da República Dominicana, e conhecimento sobre os pares latinos a política externa estadunidense renderam-lhe os frutos necessários para um encerramento de carreira digno, em uma embaixada de alto nível. Foi o tempo e as mudanças no cenário internacional que mostraram que a política externa do governo Castelo Branco esteve em descompasso, inclusive os governos militares posteriores não tardaram em incorporar os elementos da política externa independente à sua prática diplomática. Olhando apenas para o personagem, sem impor-lhe um juízo de valor e contextualizando-o no seu período histórico. Vasco Leitão da Cunha apresentou o perfil necessário para um governo em completa guinada e mudança de rumos, tinha a experiência e o respaldo dos seus pares, e seu perfil não se diferenciava muito de outros diplomatas do seu período. Apenas a título de comparação, San Tiago Dantas um dos nomes mais vocálicos da Política Externa Independente, também era um anticomunista convicto e flertava com diversos ideais conservadores.

Por isso nessa breve conclusão, entendemos que Vasco Leitão da Cunha como um homem fruto do seu tempo, que compartilhava de ideais anticomunistas, liberais e cristãos foi

o personagem ideal no sentido em que esteve disposto a incorporar sua visão de mundo e conjugá-la na política externa do seu país. Contudo, nunca deixou de tratar o Brasil como um Estado, com 'E' maiúsculo, sua visão ideológica também tinha contornos pragmáticos. Vasco Leitão da Cunha sabia o momento em que precisava falar, e como um bom diplomata sabia como falar. Assim, a sua notória atuação na embaixada de Cuba durante a revolução cubana fez dele um personagem estimado por aqueles que ele tinha alguma aversão. O próprio afirma, diplomacia não é nem uma arte e nem uma ciência, mas uma confluência dos dois, não se trata de ser conciliador sempre, há momentos em que é necessário ser colérico e intransigente, o diplomata é o personagem que compreende o momento. Não nos interessava em momento algum recontar a história da política externa brasileira, caso fosse esse o intento, este trabalho fracassaria sem originalidade. Da sua entrevista ao CPDOC aos diversos documentos consultados, esta dissertação é apenas um fragmento de uma vasta vida pública que deve render muitos trabalhos ainda por vir. O nosso interesse aqui foi sucinto, apresentar o personagem, e olhar para uma fração da política externa brasileira sobre o prisma da sua gestão e pensamento.

FONTES PRIMÁRIAS

ARINOS FILHO, Afonso. **Diplomacia independente – um legado de Afonso Arinos**. São Paulo; Paz e Terra, 2001.

QUADROS, Jânio. Brazil's New Foreign Policy. **Foreign Affairs**. Nova Iorque, out. 1961. Disponível em: < [Brazil's New Foreign Policy | Foreign Affairs](#) >. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL, Presidência da República: casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964**. Disponível em: < [AIT-01-64 \(planalto.gov.br\)](#) >. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL, Fundação Alexandre de Gusmão; Ministério de relações exteriores: departamento de administração e divisão de pessoal. **Anuário de Funcionários**. Disponível em: < [Anuário de Funcionários do Ministério das Relações Exteriores — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#) >. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL, Fundação Alexandre de Gusmão; Ministério de relações exteriores: departamento de administração e divisão de pessoal. **Anuário de Funcionários**. Disponível em: < [Anuario1964_966.pdf \(funag.gov.br\)](#) >. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL, Ministério de relações exteriores. **O Itamaraty e as carreiras do Serviço Exterior**. Disponível em: < [O Itamaraty e as carreiras do Serviço Exterior — Ministério das Relações Exteriores \(www.gov.br\)](#) >. Acesso em: 9 nov. 2023.

BRASIL, Ministério de relações exteriores. **Relatório do ministério das relações exteriores de 1964**. Brasília; Rio de Janeiro, 1965.

BRASIL, Ministério de relações exteriores. **Relatório do ministério das relações exteriores de 1965**. Brasília; Rio de Janeiro, 1966.

CARRIÈRES, Henri. **A gestão de Vasco Leitão da Cunha no Itamaraty e a política externa brasileira**: seleção de documentos diplomáticos (1964 – 1965), Vol. 1. Brasília: FUNAG, 2021a.

CARRIÈRES, Henri. **A gestão de Vasco Leitão da Cunha no Itamaraty e a política externa brasileira**: seleção de documentos diplomáticos (1964 – 1965), Vol. 2. Brasília: FUNAG, 2021b.

CUNHA, Vasco Leitão da. **Diplomacia em alto-mar**: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV; FUNAG, 2003.

DIAS, Sonia. Vasco Leitão da Cunha. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV – CPDOC. (verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetebiografico/cunha-vasco-leitao-da>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

ESTADOS UNIDOS, **Central Intelligency Agency**. Disponível em: <[Search | CIA FOIA \(foia.cia.gov\)](#)>. Acesso em: 14 nov. 2022.

FRANCO, Alvaro da Costa. (org.). **Documentos da política externa independente** – vol. 1. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação diplomática CHDD; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão FUNAG, 2007.

_____. **Documentos da política externa independente** – vol. 2. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação diplomática CHDD; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão FUNAG, 2008.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional**: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Brasília: Editora UNB, 1981.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira de; LAMARÃO, Sérgio. (org.). **Personalidades da política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2007.

ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. Fronteiras territoriais versus fronteiras ideológicas: a geopolítica do anticomunismo no marco das discussões sobre terrorismo de estado no cone sul. **Espaço Plural**. Ano XIII, No. 27, p. 178 – 194, 2º semestre 2012.

AVILA, Carlos F. Domínguez. A conferência de Punta del Este: um estudo da VIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores das Américas (1962). *3º Encontro Nacional ABRI 2011*, São Paulo: Associação Brasileira de Relações Internacionais. 2011.

_____. A crise dos mísseis soviéticos em Cuba (1962): um estudo das iniciativas brasileiras. *Revista Varia História*. Belo Horizonte: vol. 28, n. 47, p. 361 – 389, jan/jun 2012.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2012.

_____. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961 - 1964)**. 8ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

BARRETO FILHO, Fernando P. de Mello. **Os Sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil (1912 – 1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BATISTA, David Nascimento. **Hábitus diplomático: um estudo do Itamaraty em tempos de regime militar (1964 – 1985)**. Tese de doutorado. Recife: Universidade Federal do Pernambuco, p. 218, 2010.

BETHEL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. Latin America between the Second World War and the Cold War: Some reflections on the 1945-9 conjecture. **Journal of Latin American Studies**. Cambridge, vol. 20, n. 1, mai – 1988, p. 167 – 189.

_____. (org.). **História da América Latina: A América Latina pós 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil**. São Paulo: EDUSP, vol. 10, 2018.

_____. Brazil and Latin America. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, nº 42, p. 457 – 488. 2010.

_____. (org.). **The Cambridge History of latin America: Latin America since 1930 – Mexico, Central America and the Caribbean**. Vol. VII. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. **Brasil-Cuba: relações político-diplomáticas no contexto da guerra fria (1959 – 1986)**. Brasília: FUNAG, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco; Et. al. (org.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, 1998.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. As políticas externas independentes de Brasil e Argentina e a questão cubana (1959 – 1964). **X Encontro estadual de história – o Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional**. Santa Maria, jun 2010.

BRANDS, Hal. **Latin America's Cold War**. Cambridge and London: Harvard University Press, 2010.

CALVOCORESSI, Peter. **Política mundial a partir de 1945**. Porto Alegre: Penso, 2011.

CARVALHO, José Murilo. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2006.

CARVALHO, Thiago Bonfada de. **Geopolítica Brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do General Golbery do Couto e Silva**. Brasília: FUNAG, 2009.

CASTRO, Fidel. **La Revolución Cubana 1953 – 1962**. Cidade do México: Ediciones era, 1976.

CASTRO, Juana. **Fidel e Raul, meus irmãos: a história secreta**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CATERINA, Gianfranco. Expectativas promissoras: o comércio e perspectivas de cooperação bilateral nas relações Brasil-União Soviética (1964 – 1967). **Rev. Carta Internacional.**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 76-93, 2018.

_____. **Um grande oceano: Brasil e União Soviética atravessando a guerra-fria**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 426, 2019.

CAU, Hilario Simões. A construção do estado em Moçambique e as relações com o Brasil. Tese de doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 132, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4ª ed. Brasília: Editora UNB, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

COSTA, Celiane Ferreira da. **Entre aproximações e afastamentos: as relações políticas sino-brasileiras – da política externa independente à política externa interdependente (1961 – 1965)**. Dissertação de mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, p. 163, 2019.

CULLATHER, Nick. **Secret History: the CIA's classified account of its operations in Guatemala (1952 – 1954)**. Stanford: Stanford University Press, 2006.

DOBBS, Michael. **Um minuto para a meia-noite: Kennedy, Kruschev e Castro à beira da guerra nuclear**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

DOMINGOS, Charles Sidarta M. O Brasil no jogo de espionagem da Guerra Fria: as relações Cuba-URSS vistas pela diplomacia brasileira. Passo Fundo: **História: Debates e Tendências**, v. 18, n. 2, p. 276-292, maio/ago. 2018.

DOMÍNGUEZ AVILA, C. F. O Golpe de 1964, a Guerra Fria, e a recomposição das relações brasileiro-mexicanas: estudo com fontes primárias. **OP SIS**, Goiânia, v. 14, n. Especial, p. 60–73, 2015. DOI: 10.5216/o.v14iEspecial.29958. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/29958>. Acesso em: 29 jul. 2023.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Editora UNESP: Editora Boitempo, 1997.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. Londrina: **Revista Antíteses**, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 831–856.

FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945 – 1964)**. São Paulo: Editora Atual, 2006.

_____ ; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil militar**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 3, 2019.

_____ ; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). **O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Vol. 4, 2003.

FIELD Jr, Thomas C; KREPP, Stella; PETTINÀ; Vanni. (org.). **Latin America and the Global Cold War**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2020.

FRANCHINI NETO, Hélio. A política externa independente em ação: A conferência de Punta del Este, 1962. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro: vol. 48, n. 2, p. 129 – 151, 2005.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos (1493-2008)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. **Trajetória internacional do Brasil: artigos selecionados**. Brasília: FUNAG, 2018.

GLEIJESES, Piero. **Shattered Hope: the Guatemalan revolution and the United States (1944 – 1951)**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

_____. **The dominican Crisis**. Baltimore and London: John Hopkins University Press, 1978.

GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GRAÇA, Guilherme Mello. O legado do pensamento de San Tiago Dantas e de Araújo Castro para a política externa brasileira. **Anais do III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do programa “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP)**. Nov 2011.

GRANDIN, Greg. **A Revolução Guatemalteca**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **The Last Colonial Massacre**. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

GROW, Michael. **U.S. Presidents and Latin American Interventions: Pursuing Regime Change in the Cold War**. Lawrence: University Press of Kansas, 2008.

HARMER, Tanya. The “cuban question” and the cold war in Latin America, 1959 – 1964. **Journal of Cold Wars Studies**. Boston, vol. 21, No. 3, pp. 114 – 151, jun/set 2019.

HERSHBERG, James G. A “friend of the Revolution” or a “traitor”? Vasco Tristão Leitão da Cunha, Fidel Castro (and his sister), and Brazilian-Cuban relations, 1956 – 1964. **Conference New perspectives on Latin America’s Cold War**. Buenos Aires, p. 1 – 73, jul 2014.

_____. The United States, Brazil, and the Cuban missile crisis, 1962 (part 1). Cambridge: **Journal of Cold War Studies**. Vol. 6, No. 2, p. 3-20 Summer, 2004.

_____. The United States, Brazil, and the Cuban missile crisis, 1962 (part 2). Cambridge: **Journal of Cold War Studies**. Vol. 6, No. 3, p. 5-67 Summer, 2004.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HURREL, Andrew James. **The quest for autonomy: the evolution of Brazil’s role in the international system, 1964 – 1985**. Brasília: FUNAG, 2013.

KENNEDY, Paul. **The rise and fall of the great powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000**. Nova Iorque: Random House, 1987.

LEOGRANDE, William M. Anger, Anti-Americanism, and the break in the U.S.-Cuban relations. **Diplomatic History Journal**. Oxford, vol. 41, n. 1, jan. 2017, p. 104 – 127.

LEWIN, Moshe. **The Soviet Century**. New York: Verso, 2005.

LOEFFER, Melvyn; WESTAD, Odd Arne. (org.). **The Cambridge history of Cold War: Crisis and Detente**. Vol. 2. New York: Cambridge University Press, 2010.

LOWE, Norman. **História do Mundo Contemporâneo**. Porto Alegre: Penso, 2011.

LOWENTHAL, Abraham F. **The Dominican intervention**. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

LUZ, Faverzani Alex. Geopolítica do Brasil: A trajetória de Golbery do Couto e Silva e sua perspectiva no campo intelectual. **Revista Ágora**. Vitória, n. 22, 2015, p. 350 – 360.

MARSON, Ana Carolina de Araujo. **Opinião pública e política externa brasileira: a participação do Brasil na Conferência de Punta del Este de janeiro de 1962**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 99, 2016.

MARTIN, Gilbert. **A história do século XX**. São Paulo: Planeta, 2016.

MAZOWER, Mark. **No Enchanted Palace: the end of empire and the Ideological Origins of the United Nations.** Princeton: Princeton University Press, 2009.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Org.). **História geral da África, VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2010.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Do alinhamento ao pragmatismo: militares e política externa. **Século XXI.** Porto Alegre, vol. 5, No. 1, jan – jun 2014.

MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations: the struggle for power and peace.** Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1948.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”:** o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

MOURA, Gerson. **Estados Unidos e América Latina.** São Paulo: Contexto, 1991.

MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria: história e historiografia.** Curitiba: Appris Editora, 2020.

_____; SILVA, Francisco Carlos T. da. (Org). **Relações Brasil-Estados Unidos: Séculos XX e XXI.** Maringá: Eduem, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro.** São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOHLEN, Dieter (org.). **Elections in the Americas: a data handbook, volume 1.** New York: Oxford University Press, 2005.

NYE, Jr., Joseph S. **Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história.** Lisboa: Gradiva, 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Teoria das Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. **República dominicana e Haiti: tropas brasileiras em missões de paz (1965 – 2005)**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 270, 2013.

PETTINÀ, Vanni. **Historia mínima de la Guerra Fria en America Latina**. Cidade do México: Colégio de México, 2019.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: editora UNESP, 2003.

RABE, Stephen G. The elusive conference: United States economic relations with Latin America, 1945-1952. **Diplomatic History Journal**. Oxford, v. 2, n. 3, jul. 1978, p. 279 – 294.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean Baptiste. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo: DIFEL, 1967.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SANTOS, José Francisco dos. **Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria**. Tese de doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SATTO, Eiiti. 40 anos de política externa brasileira, 1958 – 1998: três inflexões. **Revista brasileira de política internacional**. Brasília, No. Esp. 40 anos, p. 8 – 28, 1998.

SCHLESINGER, Stephen; KINZER, Stephen. **Bitter Fruit: the untold story of the American coup in Guatemala**. Nova Iorque: Doubleday, 1982.

SCHOULTZ, Lars. **Beneath the United States: A History of U.S. Policy Towards Latin America**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

SILVA, André Luiz Reis da. **A diplomacia brasileira entre a segurança e o desenvolvimento: a política externa do governo Castelo Branco (1964-1967)**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SILVEIRA, Helder Gordim da. Nacionalismo e Desenvolvimento na Guerra Fria: Confrontos Ideológicos na Política Internacional do Brasil em Golbery do Couto e Silva. In: ABREU, Luciano Aronne de; SILVEIRA, Helder Gordim da (Org.). **De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SIMÕES, Gustavo da Frota. Geopolítica e atuação multilateral da política externa brasileira durante o governo Castelo Branco (1964 – 67). **Revista Conjuntura Austral**. Porto Alegre, Vol. 4, No. 15 – 16, p. 1 – 12, dez. 2012 – mar. 2013.

_____. Política externa do governo Castelo Branco (1964 – 67). **Revista da Unicuritiba**. Curitiba, 2010.

_____. Política Externa e Geo-política no governo Castelo Branco. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009.

STORRS, Keith. **Brazil's independent foreign policy, 1961 – 1964: background, tenets, linkage to domestic politics, and aftermath**. Tese de Doutorado (PhD), Ithaca: Universidade de Cornell, p. 499, 1973.

TAFFET, Jeffrey. **Foreign aid as foreign policy: the Alliance for Progress in Latin America**. New York and London: Routledge, 2007.

_____; WALCHER, Dustin. **The United States and Latin America: A History with Documents**. New York and London: Routledge, 2017.

VILLELA, Bruno Pessoa. **O Brasil e a República Dominicana: A participação do Brasil no governo do Marechal Presidente Castello Branco, 1965 – 1966**. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, p. 167, 2007.

VISENTINI, Paulo. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política externa independente (1951-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A guerra fria: o desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

_____. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964 – 1985)**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **A Revolução Vietnamita:** da libertação nacional ao socialismo. São Paulo: editora UNESP, 2008.

_____; PEREIRA, Analúcia D.; MELCHIONNA, Helena H. **A Revolução Coreana:** o desconhecido socialismo Zuche. São Paulo: editora da UNESP, 2017.

WALKER, Scott. **American foreign policy and forced regime change since World War II. Forcing Freedom.** Cham: Pelgrave Macmillan, 2019.

WATSON, Adam. **Evolução da Sociedade Internacional.** Brasília: Editora da UNB, 2006.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War:** third world interventions and the making of our times. New York: Cambridge University Press, 2005.